



**MARIA VITÓRIA DE MOURA OPASSO PEQUEÑO**

**ENSINO E PATRIMÔNIO: AS CONTRIBUIÇÕES DA  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ABORDAGENS  
EDUCATIVAS COM UMA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA  
LIBERTADORA E INTERDISCIPLINAR**

**SANTOS**

**2025**

**MARIA VITÓRIA DE MOURA OPASSO PEQUEÑO**

**ENSINO E PATRIMÔNIO: AS CONTRIBUIÇÕES DA  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ABORDAGENS  
EDUCATIVAS COM UMA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA  
LIBERTADORA E INTERDISCIPLINAR**

Dissertação e Produto Educacional de Mestrado Profissional apresentados ao Programa de Mestrado Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos, para obtenção de título de Mestre em Práticas Docentes no Ensino Fundamental.

**Orientador(a):** Prof. Dr. Alberto Schneider

**SANTOS**

**2025**

## FICHA CATALOGRÁFICA

P425e PEQUEÑO, Maria Vitória

**Ensino e patrimônio:** As contribuições da educação patrimonial em abordagens educativas com uma perspectiva da pedagogia libertadora e interdisciplinar. / Maria Vitória, Pequeño. – Santos, 2025.

161 f.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Schneider

Dissertação (Mestrado em práticas docentes no Ensino Fundamental) –  
Universidade Metropolitana de Santos, Santos, 2025.

Vanessa Laurentina Maia

CRB871/97

Bibliotecária \_ Unimes

Título em inglês: Education and heritage: The contributions of heritage education in educational approaches with a perspective of liberating and interdisciplinary pedagogy


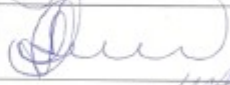
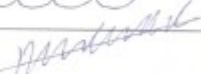
Keywords: • Heritage education  
• Baixada Santista  
• Liberating Pedagogy  
• Elementary school  
• Interdisciplinarity.

Titulação: Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental

Banca examinadora: Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider – UNIMES  
Prof. Dr. Breno Amparo Álvares Freire – PUC-SP  
Profa. Dra. Simone Rezende da Silva – UNIMES


Data da defesa: **28/05/2025**

A Dissertação de Mestrado intitulada "Ensino e Patrimônio: as contribuições da Educação Patrimonial em abordagens educativas com uma perspectiva da pedagogia libertadora e interdisciplinar" e produto educacional intitulado "Guia do patrimônio cultural da Baixada Santista" elaborados por Maria Vitória de Moura Opasso Pequeno, foram apresentados e aprovados em 28/05/2025 perante a banca examinadora composta por: Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider; Profa. Dra. Simone Rezende da Silva e Breno Amparo Alvares Freire.

Banca examinadora:	Resultado:	Assinatura
Prof. Dr. Breno Amparo Alvares Freire – (PUC-SP) Avaliador Externo	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovada <input type="checkbox"/> Reprovada	
Profa. Dra. Simone Rezende da Silva – Avaliadora - UNIMES	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovada <input type="checkbox"/> Reprovada	
Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider – Orientador – UNIMES	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovada <input type="checkbox"/> Reprovada	

Homologação do resultado pelo presidente da Banca examinadora:

Aprovada     Reprovada

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider**  
Presidente da Banca Examinadora

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Gerson Tenório dos Santos**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Programa: Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental  
Área de Concentração: Práticas Docentes no Ensino Fundamental

Linha de Pesquisa: Docência e práticas interdisciplinares no Ensino Fundamental; Macroprojeto: Interdisciplinaridade e a Prática Docente no Ensino Fundamental

Data da defesa: 28/05/2025

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os educadores e educadoras que acreditam na força libertadora do ensino e que, mesmo diante dos desafios cotidianos, seguem semeando o conhecimento como quem cultiva esperanças. Aos estudantes que foram meus alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, dedico com ternura este percurso, pois foi com eles que aprendi que a educação é uma construção coletiva, um diálogo constante entre saberes, experiências e afetos.

Estendo esta dedicatória também aos professores que tive a honra de acompanhar e formar em minha trajetória profissional como Analista de Educação. Cada troca, cada partilha de saber e cada reflexão conjunta foram sementes que germinaram nesta pesquisa. Sem a vivência da formação docente, este trabalho não teria ganhado sentido nem profundidade. Esta conquista é, sobretudo, para vocês.

Aos mestres que despertaram em mim o olhar sensível sobre o patrimônio cultural, deixo minha gratidão eterna. Com eles aprendi que preservar a memória é um ato de resistência, um gesto de amor e um compromisso com a identidade coletiva que nos forma como sociedade.

Por fim, à minha família — meu porto seguro e amparo incondicional — e a todos que acreditam que educar é libertar, ensinar é transformar e conhecer, é reconhecer-se no outro, dedico esta pesquisa como um gesto de fé na educação que humaniza, emancipa e constrói pontes entre o passado e o futuro.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, à minha família e ao meu noivo, pelo amor que sustenta, pela fé que encoraja e pela presença que nunca se ausenta. Foram eles os alicerces invisíveis que sustentaram cada passo desta caminhada, oferecendo-me o amparo silencioso e a coragem serena para seguir adiante. Suas palavras, gestos e olhares foram bússolas em meio às incertezas do caminho acadêmico, reacendendo em mim a chama do propósito de educar e pesquisar, entrelaçando minhas formações em História e Pedagogia na construção de um mesmo ideal: o de transformar o conhecimento em partilha e liberdade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alberto Schneider, registro minha mais profunda admiração e gratidão. Sua orientação firme, sua escuta atenta e sua sensibilidade intelectual fizeram deste percurso uma experiência de aprendizado constante. Sob sua mentoria, aprendi que a pesquisa não é apenas um exercício de método, mas um ato de reflexão crítica, de compromisso ético e de delicadeza com o saber.

Estendo meus sinceros agradecimentos aos membros da banca examinadora, pelas leituras generosas e pelas contribuições que, com rigor e sensibilidade, ampliaram as possibilidades desta investigação. Suas observações foram faróis que iluminaram novas trilhas para o pensamento e o aprimoramento desta pesquisa.

À Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), manifesto meu reconhecimento profundo. Desde meus dezoito anos, esta instituição tem sido solo fértil de minha formação, espaço onde cresci não apenas como estudante e profissional, mas como ser humano. O ambiente acadêmico, o diálogo entre mestres e aprendizes, e os recursos que sustentam a pesquisa foram essenciais para que este estudo se concretizasse no âmbito do Mestrado Profissional em Práticas Docentes do Ensino Fundamental. Por fim, a todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para esta jornada — com palavras, gestos, afetos ou silêncios — deixo meu mais sincero agradecimento. Este trabalho é também reflexo das mãos que me acolheram, dos olhos que acreditaram e das vozes que ecoaram esperança.

PEQUEÑO, Maria Vitória. Ensino e patrimônio: As contribuições da educação patrimonial em abordagens educativas com uma perspectiva da pedagogia libertadora e interdisciplinar, 2025. 125 fls. Dissertação do Programa de Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos, Santos-SP, 2025.

## RESUMO

A presente dissertação investiga a contribuição da pedagogia de Paulo Freire para a educação patrimonial nas séries iniciais do Ensino Fundamental I em uma perspectiva interdisciplinar. A pesquisa se fundamenta na análise da proposta freiriana de educação libertadora e sua aplicação no contexto escolar e da educação patrimonial, focando na relação entre o indivíduo e a sociedade, na conscientização e na dialogicidade. Partindo da compreensão de que o patrimônio cultural constitui elemento essencial para a construção da identidade e da memória coletiva, busca-se analisar de que modo as práticas pedagógicas podem integrar-se a essa temática, favorecendo aprendizagens significativas e interdisciplinares. Essas podem ser integradas às práticas pedagógicas para promover um entendimento mais profundo do patrimônio cultural entre os estudantes do Ensino Fundamental I, sob uma perspectiva interdisciplinar. A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica da obra de Paulo Freire, e dos fundamentos da educação patrimonial, além de uma análise qualitativa das práticas pedagógicas atuais nas escolas de Ensino Fundamental I. Observações e entrevistas com educadores foram realizadas para identificar como os professores compreendem a educação de patrimônios e a sua importância no repertório dos estudantes do Fundamental I. A pesquisa traz como produto para a sociedade um Guia para os professores do referido nível sobre como trabalhar os patrimônios históricos da baixada santista, relacionando-os com as habilidades da BNCC e os conteúdos abordados em sala de aula.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial; Baixada Santista; Pedagogia Libertadora; Ensino Fundamental; Interdisciplinaridade.

PEQUEÑO, Maria Vitória. Ensino e patrimônio: As contribuições da educação patrimonial em abordagens educativas com uma perspectiva da pedagogia libertadora e interdisciplinar, 2025. 125 fls. Dissertação do Programa de Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos, Santos-SP, 2025.

## ABSTRACT

This This dissertation investigates the contribution of Paulo Freire's pedagogy to heritage education in the early grades of Elementary School I from an interdisciplinary perspective. The research is based on the analysis of Freire's proposal of liberating education and its application in the school context and heritage education, focusing on the relationship between the individual and society, awareness, and dialogical interaction. Starting from the understanding that cultural heritage is an essential element for the construction of identity and collective memory, it seeks to analyze how pedagogical practices can be integrated with this theme, promoting meaningful and interdisciplinary learning. These practices can be incorporated into pedagogical approaches to foster a deeper understanding of cultural heritage among Elementary School I students from an interdisciplinary perspective. The adopted methodology includes a literature review of Paulo Freire's work and the foundations of heritage education, as well as a qualitative analysis of current pedagogical practices in Elementary School I. Observations and interviews with educators were conducted to identify how teachers understand heritage education and its importance in the repertoire of Elementary I students. The research provides society with a guide for teachers at this level on how to work with the historical heritage of the Baixada Santista, relating it to the skills outlined in the BNCC and the content covered in the classroom.

**Keywords:** Heritage Education; Baixada Santista; Liberating Pedagogy; Primary Education; Interdisciplinarity.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Educadora cultural Pinacoteca Benedito Calixto).....	24
Figura 2 – Monitoria Pinacoteca Benedito Calixto).....	25
Figura 3 – Certificação PIBID 2018/2019).....	26
Figura 4 – Exposição de Portinari, Rio de Janeiro, 1936, acervo IPHAN).....	43

## **LISTA DE SIGLAS**

**BNCC** – Base Nacional Comum Curricular

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**MEC** – Ministério da Educação

**PIBID** – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência  
**SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**UNIMES** – Universidade Metropolitana de Santos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>MEMORIAL - QUANDO NASCE UMA PESQUISA: INQUIETAÇÕES...22</b>	
2.1	Minha trajetória como educadora cultural e meu problema de pesquisa.....	22
2.2	As contribuições do patrimônio familiar: meus avôs e o incentivo pela valorização e preservação do antigo.....	27
2.3	Da experiência pessoal à formulação do problema e dos objetivos da pesquisa.....	30
<b>3</b>	<b>CAIXA ALA CULTURA HISTÓRICA NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUA APLICAÇÃO NA SALA DE AULA.....</b>	<b>33</b>
3.1	Os primeiros passos para o pertencimento e o educar patrimonial: conceituar, articular e vivenciar na sala de aula.....	36
<b>4</b>	<b>LEIS QUE REGEM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL.....</b>	<b>46</b>
4.1	O Decreto-Lei nº 25 de 1937 e Lei Nº 6.292.....	46
4.2	Educação patrimonial e sua importância social.....	50
4.3	Linha Cronológica das Leis da Educação Patrimonial no Brasil.....	52
<b>5</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DA CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL PATRIMONIAL. 57</b>	
5.1	O 1º Seminário de Educação Patrimonial no Brasil, um marco de reflexões.....	58
5.2	Análise da BNCC e os componentes curriculares na perspectiva da Educação Patrimonial.....	59
5.3	Análise Currículo Santista.....	71
<b>6</b>	<b>EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CONTEXTO PEDAGÓGICO: O REFLEXIONAR DO EDUCADOR LIBERTADOR SOBRE O PASSADO INTENCIONADO NO AMANHÃ.....</b>	<b>78</b>

6.1	Conhecimento prévio dos Professores sobre Educação Patrimonial e ideias de aulas interdisciplinares.....	81
6.2	A formação docente sobre o patrimônio numa perspectiva interdisciplinar.....	85
6.3	Os desafios e a necessidade da formação contínua para os docentes.....	86
7	PERCURSO METODOLÓGICO.....	88
7.1	Delineamento.....	89
7.2	Contexto de realização da pesquisa.....	90
7.3	Participantes.....	91
7.4	Intervenção pedagógica e o procedimento de coleta de dados.....	92
7.5	Procedimento de análise de dados.....	94
8	RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	97
9	PRODUTO EDUCACIONAL.....	98
9.1	Validação do Produto Educacional.....	134
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
11	REFERÊNCIAS.....	140
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES.....	143
	ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL.....	155
	ANEXO C – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL.....	156
	ANEXO D – FICHA DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO.....	159

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o patrimônio cultural e a educação patrimonial configuram-se como temas contemporâneos em constante expansão, ganhando relevância nas ações educativas desenvolvidas em museus, escolas e espaços não formais de ensino. Reconheço a importância do fortalecimento desse conceito no campo educacional, bem como sua consolidação como método de pesquisa nas diversas áreas das ciências humanas. Por essas razões, considero essencial a inserção da educação patrimonial nas escolas, especialmente desde as séries iniciais do Ensino Fundamental I, a fim de que as futuras gerações possam desenvolver uma nova visão social, histórica e econômica, tornando-se cidadãos conscientes da importância e da valorização do passado e da história.

É importante reconhecer o crescimento e o fortalecimento deste conceito no âmbito educacional e como método de pesquisa em diversas áreas de conhecimento das ciências humanas. Por estas razões se dá a necessidade da educação patrimonial dentro das escolas, sendo abordada desde as séries iniciais do Fundamental I, para que as futuras gerações passem a ter uma nova visão social, histórica e econômica, como cidadãos conscientes da importância e da valorização do passado e da história.

Compreendo que o processo de escolarização voltado à educação patrimonial nas séries iniciais exerce influência direta na formação dos futuros cidadãos e na valorização dessa temática nos currículos escolares. Nesta pesquisa, busco evidenciar a importância, a repercussão e as múltiplas formas de abordagem do tema em sala de aula, fortalecendo vínculos entre identidade, memória, cultura popular e regional. Defendo que essa construção deve ser coletiva, envolvendo instituições, gestores, coordenadores, professores e alunos, a fim de promover um ensino crítico, reflexivo e transformador.

Direcionei minha investigação para a análise dos documentos norteadores, especialmente o Currículo Santista, que contribuiu significativamente para a compreensão das abordagens e práticas relacionadas à educação patrimonial na escola. Analisei como o tema é apresentado, compreendido e desenvolvido nas séries iniciais, bem como sua pertinência nos documentos curriculares educacionais. A fundamentação teórica deste estudo ancora-se nas concepções de Paulo Freire, cujas obras representam um marco na história da pedagogia. Sua reflexão sobre a relação entre indivíduo e sociedade e sua defesa de uma educação libertadora inspiraram a ampliação de meu olhar sobre a educação patrimonial. Busquei, assim, correlacionar o conceito de educação patrimonial às práticas reflexivas da educação libertadora, promovendo o desenvolvimento da curiosidade crítica do aluno como sujeito

autônomo e pensante. Por fim, proponho uma abordagem que correlaciona os aspectos histórico-sociais da educação patrimonial com a perspectiva libertadora de Paulo Freire, destacando suas contribuições socioculturais para o repertório educacional. Por meio desta pesquisa, visio promover a formação de uma consciência histórica nos estudantes, construída de maneira interdisciplinar e mediada pela educação patrimonial. Busco, assim, favorecer a compreensão do passado em relação ao presente, estimulando o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a sociedade e sobre a própria identidade dos aprendizes.

A partir desses estudos, elaborei meu produto educacional com o objetivo de favorecer a implementação da educação patrimonial nas escolas da Baixada Santista, por meio do Guia Educacional: “A Educação Patrimonial nas Escolas da Baixada Santista – Santos e São Vicente”. Esse material foi concebido como um instrumento pedagógico de apoio aos docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, buscando orientá-los na inserção de práticas educativas voltadas à valorização do patrimônio cultural local e regional.

O produto educacional desenvolvido a partir desta pesquisa — o Guia “A Educação Patrimonial nas Escolas da Baixada Santista – Santos e São Vicente” — surge como uma resposta direta ao problema investigado, que diz respeito à ausência de práticas sistematizadas e de formação docente voltadas à Educação Patrimonial nas escolas públicas da região. A pesquisa revelou que, embora os professores reconheçam a relevância do tema para a formação cidadã e cultural dos alunos, muitos ainda se sentem inseguros para abordá-lo em sala de aula, devido à falta de materiais de apoio, formação específica e integração curricular. Diante dessa realidade, o produto educacional propõe-se como um instrumento de mediação pedagógica, capaz de orientar, inspirar e subsidiar os docentes na construção de práticas educativas interdisciplinares ancoradas no patrimônio cultural local.

O guia apresenta uma fundamentação teórica acessível sobre os conceitos de patrimônio, memória e identidade, relacionando-os à proposta freiriana de uma educação crítica e libertadora. Além disso, propõe sequências didáticas interdisciplinares que articulam os componentes curriculares de História, Geografia, Artes e Língua Portuguesa, com sugestões de atividades práticas, visitas a espaços culturais, registros reflexivos e produções autorais dos alunos. Sua estrutura foi organizada de modo a promover a autonomia docente e o protagonismo discente, estimulando a construção do conhecimento a partir da realidade e das vivências da comunidade escolar. Assim, o produto busca consolidar-se como uma ferramenta que não apenas amplia o repertório metodológico dos professores, mas também contribui para o fortalecimento da identidade cultural e da consciência histórica dos estudantes da Baixada Santista.

Com o intuito de aprofundar essa reflexão, busquei, por meio de estudos, compreender as contribuições da educação patrimonial no contexto escolar. Apoiei-me nas ideias do autor Jörn Rüsen (Schmidt; Martins, 2016), amplamente reconhecido por suas contribuições à didática da História e à construção da consciência histórica na sociedade. Utilizei, especialmente, a obra *Contribuições para uma Teoria da Didática da História* (2016), que propõe uma articulação entre teoria e prática do ensino histórico, fundamentando-se em uma aprendizagem significativa e reflexiva — princípio que norteou o desenvolvimento desta pesquisa.

Nesta pesquisa, abordo a construção de uma visão crítica sobre a educação patrimonial na sociedade e no campo educacional. Ao longo da pesquisa, busco promover a reflexão e a correlação entre o aspecto histórico-social da educação patrimonial e os princípios da educação libertadora de Paulo Freire (2020a; 2020b). A partir dessas leituras, proponho uma reflexão conjunta com o leitor sobre questões como: qual é a importância da educação patrimonial para os estudantes do Ensino Fundamental I? O que significa ser um educador libertador? Pode a educação patrimonial assumir um caráter libertador em seu processo de ensino e aprendizagem?

## OBJETIVOS

Os objetivos dos estudos que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa visam analisar de que forma a Educação Patrimonial pode ser trabalhada numa abordagem interdisciplinar em sala de aula, promovendo a reflexão sobre o passado e o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes para compreender a correlação entre os aspectos histórico-sociais da Educação Patrimonial e os fundamentos da Educação Libertadora de Paulo Freire, analisando suas contribuições socioculturais no repertório educacional para o desenvolvimento da consciência histórica e crítica dos estudantes do Ensino Fundamental I, pela necessidade de promover uma educação crítica, significativa e contextualizada. Essa abordagem busca superar práticas escolares fragmentadas e descontextualizadas, aproximando o ensino da vida cotidiana e da história local, de modo que os alunos reconheçam o valor do patrimônio como expressão da identidade coletiva e da memória social.

O objetivo geral é identificar de que forma a Educação Patrimonial pode ser trabalhada de maneira interdisciplinar em sala de aula, promovendo a reflexão sobre o passado e o

fortalecimento da identidade cultural dos estudantes, ao investigar os fundamentos teóricos da Educação Patrimonial e da Educação Libertadora, é essencial para construir o arcabouço conceitual da pesquisa, ao analisar as possibilidades interdisciplinares da Educação Patrimonial, justifica-se pela importância de integrar diferentes áreas do conhecimento, de modo que o estudo do patrimônio cultural deixe de ser um tema isolado e passe a ser parte integrante das práticas pedagógicas. Essa análise contribui para a elaboração de propostas que relacionem o conteúdo escolar com a vivência dos estudantes e com a realidade local.

E os objetivos específicos são compreender as percepções e práticas dos professores do Ensino Fundamental I em relação ao trabalho com o patrimônio cultural no ambiente escolar, é relevante por permitir o diagnóstico das dificuldades, limitações e potencialidades do trabalho com o patrimônio cultural nas escolas. Essa escuta docente subsidia reflexões sobre formação continuada e sobre as condições reais de implementação de projetos de Educação Patrimonial no Ensino Fundamental I nas escolas da Baixada Santista e propor estratégias pedagógicas que articulem os princípios da Educação Libertadora com a Educação Patrimonial, contribuindo para a formação crítica e cidadã dos estudantes com a elaboração do Guia Educacional “A Educação Patrimonial nas Escolas da Baixada Santista – Santos e São Vicente” como produto educacional da pesquisa, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a inserção da Educação Patrimonial nas práticas pedagógicas, justifica-se por sua dimensão prática e aplicada, característica fundamental de uma pesquisa de mestrado profissional.

O guia representa uma contribuição concreta para o campo educacional, oferecendo aos professores subsídios teóricos, metodológicos e sugestões de atividades interdisciplinares que podem ser adaptadas à realidade de suas escolas. fundamenta-se na necessidade de promover um ensino que valorize o diálogo, a criticidade e a autonomia dos estudantes. Essa integração possibilita transformar o espaço escolar em um ambiente de reflexão, participação e construção coletiva do conhecimento, fortalecendo o compromisso social da educação e contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel histórico e cultural.

A metodologia adotada nesta pesquisa possui um caráter essencialmente bibliográfico e qualitativo, fundamentando-se nas análises das obras de Paulo Freire (2020a; 2020b) e Jörn Rüsen (Schmidt; Martins, 2016), além da revisão de artigos acadêmicos relacionados à Educação Patrimonial. Apoiei-me também nas experiências que vivenciei durante meus três anos de estágio na Pinacoteca Benedito Calixto da cidade de Santos, durante minha graduação em Licenciatura em História, as quais contribuíram significativamente para o aprofundamento do olhar sobre o patrimônio cultural e sua inserção no contexto educacional.

Paralelamente à fundamentação teórica, realizei entrevistas semiestruturadas com professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das redes municipais de Santos e São Vicente. Essa base teórica foi complementada pela análise de artigos acadêmicos e documentos oficiais, como a BNCC e o Currículo Santista, que reforçam a importância de valorizar o patrimônio cultural no processo de ensino-aprendizagem

Essas entrevistas tiveram como objetivo compreender as percepções, práticas e desafios enfrentados pelos docentes ao trabalhar a temática da Educação Patrimonial em sala de aula. Durante o processo, procurei manter uma escuta atenta e reflexiva, registrando não apenas as respostas, mas também as expressões e percepções manifestadas pelos professores entrevistados, o que possibilitou uma observação interpretativa das realidades educacionais nas quais estão inseridos. Os dados obtidos serviram de base para o desenvolvimento do Guia Educacional “A Educação Patrimonial nas Escolas da Baixada Santista – Santos e São Vicente”, permitindo-me construir propostas pedagógicas alinhadas às demandas e possibilidades concretas do cotidiano escolar. Busquei, nessa proposta metodológica, integrar teoria e prática, de modo a fomentar atividades escolares que promovam a discussão de temas sociais e políticos por meio da familiarização dos alunos com o passado, com o patrimônio e com a realidade local, em uma abordagem interdisciplinar voltada ao Ensino Fundamental I.

Para a análise dos dados obtidos nas entrevistas, adotei uma abordagem qualitativa, buscando compreender o sentido das falas dos participantes à luz dos referenciais teóricos que sustentam esta pesquisa. Após a transcrição integral das entrevistas, procedi à identificando recorrências, convergências e divergências nas percepções dos professores sobre a Educação Patrimonial. As falas, analisadas por meio de uma abordagem qualitativa e interpretativa, evidenciaram desafios recorrentes, como a falta de preparo para trabalhar o tema, a ausência de materiais didáticos contextualizados e as limitações estruturais e institucionais. Também emergiram, contudo, percepções potentes sobre o papel da Educação Patrimonial como ferramenta de valorização da identidade local, de fortalecimento do sentimento de pertencimento e de incentivo à participação crítica dos alunos na sociedade. Essas categorias emergiram de aspectos como o entendimento do conceito de patrimônio, as práticas pedagógicas já existentes nas escolas, os desafios enfrentados na implementação de propostas interdisciplinares e as sugestões apresentadas pelos docentes para o fortalecimento do tema no currículo.

A análise dos dados foi guiada pelos princípios da Análise de Conteúdo, permitindo a identificação de categorias temáticas, como o entendimento conceitual de patrimônio, as práticas pedagógicas existentes e os entraves à implementação de propostas

interdisciplinares. Essas categorias foram interpretadas à luz das perspectivas de Freire e Rûsen, o que possibilitou compreender as potencialidades de uma educação patrimonial que articule memória, cultura e cidadania sob uma ótica libertadora.

As interpretações resultantes desse processo foram fundamentais para a elaboração das propostas e atividades presentes no Guia Educacional, assegurando que o produto estivesse ancorado na realidade pedagógica observada e nas necessidades formativas expressas pelos professores entrevistados. Dessa forma, a análise dos dados possibilitou não apenas compreender as práticas existentes, mas também propor caminhos concretos para o aprimoramento da Educação Patrimonial nas escolas da Baixada Santista.

O Guia Educacional, enquanto produto desta investigação, foi construído com base nessas análises, tendo como propósito oferecer um material que dialogue com a realidade dos professores e das escolas da Baixada Santista. Ele apresenta sugestões de atividades, planos de aula e reflexões teóricas que buscam integrar o patrimônio cultural às práticas pedagógicas de modo contextualizado e interdisciplinar. O Guia também propõe caminhos para que os educadores utilizem o entorno da escola como espaço educativo, promovendo uma aproximação entre o conhecimento histórico, o espaço vivido e a formação crítica dos estudantes.

Assim, o produto educacional não apenas responde ao problema inicialmente proposto, mas também concretiza a união entre teoria e prática, entre pesquisa e ação docente. Ele materializa a crença de que a Educação Patrimonial, quando pensada a partir da realidade local e em diálogo com uma pedagogia libertadora, torna-se uma poderosa ferramenta de transformação social, de fortalecimento da identidade cultural e de emancipação dos sujeitos.

## ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta pesquisa está organizada em seis capítulos, além das considerações finais e do produto educacional, buscando apresentar um percurso teórico, metodológico e reflexivo sobre as contribuições da Educação Patrimonial no contexto escolar, com base na pedagogia libertadora e interdisciplinar. O Capítulo 2, intitulado “Quando nasce uma pesquisa: inquietações”, aborda a gênese desta investigação, evidenciando o processo de construção do problema de pesquisa e a trajetória pessoal e profissional da autora como educadora cultural. As subseções desse capítulo — “Minha trajetória como educadora cultural e meu problema de pesquisa”, “As contribuições do patrimônio familiar: meus avôs e o incentivo pela valorização e preservação do antigo” e “Da experiência pessoal à formulação do problema e dos objetivos da pesquisa” — buscam contextualizar o percurso que motivou o

desenvolvimento do estudo, relacionando vivências pessoais à formulação científica da temática investigada.

O Capítulo 3, “A cultura histórica na Educação Patrimonial e sua aplicação na sala de aula”, introduz a base conceitual da pesquisa, discutindo as dimensões teóricas da Educação Patrimonial e sua relação com a cultura histórica. As seções “Os primeiros passos para o pertencimento e o educar patrimonial: conceituar, articular e vivenciar na sala de aula” e “A busca: percurso histórico” apresentam uma revisão teórica e contextual sobre o surgimento e as transformações da Educação Patrimonial, enfatizando sua relevância como prática educativa emancipadora.

O Capítulo 4, “Leis que regem a Educação Patrimonial no Brasil”, apresenta o arcabouço legal e institucional que fundamenta a Educação Patrimonial no país. São analisados o Decreto-Lei nº 25/1937, a Lei nº 6.292 e outras normativas correlatas, compondo uma Linha Cronológica das Leis da Educação Patrimonial no Brasil. Além disso, discute-se a importância social da Educação Patrimonial e sua inserção nas políticas públicas voltadas à preservação cultural e à formação cidadã.

[O Capítulo 5, “A construção da conscientização social patrimonial”, discute a consolidação do pensamento sobre a Educação Patrimonial no Brasil, destacando o 1º Seminário de Educação Patrimonial, considerado um marco histórico e reflexivo. Também são analisados documentos curriculares como a Base Nacional Comum Curricular \(BNCC\) e o Currículo Santista, a fim de identificar de que maneira esses referenciais tratam o patrimônio cultural e suas possibilidades pedagógicas. Esse capítulo aprofunda a reflexão sobre a integração entre teoria, legislação e prática docente.](#)

O Capítulo 6, “Educação Patrimonial no contexto pedagógico: o reflexionar do educador libertador sobre o passado intencionado no amanhã”, apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada com professores da rede pública de ensino dos municípios de Santos e São Vicente. As seções “Conhecimento prévio dos professores sobre Educação Patrimonial e ideias de aulas interdisciplinares”, “A formação docente sobre o patrimônio numa perspectiva interdisciplinar” e “Os desafios e a necessidade da formação contínua para os docentes” discutem as percepções, práticas e dificuldades relatadas pelos docentes, articulando-as aos referenciais teóricos de Paulo Freire e Jörn Rüsen. Este capítulo representa o núcleo empírico da dissertação, no qual a escuta dos professores permite compreender a realidade educacional local e fundamentar a elaboração do produto educacional.

Por fim, nas Considerações Finais, apresentam-se as principais conclusões da pesquisa, retomando os objetivos propostos e destacando as contribuições da Educação

Patrimonial como prática pedagógica transformadora, crítica e socialmente comprometida. Também são tecidas reflexões sobre o papel do professor como mediador da consciência histórica e sobre os desafios de integrar o patrimônio ao currículo escolar.

Complementando o estudo, o Produto Educacional — o Guia “A Educação Patrimonial nas Escolas da Baixada Santista – Santos e São Vicente” — materializa a proposta prática desta dissertação. Elaborado com base nas análises teóricas e empíricas, o Guia oferece subsídios e sugestões de atividades pedagógicas que possibilitam aos educadores trabalhar o patrimônio local de forma interdisciplinar, promovendo o sentimento de pertencimento e a valorização da identidade cultural entre os alunos.

## **2 MEMORIAL - QUANDO NASCE UMA PESQUISA: INQUIETAÇÕES**

### **2.1 Minha trajetória como educadora cultural e meu problema de pesquisa**

A minha busca por pesquisar e trabalhar a educação patrimonial sob uma perspectiva interdisciplinar dentro da sala de aula teve início durante o meu período de estágio na Pinacoteca Benedito Calixto, na cidade de Santos. Atuei como educadora cultural ao longo de toda a minha primeira graduação em História, e pude, nesse espaço, aliar teoria e prática. Aquilo que aprendia nas disciplinas da licenciatura era constantemente experimentado nas monitorias com diferentes públicos, especialmente grupos escolares e turistas.

As monitorias com estudantes eram, para mim, os momentos mais significativos. Procurava sempre torná-las mais dinâmicas, acessíveis e participativas, rompendo com a lógica tradicional em que o educador assume o papel central de transmissor do conhecimento. Acredito que a mediação educativa deve ser um espaço de trocas e descobertas, no qual os alunos possam explorar o espaço expositivo, levantar hipóteses e relacionar o que veem com seus conhecimentos prévios.

Foi justamente durante essas experiências que surgiram minhas primeiras inquietações enquanto futura educadora. Percebia, com frequência, que muitas das visitas escolares não eram precedidas de um trabalho preparatório dos professores com os estudantes. Para boa parte dos estudantes, a ida ao museu era entendida apenas como um “passeio” promovido pela escola, e não como uma atividade cultural e pedagógica que dialogava com os conteúdos estudados em sala de aula. Embora houvesse exceções, essa visão superficial sobre as saídas de campo era predominante e me provocou a repensar o papel do museu e da escola na formação dos alunos.

Percebi que, em muitas ocasiões, o que eu estudava nas disciplinas de formação docente não se concretizava nas práticas observadas durante as visitas. Frequentemente, as turmas chegavam ao museu sem qualquer preparação prévia, e o momento da visita era visto apenas como um “passeio escolar” organizado pela escola, e não como uma atividade pedagógica com intencionalidade cultural e

formativa. Embora houvesse exceções, essa visão reducionista do museu como espaço de lazer e não de aprendizagem crítica era recorrente.

Com o tempo, compreendi que não se tratava apenas de modificar minha postura como mediadora, mas de investigar e escrever sobre o tema da educação patrimonial e suas contribuições para o ensino interdisciplinar nas escolas brasileiras, abordar mais sobre esse tema, o que ela é, de que forma pode ser trabalhada na escola e quais seus impactos na formação cidadã e as suas contribuições para o processo educativo numa perspectiva interdisciplinar.

**Figura 1** - Educadora cultura Pinacoteca Benedicto Calixto



**Fonte:** Acervo do(a) pesquisador(a).

**Figura 2** - Monitoria Pinacoteca Benedicto Calixto, 2018



**Fonte:** Acervo do(a) pesquisador(a).

Durante minha graduação em História, tive a oportunidade de participar do PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, que representou um divisor de águas na minha trajetória. Foi nesse momento que vivi minha primeira experiência direta com a sala de aula, atuando em parceria com professores da rede pública do município de São Vicente. Nesse contexto, desenvolvi projetos no contraturno escolar e percebi o potencial da educação patrimonial como eixo estruturante para o sentimento de pertencimento dos estudantes à região onde vivem. Essa experiência foi fundamental, pois me permitiu compreender o potencial transformador dos projetos pedagógicos no contraturno escolar, nos quais percebi que seria possível desenvolver o sentimento de pertencimento e identidade regional dos estudantes por meio da Educação Patrimonial.

Essas vivências também se estenderam ao período em que participei do programa Residência Pedagógica, já na minha segunda graduação, em Pedagogia. Observei, então, que o tema da educação patrimonial ainda era pouco discutido no ambiente escolar e raramente contemplado nas práticas pedagógicas do Ensino Fundamental I. Essa constatação reforçou meu interesse em investigar o assunto de forma mais profunda e estruturada.

**Figura 3** - Certificação PIBID 2018/2019

**Fonte:** Acervo do(a) pesquisador(a).

A partir dessas vivências e da necessidade de contribuir com essa lacuna, comecei a produzir textos e artigos acadêmicos voltados à articulação entre História, Pedagogia e Educação Patrimonial, sob uma perspectiva interdisciplinar e crítica. Busquei aproximar a teoria da prática, analisando documentos curriculares e refletindo sobre como o ensino do patrimônio poderia ser inserido de forma significativa no cotidiano escolar.

Durante a licenciatura em Pedagogia, aproximei-me ainda mais da prática docente e das bases legais que norteiam o ensino, como a BNCC e demais documentos curriculares. Passei a compreender como a Pedagogia e a História poderiam dialogar em prol de uma formação interdisciplinar, voltada à valorização da cultura, da memória e da identidade. Meus estudos e produções acadêmicas nesse período já refletiam essa visão integrada entre teoria e prática, entre o patrimônio e a sala de aula.

Atuando como pedagoga em instituições filantrópicas de educação infantil, procurei desenvolver atividades simples, mas que já introduziam noções de

pertencimento e identidade cultural, alinhadas aos campos de experiências da BNCC, com o intuito de introduzir no cotidiano das crianças noções iniciais de pertencimento e valorização do espaço em que vivem. Baseei-me nos campos de experiência da BNCC, especialmente “O eu, o outro e o nós”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. As propostas envolviam brincadeiras, resgate de lembranças, relatos orais e até a participação das famílias — por exemplo, quando enviavam fotos das crianças em pontos turísticos ou lugares afetivos da cidade. Essas atividades permitiram que a comunidade local também participasse do processo educativo, reforçando desde cedo a importância da educação patrimonial na formação da criança, também priorizei a ludicidade e o envolvimento da comunidade: propus também brincadeiras antigas, resgates de lembranças e até a participação das famílias, que enviavam fotos das crianças em pontos turísticos da cidade. Assim, mesmo de maneira inicial, a Educação Patrimonial começou a fazer parte do cotidiano das crianças, permitindo que percebessem o valor do lugar onde vivem.

Durante essa fase, percebi que muitos colegas educadores ainda não viam sentido em desenvolver projetos dessa natureza com crianças pequenas. Sempre defendi, contudo, que quanto mais cedo as crianças são inseridas nesses contextos, mais repertório, bagagem cultural e senso de pertencimento elas levarão para o Ensino Fundamental. Naturalmente, as propostas precisavam ser adaptadas à faixa etária, com ênfase na ludicidade e nas experiências concretas, garantindo que a experiência fosse significativa e prazerosa.

Naquele momento, ainda não conseguia desenvolver sequências didáticas mais elaboradas por conta da faixa etária dos estudantes em que eu lecionava, e sem recursos para desenvolver sequências didáticas mais complexas, optei por aprofundar meus estudos por meio da leitura e da escrita de artigos acadêmicos, iniciei uma produção mais teórica, escrevendo artigos e aprofundando leituras sobre o tema. Esse processo de formação e reflexão consolidou em mim a compreensão de que a Educação Patrimonial vai além da simples visita a um espaço histórico: trata-se de um instrumento pedagógico que articula memória, identidade, cidadania e crítica social. Refletia sobre minha própria trajetória escolar e percebia que, quando estudante, também havia vivenciado saídas de campo sem intencionalidade pedagógica clara —

visitas a museus como o do Café, em Santos, ou ao Museu Afro-Brasil, em São Paulo, que se resumiam a passeios descontextualizados, sem conexão com o currículo ou com a aprendizagem. Foi justamente essa ausência de significado nas minhas próprias experiências que me impulsionou, anos depois, a desenvolver uma pesquisa comprometida com a valorização da Educação Patrimonial, especialmente nas séries iniciais, para que os estudantes possam compreender desde cedo o valor de sua história, de sua cultura e de sua comunidade.

Essas experiências, somadas à prática e à reflexão, despertaram em mim o desejo de compreender de forma sistemática como a Educação Patrimonial pode ser inserida nas escolas de modo intencional, interdisciplinar e significativo, o que culminou na formulação do meu problema de pesquisa e na elaboração desta dissertação para o meu mestrado.

## **2.2 As contribuições do patrimônio familiar: meus avôs e o incentivo pela valorização e preservação do antigo**

Minha relação com o patrimônio e com a memória sempre esteve presente em minha vida de maneira afetiva e cotidiana. Desde a infância, meus avôs foram as principais referências que despertaram em mim o olhar atento para o passado, para a preservação e para o valor simbólico das coisas antigas. Foram eles que me ensinaram a compreender que cada objeto, cada casa antiga e cada rua da cidade de Santos carrega uma história, um tempo e uma identidade. Suas narrativas sobre o passado familiar e sobre a cidade sempre despertaram em mim a curiosidade e o desejo de compreender de onde vim e como as histórias pessoais se entrelaçam com as histórias coletivas.

Essas vivências familiares contribuíram profundamente para a formação do meu olhar como educadora e pesquisadora. Frequentemente, meus avôs me levavam a espaços educativos não formais, como museus, feiras culturais, bibliotecas e igrejas históricas. Cada passeio era uma verdadeira aula de sensibilidade histórica: eles me explicavam o valor dos prédios antigos, o significado das estátuas, as transformações urbanas e os costumes de outras épocas. Esse contato precoce com a cultura e o patrimônio despertou em mim a consciência de que a história não se limita aos livros

escolares, mas se manifesta em tudo o que nos cerca — nas ruas, nas praças, nas tradições e nas memórias das pessoas.

Reconheço que essa realidade, infelizmente, não é compartilhada por muitos estudantes. No cotidiano escolar, percebo que boa parte das crianças nunca visitou um museu ou não associa o patrimônio cultural à sua própria vida. Para muitos, a cidade é apenas um espaço funcional, desvinculado de sentido histórico e identitário. Essa constatação reforçou em mim o compromisso de, como educadora cultural e professora, promover o acesso e o reconhecimento desses espaços como parte integrante da formação cidadã. Entendo que o sentimento de pertencimento nasce quando o estudante se vê como parte da história do lugar onde vive — e é exatamente esse sentimento que a Educação Patrimonial busca despertar.

Essa consciência, moldada desde a infância pelas experiências com meus avôs, foi determinante para o desenvolvimento da minha pesquisa e do meu produto educacional. A herança afetiva e simbólica das histórias familiares me levou a refletir sobre o quanto o patrimônio familiar pode ser um ponto de partida para o ensino da Educação Patrimonial nas escolas. Quando um estudante compartilha uma lembrança, uma fotografia, um objeto antigo ou uma história de seus antepassados, ele está exercitando a memória, a identidade e o pertencimento — e, conseqüentemente, construindo uma ponte entre o pessoal e o coletivo, entre o passado e o presente.

A partir dessas reflexões, percebi a necessidade de criar um material que auxiliasse os professores da Baixada Santista na tarefa de integrar a Educação Patrimonial ao currículo escolar. Assim surgiu a ideia do Guia Educacional “A Educação Patrimonial nas Escolas da Baixada Santista – Santos e São Vicente”, concebido como um produto pedagógico acessível, formativo e aplicável à realidade docente local. Esse guia não nasceu apenas de uma demanda acadêmica, mas de uma motivação pessoal: traduzir em propostas práticas o legado de valorização e respeito ao passado que aprendi com minha família.

Durante a seleção do material que compõe o guia, busquei unir o olhar afetivo herdado do convívio familiar ao olhar crítico construído ao longo da formação acadêmica. Se, por um lado, herdei dos meus avôs o encantamento pelo “antigo” e pela preservação da memória, por outro, compreendi, por meio dos estudos de

autores como Paulo Freire e Jörn Rüsen, que a educação sobre o patrimônio deve ultrapassar a contemplação nostálgica e transformar-se em uma prática pedagógica reflexiva e libertadora. Assim, ao selecionar as atividades e os textos para o guia, procurei equilibrar o conhecimento histórico com a valorização das experiências locais, das histórias de vida e dos saberes comunitários.

Nesse processo, percebi também que a Educação Patrimonial é uma temática relativamente recente no campo educacional brasileiro. As discussões sobre o tema, embora tenham origem nas primeiras décadas do século XX, ganharam relevância pedagógica apenas a partir da década de 1980, quando começaram a ser inseridas nas políticas culturais e nos debates sobre preservação e cidadania. Ainda assim, no contexto escolar, trata-se de um campo em construção, muitas vezes pouco explorado nos currículos e formações docentes.

Busquei, então, compreender de que maneira essa temática aparece nos documentos educacionais, com foco na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o ensino no Brasil. Identifiquei que a Educação Patrimonial se relaciona diretamente com as competências gerais que valorizam a cultura, a diversidade e o pensamento crítico, além de dialogar com os componentes curriculares de História, Geografia e Arte. Assim, o guia foi estruturado de modo a permitir que os professores possam trabalhar o patrimônio não como um conteúdo isolado, mas como uma proposta interdisciplinar, alinhada às orientações da BNCC e às realidades locais.

Por fim, reconheço que a origem dessa pesquisa e do produto educacional está intrinsecamente ligada ao meu próprio percurso de vida. As experiências afetivas e educativas vividas com meus avôs me ensinaram a olhar o patrimônio não apenas como um conjunto de bens materiais, mas como um elo entre gerações, um instrumento de memória e de identidade. Ao transformar esse legado em proposta pedagógica, busco contribuir para que outros educadores da Baixada Santista possam despertar nos estudantes o mesmo sentimento de pertencimento e valorização do passado que, desde cedo, orientou meu caminho e inspirou esta pesquisa.

### **2.3 Da experiência pessoal à formulação do problema e dos objetivos da pesquisa**

A partir das reflexões construídas ao longo da minha trajetória pessoal e profissional, percebi que a Educação Patrimonial ainda ocupa um espaço reduzido no ambiente escolar, especialmente nas escolas públicas da Baixada Santista. Essa constatação emergiu de minhas vivências como professora e educadora cultural, mas também das lembranças afetivas de minha formação familiar, em que o contato com a memória e com o patrimônio foi constante. Enquanto para mim o reconhecimento dos espaços culturais, dos objetos antigos e das histórias locais sempre fez parte da minha constituição identitária, observei que, para muitos estudantes, esses elementos permanecem distantes e pouco significativos.

Essa lacuna entre o patrimônio cultural e o ambiente escolar me levou à formulação do problema central desta pesquisa: como a Educação Patrimonial pode ser incorporada de forma efetiva nas práticas pedagógicas do Ensino Fundamental I, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e identidade dos estudantes da Baixada Santista?

A partir desse questionamento, compreendi que seria necessário criar um instrumento que aproximasse o professor dessa temática, oferecendo suporte teórico e prático para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao patrimônio local. Surgiu, então, a proposta de elaborar o Guia Educacional “A Educação Patrimonial nas Escolas da Baixada Santista – Santos e São Vicente”, concebido como produto educacional da pesquisa e estruturado de modo a integrar teoria, prática e realidade escolar.

Para fundamentar essa proposta, realizei um percurso metodológico que combinou pesquisa bibliográfica, observação direta e entrevistas com professores atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As leituras das obras de Paulo Freire (2020a; 2020b) e Jörn Rüsen (Schmidt; Martins, 2016) foram essenciais para compreender a dimensão emancipadora do ensino da história e o papel do patrimônio na formação da consciência histórica dos estudantes. Paralelamente, os estudos sobre Educação Patrimonial, aliados à observação de experiências pedagógicas

durante meu estágio na Pinacoteca Benedito Calixto, permitiram-me refletir sobre como o patrimônio pode ser um eixo de aprendizagem interdisciplinar, articulando saberes das áreas de História, Geografia, Artes e Língua Portuguesa.

As entrevistas com professores foram fundamentais para o delineamento do guia educacional. Conduzi encontros semiestruturados com docentes de escolas públicas de São Vicente, buscando compreender suas percepções, práticas e desafios relacionados ao ensino do patrimônio. As conversas revelaram um cenário de interesse e sensibilidade em relação à temática, mas também de insegurança e carência de materiais didáticos específicos que pudessem orientar a prática docente. A escuta atenta a esses relatos me permitiu compreender as reais demandas do contexto escolar e serviu de base para a construção do conteúdo e das atividades do guia.

Durante as entrevistas, muitos professores destacaram a dificuldade em relacionar o patrimônio local ao currículo escolar e expressaram o desejo de receber formações sobre o tema. Essa constatação reafirmou a relevância de desenvolver um material que não apenas informasse, mas formasse o educador, fornecendo estratégias para integrar o patrimônio cultural às práticas pedagógicas de forma interdisciplinar e significativa. O guia, portanto, foi concebido como uma resposta concreta às demandas identificadas durante essa etapa da pesquisa.

Assim, os objetivos gerais e específicos desta investigação foram sendo delineados a partir desse processo reflexivo e empírico. Como objetivo geral, propus elaborar um produto educacional que favorecesse a implementação da Educação Patrimonial nas escolas da Baixada Santista, contribuindo para a valorização do patrimônio local e o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes do Ensino Fundamental I.

Esse percurso que parte do íntimo e do afetivo ao tema estudado nesta pesquisa, passa pela reflexão teórica e culmina na produção de um material pedagógico, que representa o movimento natural de uma pesquisa comprometida com a transformação social e educacional. Ao unir a dimensão pessoal e profissional, busquei construir uma proposta que, além de contribuir com o campo acadêmico,

pudesse gerar impacto real nas práticas docentes e na formação cultural dos estudantes da minha região.

Em síntese, a gênese deste trabalho está na intersecção entre a memória familiar, a experiência docente e o desejo de transformação educativa. Foi nesse cruzamento que encontrei o propósito de minha pesquisa: transformar o legado de valorização do antigo, herdado de meus avôs, em uma prática pedagógica viva, crítica e libertadora — capaz de formar cidadãos conscientes de sua história, de sua cidade e de seu papel na preservação do patrimônio cultural coletivo.

### **3 CAIXA ALA CULTURA HISTÓRICA NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUA APLICAÇÃO NA SALA DE AULA**

Ao tratar da Educação Patrimonial, é fundamental compreender que ela não se restringe à observação de monumentos ou à visita a museus, mas envolve o reconhecimento da cultura histórica que permeia a vida cotidiana dos estudantes. A noção de cultura histórica, conforme Jörn Rüsen (2016), refere-se ao modo como os indivíduos e grupos sociais se relacionam com o passado e atribuem sentido às suas experiências históricas. Essa relação, quando trabalhada pedagogicamente, possibilita que os estudantes compreendam sua inserção no tempo e no espaço, reconhecendo-se como sujeitos históricos.

A cultura histórica é um conceito essencial para compreender como as sociedades organizam, interpretam e transmitem seu passado. Segundo Jörn Rüsen (apud Schmidt; Martins, 2016), a cultura histórica não se restringe aos registros acadêmicos ou documentos oficiais, mas se manifesta nas mais diversas formas de memória coletiva, influenciando a identidade cultural e o senso de pertencimento das comunidades. Essa transmissão ocorre por meio de narrativas, monumentos, práticas culturais, festividades, artes e tradições orais, consolidando-se como um elemento fundamental para a preservação da história e para a construção de um conhecimento histórico significativo.

O desafio do professor contemporâneo é convencer o estudante de que o patrimônio importa — não como algo distante ou meramente estético, mas como parte viva de sua própria existência. Para isso, é preciso que o educador se veja como mediador cultural, isto é, alguém que conecta os saberes da escola aos saberes da comunidade.

No contexto educacional, a cultura histórica permite que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais aprofundada sobre os processos históricos e suas repercussões no presente. O ensino da História, nesse sentido, não deve se limitar à memorização de eventos e datas, mas estimular uma análise crítica sobre os diferentes relatos históricos, mostrando que a história não é uma narrativa única e

absoluta, mas um campo de disputa e interpretação (Rüsen apud Schmidt; Martins, 2016). Essa abordagem crítica possibilita que os alunos percebam a diversidade de versões sobre o passado, compreendendo como determinados grupos sociais podem ser marginalizados ou silenciados em narrativas históricas hegemônicas.

A memória, seja ela no seu sentido pessoal, familiar ou coletiva vai assumir, nesse contexto, um papel estruturante. É por meio dela que o sujeito constrói sua identidade e compreende o valor dos bens culturais e simbólicos que o cercam. O trabalho do professor, portanto, deve ir além da transmissão de conteúdos sobre o patrimônio; ele deve fazer ver e fazer sentir a importância da preservação, despertando nos alunos o desejo de conhecer e cuidar daquilo que constitui a história de sua comunidade.

O professor torna-se, assim, um curador de memórias dentro da escola, alguém que seleciona, provoca e média reflexões sobre o que merece ser lembrado, reinterpretado e preservado, sempre valorizando o conhecimento prévio da turma como ponto de partida, dentro de um processo de ensino-aprendizagem que tem como base os significados atribuídos pelos próprios estudantes. Ao articular teoria e prática, ele transforma a Educação Patrimonial em um espaço de escuta, diálogo e reconstrução da identidade local.

A educação patrimonial desempenha um papel essencial nesse processo, pois possibilita que os estudantes tenham um contato direto com os elementos culturais que compõem a memória histórica. A análise de monumentos, tradições, artefatos e práticas culturais permite que os alunos estabeleçam conexões mais concretas com o passado, compreendendo sua relevância para a sociedade atual. A valorização do patrimônio cultural também auxilia no reconhecimento da diversidade cultural e na formação de cidadãos mais conscientes sobre a importância da preservação da memória coletiva (Schmidt; Martins, 2016).

Essa abordagem possibilita que os estudantes compreendam a importância dos bens culturais em diferentes contextos sociais e históricos, associando-os a processos econômicos, políticos e culturais que influenciam sua preservação ou degradação (Schmidt; Martins, 2016). Por exemplo, o estudo da arquitetura de um edifício histórico pode envolver conhecimentos de física e engenharia, enquanto a

análise de uma festividade tradicional pode abranger aspectos antropológicos e musicais.

O ensino da Educação Patrimonial deve ser desenvolvido na escola sob uma perspectiva interdisciplinar, de modo a articular diferentes áreas do conhecimento, como História, Geografia, Artes, Sociologia e até mesmo Ciências, conforme o enfoque pedagógico adotado. Essa abordagem integrada possibilita a construção de aprendizagens significativas, uma vez que o patrimônio cultural pode ser compreendido em suas múltiplas dimensões — históricas, sociais, estéticas e ambientais — favorecendo o diálogo entre saberes e a formação de uma consciência crítica e cidadã nos estudantes.

A aplicação da cultura histórica na educação patrimonial na sala de aula pode ocorrer por meio de atividades práticas, como visitas a museus, exploração de sítios arqueológicos, análises de fontes históricas, entrevistas com membros da comunidade e debates sobre a preservação do patrimônio. Essas ações incentivam o pensamento crítico dos alunos, ajudando-os a compreender que o patrimônio cultural não está restrito ao passado, mas se mantém vivo e em constante transformação. Além disso, a realização de projetos interdisciplinares, como exposições organizadas pelos próprios estudantes ou produções audiovisuais sobre o patrimônio local, contribui para que eles desenvolvam um olhar mais investigativo sobre a história e sua relação com a contemporaneidade (Rüsen apud Schmidt; Martins, 2016).

A educação patrimonial pode contribuir para o desenvolvimento de um senso de pertencimento e responsabilidade social. Quando os alunos percebem que fazem parte de uma tradição histórica e cultural, tendem a se engajar mais ativamente na preservação do patrimônio local. Projetos escolares que envolvem o contato com a comunidade, como entrevistas com idosos sobre tradições orais ou ações de valorização de espaços históricos negligenciados, podem reforçar essa relação, ativa e consciente, comprometida com a valorização e proteção da memória coletiva.

Outro aspecto fundamental da educação patrimonial é a promoção da reflexão sobre a relação entre memória e identidade. A memória histórica não é apenas um repositório do passado, mas um instrumento de construção identitária, que influencia a forma como os indivíduos e as comunidades se veem e são vistos pela sociedade.

Dessa maneira, ao compreender a relevância dos bens culturais para a construção da identidade coletiva, os alunos passam a valorizar a diversidade cultural e a reconhecer a importância da preservação do patrimônio como forma de respeito à história das diferentes comunidades. A marginalização de determinados grupos sociais na construção da história oficial, por exemplo, pode ser debatida a partir do estudo do apagamento de certas memórias e monumentos em detrimento de outros (Schmidt; Martins, 2016).

Essas ações favorecem a formação de um olhar investigativo e crítico, ampliando o repertório cultural dos alunos e conectando-os ao lugar onde vivem. Quando o estudante reconhece o valor de sua própria história, ele passa a enxergar o patrimônio não apenas como algo “velho”, mas como testemunho de experiências humanas que continuam a dialogar com o presente.

### **3.1 Os primeiros passos para o pertencimento e o educar patrimonial: conceituar, articular e vivenciar na sala de aula.**

Patrimônio vai desde a consciência mais antiga, que manifestou na humanidade a ideia de disseminar os bens da família, deixar registros nas paredes de cavernas da era pré-histórica (as artes rupestres), até os diários que se tornaram moda em toda Europa do século XVIII ao XIX como forma de registro do momento de passagem da juventude à vida adulta e relatos do cotidiano, até ao entendimento mais contemporâneo, que se desenvolveu a ideia de algo a ser transmitido para as gerações futuras. É importante ressaltar que o conceito de patrimônio é uma construção social, independente do seu tempo cronológico ou histórico.

Conceituar patrimônio vai muito além de explicar o significado, sua parte etimológica estrutural e gramatical: a junção de “patri”, termo designador de “pai” com “monium”, que exprime “recebido”, para referir-se a “herança”: (patrimonium), origem latina, que entre os antigos romanos, tudo que era de pertencimento ao pai de família.

“O órgão governamental que se responsabiliza sobre tudo que é relacionado ao Patrimônio é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, criado como secretaria durante o governo Vargas, como SPHAN no ano 1934, 14 de julho.”

(Moraes, 2006). Este órgão vem concretizando o processo de resgate do passado para a sociedade, abordando a importância da conscientização do patrimônio cultural em coletivo, e não somente em cunho histórico. Outra maneira que esse procedimento pode ser direcionado é no processo de escolarização, na educação inicial dos alunos, para que haja resultados em massa na sociedade.

É evidente o quanto este assunto é primordial para a introdução de uma visão de mundo social. Com todas as informações da nossa contemporaneidade, é pertinente notar os adjetivos e sinônimos que este o termo “patrimônio” recebeu ao longo do tempo: artístico, tesouro, herança, paisagístico, histórico, móvel, imóvel, intangível, imaterial etc., eles indicam uma recriação do conceito de patrimônio sempre reapropriado e também mostrando as concepções de tempo, políticas, de que foi abordado e por quem foi abordado significa muito na hora de vivenciar e explicar essa contextualização em sala de aula para os alunos em um processo educativo.

A palavra patrimônio é usada em vários contextos desde seu surgimento. É importante evidenciar que também depende muito do seu cenário cultural. Em cada país, cidade e local terá seus significados coloquiais, usados pela sociedade. Falar sobre patrimônio “coloquial”, é referir-se aos patrimônios do dia a dia, como por exemplo os imobiliários, econômicos, que são os financeiros de uma empresa, de uma pessoa ou de uma família, vistos como herança e bens materiais.

O patrimônio também tem o sentido cultural, que abrange as questões arquitetônicas, históricas, artísticas, etnográficas, ecológicas, genéticas, que são também temas de pesquisas, debates, palestras, projetos de educação patrimonial. O foco dessa pesquisa é evidenciar o patrimônio como cultura e construção social.

É importante ressaltar também os chamados patrimônios intangíveis ou imateriais, de recente formulação segundo o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. (Cavalcanti; Fonseca, p. 11, 2008).

O termo patrimônio tem sido cada vez mais usado não somente em questões de pesquisas ou relacionado ao âmbito educacional, mas sim por diferentes sujeitos,

grupos e instituições, o que torna nítido o quanto sua repercussão foi importante nos últimos anos do final do século XX e começo do século XXI. Os contextos sociais e históricos responsáveis pelo alargamento do conceito do termo de patrimônio cultural serão aos poucos abordados aqui, pois trazer a trajetória dos seus sentidos é refletir sobre as mudanças possíveis no amanhã.

A forma mais eficaz de promover processos de mediação em torno da Educação Patrimonial e dos diversos bens culturais existentes em nosso país, cidade, região ou bairro consiste em favorecer a atribuição de sentido e valor a esses bens, reconhecendo-os como patrimônios representativos de uma coletividade, seja ela nacional, regional ou local. Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial deve ser concebida não apenas como um recurso didático pontual, restrito a planos de aula, sequências didáticas ou projetos específicos, mas como uma prática educativa contínua e transversal, integrada à grade curricular e comprometida com a formação histórica, social e cultural dos estudantes.

O patrimônio cultural no âmbito da educação teria um planejamento para o exercício de conscientização, valorização e pertencimento, que seriam trabalhados desde cedo nos jovens estudantes, nas futuras gerações para essa nova visão de mundo. Com essas mudanças nas práticas educacionais, a educação terá reflexos, transformando opiniões, desconstruções em vários âmbitos.

Inserir uma “nova disciplina” na grade curricular brasileira, ou abordar um tema perpassando pelas áreas do conhecimento, trabalhando a interdisciplinaridade, é um trabalho que exige muito esforço e dedicação para todo seu processo de estruturação. É preciso também o suporte das secretarias de educação dos estados e municípios de cada região em parceria com os órgãos de preservação e instituições sociais que acolhem a causa, tornando possível a universalidade do tema nas escolas brasileiras.

A inserção da educação patrimonial não seria apenas na criação de uma disciplina escolar, mas sim no desenvolvimento deste conteúdo ao decorrer dos anos letivos do Ensino Fundamental. Para a compreensão das crianças, o tema precisa acompanhar a idade do aluno, ser dominado pelo professor atuante, e as escolas teriam a obrigatoriedade de disponibilizar cursos e atividades pedagógicas que preparassem o professor com a metodologia adequada, adaptada para as idades de

acordo com cada série.

A educação patrimonial pode ter seu papel reconhecido dentro do currículo escolar através do preparo profissional da escola e do envolvimento da comunidade local, para a valorização e o sentimento de pertencimento com a cultura local. Sempre que possível, a escola tem o dever de atualizar o currículo com práticas educativas que trabalhem de diferentes formas a construção do que é patrimônio e sua importância, por meio de leituras, palestras, vídeos, gincanas etc., abrindo o caminho da valorização das identidades culturais, desenvolvendo práticas e habilidades, e canalizando-as com o cotidiano do aluno.

Existem diversas maneiras que o professor(a) pode abordar o tema do patrimônio na escola. Quando se trata de crianças em fase de desenvolvimento cognitivo, motor, sensorial e seus esquemas (estruturas mentais), não é suficiente

apenas conceituar ou esclarecer dúvidas. É preciso inovar o método de ensino, colegas, estimulando a visão dos alunos para com o antigo como se fosse algo normal, com jogos, brincadeiras, com o tema proposto.

A museóloga e historiadora Maria de Lourdes Parreiras Horta aponta a educação patrimonial como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (1999, p. 4). Seguindo a linha de raciocínio da autora, o contato direto com as evidências da cultura proporciona um trabalho que leva os indivíduos a um “processo ativo de apropriação e valorização” (1999, p. 4). A autora ainda afirma, no Guia Básico de Educação Patrimonial que:

Consiste em provocar momentos de aprendizdos sobre o processo cultural durante as aulas e suas manifestações, despertam nos alunos o interesse de resolver questões significativas que levaram para a vida, pessoal e coletiva, tendo como resultado o sentimento de pertencimento, ao passado, a história como ser atuante. O Patrimônio Cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles (Horta, 1999, p. 6).

É visível a importância que este tema possui no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade, a consciência e o sentimento de atuação e estimulando o exercício da cidadania nos alunos.

### **3.2 A busca: percurso histórico**

Ao iniciar minha investigação sobre o conceito de Patrimônio Cultural e compreender como essa temática se consolidou no contexto brasileiro, encontrei no estudo sobre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) uma referência fundamental para compreender a complexidade e a relevância de inserir essa discussão de forma interdisciplinar no ambiente escolar. O IPHAN é uma instituição governamental brasileira responsável pela preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural nacional, cujo percurso histórico remonta ao início do século XX, momento em que se delineavam as primeiras políticas públicas voltadas à salvaguarda dos bens culturais do país. Criado em 13 de janeiro de 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, o órgão inicialmente integrava o Departamento de Cultura do Ministério da Educação e Saúde, refletindo o interesse do Estado em institucionalizar ações de preservação em um período de intensas transformações sociais e econômicas.

Nesse contexto republicano, marcado pelo surgimento das primeiras fábricas, pela expansão das ferrovias e pelo protagonismo do café como principal produto de exportação, o país vivenciava uma aceleração do crescimento urbano e da industrialização, em que o “novo” simbolizava o progresso e era amplamente valorizado. Diversos autores destacam que, entre as décadas de 1930 e 1956, o Brasil passou por um processo que pode ser compreendido como a Revolução Industrial Brasileira, período em que se intensificaram as transformações culturais e materiais que influenciaram diretamente a percepção sobre o que deveria ser considerado patrimônio e, conseqüentemente, preservado para as gerações futuras.

A criação do IPHAN foi motivada por uma série de fatores, incluindo iniciativas regionais de preservação do patrimônio, bem como os clamores e alertas de intelectuais, muitos deles ligados à Semana de Arte Moderna de 1922. Esse evento, que marcou um ponto de virada na cultura brasileira, trouxe à tona questões sobre a

preservação da identidade cultural do país em meio ao processo de modernização. O seu principal objetivo era promover a proteção do patrimônio histórico e artístico do Brasil, com intuito de preservar a nossa cultura que, na época, estava sofrendo com a falta de preservação e com a destruição de muitos de seus monumentos e sítios históricos. Este movimento estava acontecendo por conta de toda a modernização que o início do século vinte trouxe para as grandes capitais brasileiras.

É importante destacar, entretanto, que a concepção de patrimônio defendida pelo IPHAN em seus primeiros anos de atuação estava fortemente vinculada a uma visão elitizada e monumentalista da cultura. Os bens tombados e preservados concentravam-se, em sua maioria, em edificações coloniais, igrejas, casarões e obras de valor artístico reconhecido, refletindo uma narrativa histórica centrada nas classes dominantes e em suas expressões materiais. Essa perspectiva, embora fundamental para a consolidação das políticas patrimoniais no país, excluía as manifestações culturais populares, as tradições orais e as produções simbólicas das comunidades locais, que também constituem parte essencial da identidade nacional.

O conhecimento crítico que se deu a partir deste evento foi reflexivo, e permitiu que as comunidades entendessem profundamente o valor de seu patrimônio cultural e natural, não valorizando apenas o novo, que era a mentalidade naquele período histórico de industrialização e crescimento. O patrimônio não era para ser visto apenas como algo do passado, mas como um recurso vital para o presente e o futuro. Quando as pessoas estão conscientes da importância de seu patrimônio, estão mais inclinadas a se engajar ativamente em sua preservação. Após esse grande momento para a sociedade brasileira, a mentalidade e a conscientização de pertencimento e respeito pelos patrimônios aprimorou-se.

Com o passar das décadas, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988 e das novas discussões promovidas pela UNESCO, o conceito de patrimônio ampliou-se significativamente, incorporando dimensões imateriais, sociais e educativas. A noção de patrimônio passou, então, a abranger práticas, saberes, celebrações e modos de fazer transmitidos entre gerações, reconhecendo a diversidade cultural como elemento central da formação da cidadania.

**Figura 4** - Exposição de Portinari, Rio de Janeiro 1936, acervo IPHAN



Cândido Portinari, Antonio Bento, Mario de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, exposição de Portinari no Palace Hotel, Rio de Janeiro, julho de 1936. Foto: Acervo Iphan.

**Fonte:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 5.

A partir desse trabalho, a preservação e promoção da diversidade cultural brasileira passam a ser realizadas por um órgão próprio, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), criado em 1936. Graças ao trabalho dele e do posterior IPHAN, o Brasil tem certa garantia de que as futuras gerações tenham acesso ao seu passado.

Já no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens. A criação de um órgão federal dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foi motivada, de um lado, por uma série de iniciativas institucionais regionais e, de outro, por clamores e alertas de intelectuais, parte deles ligada à Semana de Arte Moderna de 1922, veiculados na grande imprensa brasileira (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 5).

Mário de Andrade, um dos principais nomes do modernismo e da articulação da Semana de 22, foi uma figura central também para o trabalho de preservação patrimonial e do SPHAN. Assim, se torna o idealizador dos programas de promoção, difusão e preservação do patrimônio brasileiro “Ele reconhecia a importância de se compreender a história econômica do Brasil não apenas como um registro de eventos do país ao longo do tempo” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 5).

Atendendo à solicitação de Gustavo Capanema, então ministro da Educação, Mário de Andrade, romancista, poeta, pesquisador, àquela altura diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e principal nome da ala paulista do movimento literário modernista, redige, em 1936, documento com vistas à “organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 5).

Mário de Andrade compreendia o importante papel dos museus, das imagens e de seu uso como instrumentos pedagógicos para difusão e popularização do conceito de patrimônio e de seus bens. Para ele, deveria ser gestada uma proposta nacional que transformasse e adaptasse espaços em centros culturais públicos, chamados de museus técnicos, de amplo acesso, que servissem para sensibilização e convívio da sociedade com seu patrimônio, além de promover maior compreensão sobre a diversidade étnica e econômica brasileira (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 5-6).

Nesses locais, deveriam não apenas ser expostos objetos ou artefatos, mas compreender uma programação ampla de educação e pesquisa, difundindo também um ensino libertador sobre a prática do trabalho. No sentido de que “teriam como objetivo expor não apenas os artefatos físicos relacionados a cada ciclo econômico, mas também os conhecimentos técnicos, as práticas de trabalho e os contextos históricos e sociais que os envolviam” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 5). Sua base para o projeto era o Museu Técnico de Munique e o de Ciência e Indústria de Chicago.

Uma das ideias de Mário era um museu relacionado ao ciclo econômico do café brasileiro, que havia recém promovido uma maior industrialização. Podemos relacionar esse espaço idealizado por ele com o patrimônio santista, local onde está o Museu do Café.

Imagine-se a 'Sala do Café', contendo documentalmente desde a replanta nova, a planta em flor, a planta em grão, a apanha da fruta; a lavagem, a secagem, os aparelhos de beneficiamento, desmontados, com explicação de todas as suas partes e funcionamento; o saco, as diversas qualidades do café beneficiado, os processos especiais de exportação, de torrefação e de manufatura mecânica (com máquinas igualmente desmontadas e explicadas) sala [...] (Andrade apud Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 6).

Apesar de a proposta de Mário de Andrade para museus técnicos sobre os ciclos econômicos do Brasil não ter sido plenamente implementada, sua abordagem ampla e interdisciplinar para a história do país continua relevante.

De 1837 a 1967, momento em que o patrimônio histórico brasileiro e sua preservação sofreram com as políticas militares, diz-se que o IPHAN teria vivido a sua "fase heroica". Isso porque foram realizadas diversas ações para promoção e educação patrimonial brasileira. Algumas destas são relativas a tombamento de bens culturais (como edifícios históricos, obras de arte, sítios arqueológicos e manifestações imateriais diversas), materiais e eventos educativos, restauros e preservação direta, e um trabalho conceitual envolvendo os critérios e diretrizes para a proteção patrimonial brasileira. É daí que temos também a primeira lei específica para tal, o Decreto-Lei nº 25/1937, "que estabeleceu o tombamento como instrumento de preservação" (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 6).

Apesar do importante trabalho, o IPHAN também sofreu alguns desafios, "incluindo a necessidade de equilibrar a preservação do patrimônio com o desenvolvimento econômico e social do país, bem como o desafio de lidar com a falta de recursos e infraestrutura adequados Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 6). De todo modo, foi um marco importante, e caracterizado por um forte compromisso com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, além de

importantes avanços na área de conservação e valorização do patrimônio que, até então, não se tinha leis que visassem sua importância na sociedade brasileira.

Essa mudança paradigmática possibilitou o fortalecimento da Educação Patrimonial como campo de atuação e reflexão pedagógica. Ao deslocar o foco do monumento para o sujeito, o patrimônio passou a ser compreendido como um instrumento de construção de identidade, memória e pertencimento, capaz de fomentar o pensamento crítico e a valorização da cultura local dentro das escolas. Assim, a Educação Patrimonial tornou-se não apenas uma estratégia de preservação, mas também uma prática educativa que promove o diálogo entre o passado e o presente, entre a tradição e a transformação social, consolidando-se como um caminho fértil para o ensino interdisciplinar e significativo no contexto escolar.

## **4 LEIS QUE REGEM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL**

Neste capítulo, proponho uma análise das principais normativas legais que estruturam e orientam a Educação Patrimonial no Brasil, buscando compreender como se constituiu, ao longo do século XX, a mentalidade preservacionista e a valorização do passado no contexto nacional. Para tanto, realizei uma curadoria histórica e interpretativa dessas legislações, apresentando-as em ordem cronológica, a fim de evidenciar a evolução conceitual e institucional das políticas públicas voltadas à proteção e à difusão do patrimônio cultural brasileiro.

A análise tem início na década de 1930, período em que se consolidam as primeiras ações governamentais de preservação, representadas pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937, marco inaugural da política patrimonial no país

### **4.1 O Decreto-Lei nº 25 de 1937 e Lei Nº 6.292**

A partir desse ponto, busco compreender de que modo os dispositivos legais subsequentes, como a Lei nº 6.292, contribuíram para ampliar o entendimento sobre o patrimônio — de uma visão restrita aos monumentos históricos e artísticos para uma perspectiva mais abrangente, integrando dimensões sociais, culturais e educativas. O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 foi o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro. Por esta razão, busquei trazer uma análise sobre o que essa lei aborda, que iniciou a conscientização da sociedade sobre o passado. Esse Decreto-Lei foi instituído em âmbito federal e estabeleceu os preceitos fundamentais para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Iremos analisar o primeiro artigo desta lei para analisarmos cronologicamente como foi construída essa visão da valorização do passado, desde o início do século XX, na década de 30.

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a

fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (Brasil, 1937).

Esse decreto estabeleceu a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, criando uma estrutura legal para a posterior ação direta de políticas que preservassem os bens brasileiros. Esses artigos abordam a organização desses patrimônios e suas instâncias.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira: que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país; que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país; que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário; que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos; que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais: que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos. Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil, 1937).

Nesses artigos, decreta-se sobre alguns instrumentos de proteção do patrimônio, como o tombamento, que permitiu o registro e a proteção de bens de interesse histórico, artístico ou cultural. Esse mecanismo ainda é utilizado hoje, sendo uma das bases fundamentais da atuação do IPHAN. Em seguida, apresenta-se a organização dessa proteção aos exemplos considerados de interesse histórico, artístico ou cultural em instância federal, estadual ou municipal.

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, afim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente (Brasil, 1937).

A seguir, estabelece-se que o tombamento em âmbito nacional será executado pelo chefe de governo (presidente da República), mediado pelo órgão competente, na época, o SPHAN.

Art. 7º Proceder-se-à ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo (Brasil, 1937).

Depois, são definidos os critérios para o tombamento de bens culturais. O tombamento pode ser realizado para proteger bens que tenham valor histórico, medidas que podem ser tomadas após o tombamento de um bem cultural com o proprietário do imóvel. O governo pode impor ou condições para a realização de obras ou intervenções no bem tombado, para sua preservação.

Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Art. 9º O tombamento compulsório se fará de acôrdo com o seguinte processo: O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para si o quisér impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação, no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado. que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por símples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo, se a impugnação for oferecida

dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, afim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Os bens devem ser arrolados em livro de tombo, com todos os detalhes relativos às suas características e informações cruciais, que também devem ser mantidas pelo SPHAN: “O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo” (Brasil, 1937). Outros artigos dispõem sobre isso.

Parágrafo único. Para todas os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo (Brasil, 1937).

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber: No Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º, no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desempenha um papel central na regulamentação da educação patrimonial, complementando legislações como o Decreto-Lei nº 25/1937 e a Lei nº 6.292, que estabeleceram as bases para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. O IPHAN criou o Programa Nacional de Educação Patrimonial (PNEP), que busca implementar e regular ações educativas em diversos níveis de ensino para ampliar a conscientização sobre o que é e por que preservar o patrimônio cultural brasileiro. Essas ações buscam democratizar

a educação patrimonial, inserindo-a também em escolas, além de outras instituições. Assim, desde o ensino básico os estudantes teriam contato com o tema, para o fortalecimento do seu senso de pertencimento cultural e étnico, além de possibilitar uma maior valorização do patrimônio enquanto formador de identidade e integrado ao passado e futuro.

Desde então, a educação patrimonial no Brasil passou por diversas fases e hoje é regida por um conjunto de leis e diretrizes que buscam garantir a preservação e valorização do patrimônio cultural, histórico e artístico do país. Essas normas estabelecem diretrizes para a inclusão do ensino sobre patrimônio nas escolas e orientam políticas públicas voltadas para a conscientização e preservação da memória coletiva. Hoje em dia, a Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25 de 1937, chamando-o de patrimônio cultural brasileiro. Essa concepção alarga as possibilidades de enquadramento de um bem como patrimônio.

Dessa forma, a educação patrimonial no Brasil está amparada por uma série de legislações e diretrizes que visam garantir o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural como parte fundamental da identidade e da formação cidadã. A implementação dessas normas no ambiente escolar contribui para o fortalecimento da consciência histórica e para o desenvolvimento de uma sociedade mais engajada na proteção de sua herança cultural.

## **4.2 Educação patrimonial e sua importância social**

Neste capítulo, busquei trazer as contribuições que a educação patrimonial traz para o processo formativo do estudante do Ensino Fundamental I, com uma atividade lúdica, como saídas de campos, um modelo que enfatiza a interpretação e a compreensão do passado em relação ao presente, permitindo que os estudantes desenvolvam uma visão crítica e reflexiva sobre a sociedade e sua própria identidade.

Analisei o suporte teórico com a obra do autor Jörn Rüsen (apud Schmidt; Martins, 2016). Uma das principais contribuições dele é a sua categorização de

tipologias da consciência histórica, composta por quatro formas: tradicional, exemplar, crítica e genética. A consciência tradicional baseia-se na preservação e continuidade de tradições passadas; a exemplar usa o passado como um modelo para orientar o presente; a crítica questiona as interpretações tradicionais busca novas perspectivas; e a genética enfatiza a evolução histórica, analisando as transformações e processos de mudança ao longo do tempo. Essa tipologia permite compreender como os indivíduos e sociedades se relacionam com o passado e orientam suas ações no presente e no futuro, uma metodologia que busco abordar nesta pesquisa, na forma de fazer a educação patrimonial estar presente no cotidiano escolar.

A educação patrimonial valoriza a experiência direta e o contato com o patrimônio cultural, em vez de apenas o estudo teórico. Isso significa proporcionar oportunidades para que as pessoas interajam com o patrimônio cultural de forma tangível, por meio de visitas a museus, sítios históricos, manifestações culturais, entre outros. Busca-se a explorar os diversos aspectos do patrimônio cultural, incluindo sua história, significado, valor estético, relevância social, etc., para criar o sentimento de pertencimento e de vivência significativa com a história e a cultura.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p.4)

A Educação Patrimonial, ao invés de adotar uma abordagem passiva, busca engajar as pessoas em um processo ativo de conhecimento, estimulando curiosidade, investigação e reflexão sobre o patrimônio cultural.

É uma forma de incentivo à um dos objetivos principais da Educação Patrimonial é promover a apropriação e valorização da herança cultural por parte das pessoas. Rüsen (Schmidt; Martins, 2016) enfatiza a importância da narrativa na

didática da história. Ele argumenta que a história deve ser ensinada de forma narrativa para que os alunos consigam estabelecer conexões entre os eventos e compreender o sentido das transformações históricas. Isso dialoga com a reflexão de desenvolver uma estruturação do conhecimento histórico com a educação patrimonial por meio de narrativas que facilitem a assimilação dos conteúdos e tornem o aprendizado mais envolvente e significativo. Isso envolve desenvolver um senso de pertencimento e identidade cultural, reconhecendo a importância do patrimônio cultural para a comunidade e para a construção da própria identidade.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (Horta; Grunberg; Monteiro,1999,p.4).

Além de promover a compreensão e apreciação do patrimônio, a educação patrimonial busca capacitar os educandos, mesmo na idade escolar, para um melhor usufruto dos bens culturais. Para isso, deve-se incluir atividades que visem tornar possível a capacidade de identificar, analisar, avaliar e proteger o patrimônio cultural, garantindo que ele perdure para próximas gerações e seja significativo dentro e fora da sala de aula.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (Horta; Grunberg; Monteiro,1999, p.4)

A educação patrimonial estimula a criação cultural, e é vista como um catalisador para a geração e produção de novos conhecimentos e expressões. À

criação cultural e renovação da herança cultural.

#### **4.3 Linha Cronológica das Leis da Educação Patrimonial no Brasil**

A institucionalização da educação patrimonial ocorreu de forma gradual no Brasil, sendo ainda uma questão de debate legislativo, acadêmico e público. Ela acompanhou a evolução das políticas de preservação e patrimonialização, bem como a crescente valorização da memória histórica em esfera nacional e mesmo por grupos identitários. Ao longo das décadas, diferentes normativas foram estabelecidas para garantir que a proteção do patrimônio não se limitasse à preservação física de bens culturais, mas também envolvesse a conscientização e a educação da população sobre sua importância, com a promoção de eventos, formações e publicações sobre a educação patrimonial.

a) 1937 – Criação do SPHAN/IPHAN e o tombamento como mecanismo de proteção

O primeiro grande marco legal na proteção do patrimônio brasileiro foi o Decreto-Lei nº 25, de 1937. Ele foi o responsável por instituir o então SPHAN, primeira autarquia especificamente relacionada à preservação e patrimonialização de bens. O decreto estabeleceu o tombamento como um dos principais mecanismos de proteção do patrimônio cultural, garantindo que bens considerados de interesse histórico, artístico e arqueológico fossem preservados pelo Estado (Brasil, 1937). Essa legislação, influenciada pelo nacionalismo da época varguista, limitava o patrimônio a bens materiais, como monumentos e edificações coloniais, negligenciando outras formas de patrimônio, como o imaterial. A educação patrimonial ainda não era contemplada de modo específico.

b) 1975 – Ampliação das diretrizes para a preservação cultural

A década de 1970 marcou um avanço significativo na legislação patrimonial com o Decreto nº 6.292, de 1975. Ele foi responsável por ampliar a possibilidade de preservação de bens culturais com a criação de novas categorias de proteção, o que

foi fundamental para garantir a proteção de bens que não se enquadravam nas categorias anteriores, como sítios arqueológicos e conjuntos urbanos de valor houvesse maior preocupação com a valorização social do patrimônio e da sua conexão com a educação, o que o indicava uma mudança na maneira de ver o patrimônio não somente como algo a ser preservado, mas também como algo a ser usado para a educação.

c) 1988 – Constituição Federal e a ampliação do conceito de patrimônio

A Constituição Federal de 1988 é um marco de mudanças em relação ao entendimento patrimonial e às leis que o regem, pois novamente expande o conceito de patrimônio cultural no Brasil. Nela, passou-se a reconhecer não apenas os bens materiais, como também os imateriais, tais como festas populares, saberes tradicionais, formas de expressão e modos de fazer característicos de grupos importantes da sociedade brasileira, incluindo os povos originários. Assim, possibilitou que práticas de comunidades indígenas, quilombolas e outros grupos sociais historicamente marginalizados fossem mais valorizadas, difundidas e protegidas pelo Estado.

A ampliação do conceito de patrimônio cultural tornou a educação patrimonial ainda mais importante, pois a valorização dos bens imateriais exige que a população compreenda sua relevância e contribua para sua preservação. A inclusão de mais agentes sociais e do patrimônio imaterial também faz com que isso ocorra de forma mais orgânica, já que valoriza os saberes tradicionais, oralizados e geracionais. O Estado passa a ter a responsabilidade de garantir que a educação patrimonial seja abordada de forma adequada e eficaz nas escolas e outras instituições.

d) 2000 – Diretrizes do IPHAN para a educação patrimonial

Na década de 2000 houve um esforço mais direto para integrar a educação patrimonial às práticas pedagógicas institucionalizadas. O IPHAN publicou diversas diretrizes específicas voltadas para a educação patrimonial, estabelecendo a necessidade de incentivar práticas educativas que levassem à valorização do patrimônio cultural. A integração da educação patrimonial ao currículo escolar permite

que os alunos tenham contato com o patrimônio cultural desde cedo, o que contribui para o desenvolvimento de um senso de pertencimento e responsabilidade.

Dentre as propostas desse documento, destacam-se iniciativas como projetos interdisciplinares nas escolas, visitas guiadas a espaços históricos, oficinas culturais

e debates sobre a memória coletiva das comunidades. Essas práticas começaram a

reflexão crítica e a participação ativa na preservação da herança cultural, a nível nacional ou local.

Com a ampliação do conceito de patrimônio na Constituição, foi instituído o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), por meio do Decreto nº 3.551/2000. Em consonância com a ampliação do conceito de patrimônio, foi criado pelo Decreto o Livro de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Ele permitiu o registro, a difusão e a proteção de diversas práticas culturais brasileiras, especialmente em comunidades tradicionais do país

Com essa nova abordagem, a educação patrimonial passou a incluir não apenas a visita a monumentos e museus, mas também o estudo e a vivência de manifestações populares, como festas religiosas, culinária típica e rituais indígenas. Dessa forma, ampliou-se a compreensão sobre a importância de preservar a memória viva das comunidades e garantir sua transmissão para as gerações futuras.

e) 2014 – Plano Nacional de Educação e a educação patrimonial

A partir da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), com a Lei nº 13.005/2014, a educação patrimonial começou a ser vista como um componente interdisciplinar importante para a formação cidadã, realizada de forma institucional e nas escolas. O PNE incentivou a criação e adoção de práticas pedagógicas que abordassem a diversidade cultural e histórica do Brasil, demonstrando como o patrimônio faz parte da identidade individual e coletiva, e inserindo a preservação do patrimônio como um dos eixos fundamentais para o ensino das disciplinas de História e Geografia em todas as escolas brasileiras.

O Plano também enfatiza a necessidade de formação continuada dos professores para que tornem possível a educação patrimonial como um tema transversal. Ou seja, articulando-a com diferentes disciplinas e promovendo o engajamento dos alunos na proteção do patrimônio cultural local, o que é fundamental para que eles criem um senso de pertencimento local e vejam sentido na preservação de sua herança cultural.

f) 2017 – A BNCC e a inserção da educação patrimonial no currículo escolar

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, reforçou a importância da educação patrimonial ao vincular essa temática ao ensino da História,

um dos componentes obrigatórios do ensino. Visa a construção da cidadania e a BNCC também propõe que a preservação do patrimônio seja trabalhada de maneira prática e contextualizada, estimulando o contato dos estudantes com o ambiente histórico-cultural em que vivem. Isso pode ser realizado com visitas a museus, sítios históricos, entrevistas com membros da comunidade, debates sobre preservação ambiental e atividades artísticas relacionadas ao patrimônio cultural. A BNCC representa um avanço importante na consolidação da educação patrimonial no Brasil, integrando-a ao currículo escolar e propondo o desenvolvimento de competências importantes na formação cidadã e crítica dos alunos.

g) A consolidação da educação patrimonial como política educacional

Esse percurso cronológico demonstra como a educação patrimonial se transformou ao longo do tempo, deixando de ser atrelada apenas à preservação de monumentos edificados, para se tornar um tema transversal das políticas educacionais no Brasil. Com isso, nota-se uma valorização da memória e elementos culturais, sendo partes fundamentais da formação cidadã de alunos de todas as idades, para que eles sejam capazes de reconhecer a diversidade histórica, étnica e cultural do país. Essas diretrizes educacionais incentivam que sejam realizados projetos pedagógicos interdisciplinares que envolvam a exploração do patrimônio local.

Com a consolidação da educação patrimonial nas diretrizes educacionais, espera-se que novas políticas sejam desenvolvidas para fortalecer essa prática nas escolas. É fundamental que a educação patrimonial seja implementada para tornar os alunos ativos e conscientes da proteção do patrimônio cultural, transformando-os em agentes de transformação social.

## 5 A CONSTRUÇÃO DA CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL PATRIMONIAL

A introdução da educação patrimonial no mundo possui diferentes perspectivas. O momento exato onde iniciou-se este movimento remonta há séculos anteriores, e de diferentes perspectivas sobre o que representa o patrimônio dentro de uma determinada nação, cultura e sociedade. A construção do que hoje entendemos de patrimônio vem de décadas de uma crescente conscientização sobre a importância do patrimônio cultural e histórico para as sociedades. Em uma visão geral, a introdução da educação patrimonial no mundo reflete em um processo de crescente valorização do patrimônio cultural como algo relacionado a identidade das sociedades, e um reconhecimento da importância de envolvê-lo e preservá-lo para as gerações futuras.

O percurso histórico da ideia de resgatar o passado começou na década de 30 no Brasil, com a criação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que, desde então, passou a deixar uma marca sobre a necessidade de resgatarmos nossas origens, a valorização do passado e de quem somos, e o senso de pertencimento social com o cuidado de tudo que nossa sociedade construiu.

Desde a sua criação, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN manifestou em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas, e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área. (IPHAN, 2014, p. 5).

A educação e o patrimônio abordados em conjunto, resultou no que hoje chamamos de Educação Patrimonial. Ela desenvolve a construção, no estudante, do sentimento de pertencimento, cidadania, entre outros valores que são resgatados através do patrimônio abordado na sala de aula. Em artigo de Ana Lucia Thompson e Igor de Souza coloca-se que:

A Educação Patrimonial (EP) é assunto crescente no âmbito das políticas voltadas à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, tendo em vista que seus agentes, responsáveis pela proteção e salvaguarda, vêm se dedicando mais à interseção entre os campos da Educação e do Patrimônio Cultural.

Esse cruzamento entre as duas áreas não é novo e remete aos primórdios da ideia preservacionista, no âmbito social. Por estas razões, a pesquisa aborda e reflete com o leitor sobre a necessidade de desenvolvermos essa temática em um componente curricular nas escolas do Brasil pois, através da universalização do ensino da educação patrimonial, as futuras gerações passam a ter uma nova visão social, histórica e econômica. Aprendem a fazer a sua própria leitura do mundo, como cidadãos conscientes da importância e da valorização do passado e da história, estimulando o protagonismo e o senso crítico do estudante.

### **5.1 O 1º Seminário de Educação Patrimonial no Brasil, um marco de reflexões**

O 1º Seminário de Educação Patrimonial foi realizado em 1983 no Museu Imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Foi um evento que reuniu profissionais da área da cultura, educação e patrimônio interessados em discutir e promover a educação patrimonial como uma prática educativa significativa. Foi um marco importante para o que, mais tarde, seria um processo de conscientização e abordagens educacionais dentro da sala de aula pois, até então, a temática abordada durante o seminário era sobre pesquisas na Europa. No Brasil, a visão sobre o que era patrimônio e sua importância dava-se em uma perspectiva mais social, e não educacional.

O seminário foi inspirado em experiências educativas internacionais, com abordagens educacionais desenvolvidas em países como a Inglaterra, onde a temática já estava mais consolidada. Foram discutidos diversos temas relacionados à educação patrimonial, incluindo suas bases teóricas, metodologias de trabalho, experiências bem-sucedidas e desafios enfrentados na Inglaterra. Foram articuladas e sistematizadas práticas educativas voltadas para a valorização e preservação do patrimônio cultural. Além disso, o evento proporcionou um espaço de troca de

conhecimentos e experiências entre os participantes, contribuindo para o fortalecimento e a disseminação dessa abordagem educativa no Brasil.

No contexto brasileiro, esse momento de discussões e reflexões gerados para a preservação patrimonial, gerou diversas iniciativas que foram desenvolvidas em todo o país, com foco na valorização e na promoção do patrimônio.

Após esse seminário, que pode ser considerado um marco para os estudos e reflexões sobre a educação patrimonial, as ações educativas muitas vezes se concentraram em museus e instituições culturais, onde eram realizadas atividades como visitas guiadas, oficinas, palestras e projetos educacionais específicos voltados para o patrimônio. Gradualmente, a educação patrimonial foi se consolidando como uma prática educativa reconhecida e valorizada no Brasil, contribuindo para a preservação e a valorização da diversidade cultural e histórica do país.

## **5.2 Análise da BNCC e os componentes curriculares na perspectiva da Educação Patrimonial**

A BNCC configura-se como um documento de extrema relevância para a análise da Educação Patrimonial, uma vez que propõe diretrizes que abarcam o patrimônio em suas múltiplas dimensões e em todas as regiões do país. Ao mesmo tempo, o documento evidencia a necessidade de aproximação com a realidade regional, de modo que os estudantes possam reconhecer e valorizar a história, a memória e a ancestralidade do local em que estão inseridos, sem perder de vista sua identidade cultural. Essa perspectiva ressalta a importância de contextualizar o ensino, promovendo a interligação entre o patrimônio local e os saberes curriculares, e reforça a dimensão interdisciplinar da Educação Patrimonial.

Na BNCC foi articulado um conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, o seu desenvolvimento integral de curiosidade, autonomia e reflexão. Por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoia-se as escolhas necessárias para a concretização dos projetos de vida e a continuidade dos estudos dos alunos futuramente.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018, p.10).

A BNCC garante aos estudantes brasileiros o acesso a um conjunto de aprendizagens essenciais, voltadas ao desenvolvimento integral, à curiosidade, à autonomia e à capacidade de reflexão crítica. Por meio das dez competências gerais da Educação Básica, o documento orienta o planejamento curricular e as práticas pedagógicas, apoiando escolhas que favoreçam a concretização de projetos de vida dos alunos e a continuidade de seus estudos ao longo da trajetória escolar. Nesse sentido, a BNCC oferece um referencial estratégico para a promoção da Educação Patrimonial, fornecendo subsídios para que os professores incorporem o patrimônio cultural como eixo de aprendizagem e construção de cidadania.

No que se refere à Educação Patrimonial, a BNCC apresenta-se como um importante referencial para a integração de saberes históricos, geográficos, artísticos e culturais, pois valoriza o reconhecimento e a apropriação do patrimônio como elemento central para a formação da identidade, da memória e da cidadania.

Segundo a BNCC, a Educação Patrimonial pode ser trabalhada em diversos componentes curriculares, especialmente em História, Geografia, Artes e Língua Portuguesa, favorecendo a compreensão da cultura material e imaterial, dos bens históricos locais e regionais, das tradições e das expressões simbólicas da comunidade. Através dessa articulação, espera-se que os estudantes desenvolvam competências como pensamento crítico, argumentação histórica, análise de fontes e valorização da diversidade cultural.

A BNCC é um documento de suma relevância nessa análise para o aprimoramento da pesquisa sobre Educação Patrimonial na sala de aula, pois falar sobre educação patrimonial é abordar o patrimônio num todo, de todas as regiões do país. Mas este material traz consigo a necessidade do estudo regional e suas particularidades, para que o aluno que está inserido em determinado local não perca sua essência de ancestralidade, história e memória.

Contudo, ao mesmo tempo em que a BNCC apresenta vantagens, sua aplicação enfrenta limitações significativas no contexto escolar. A necessidade de adaptação às realidades locais nem sempre é contemplada de forma efetiva, e a interpretação das competências por parte dos docentes pode variar conforme sua formação e experiência. Em muitas escolas, as diretrizes acabam sendo tratadas de maneira generalista, sem estratégias pedagógicas que efetivamente promovam a valorização do patrimônio cultural regional. Além disso, fatores como escassez de recursos didáticos, sobrecarga curricular e falta de formação continuada dos professores dificultam a concretização das aprendizagens previstas no documento.

Ao analisar as competências gerais da educação básica prescritas no documento da BNCC, é visível como é importante o posicionamento que visa a valorização da educação patrimonial na escola, pois, através das competências, reconhecemos que devem ser assegurados os valores e estimuladas que agregam para a transformação da sociedade, porém a implementação efetiva dessas orientações enfrenta diversos desafios na realidade escolar.

Primeiramente, observa-se uma lacuna entre o texto normativo e a prática docente pelo contato que tive com os professores entrevistados durante o desenvolvimento dessa pesquisa, pois muitos professores desconhecem ou não receberam formação específica para trabalhar com Educação Patrimonial. A presença do tema nos documentos oficiais não garante sua efetiva incorporação em sala de aula, sendo muitas vezes tratada de forma superficial ou episódica, restrita a projetos isolados, saídas de campo pontuais ou atividades extracurriculares.

A BNCC oferece dez competências gerais da Educação Básica, cada uma delas representando um eixo para o desenvolvimento integral do estudante. No contexto da Educação Patrimonial, essas competências podem ser operacionalizadas em sala de aula de forma que os alunos reconheçam, valorizem e se apropriem do patrimônio cultural local, promovendo identidade, pertencimento e cidadania crítica. Selecionei algumas das competências gerais da educação básica, estão relacionados os pertinentes ao assunto da educação patrimonial.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018, p. 11).

No contexto do Ensino Fundamental I, a BNCC reconhece que as experiências das crianças em seus contextos familiar, social e cultural, bem como suas memórias, seu senso de pertencimento a grupos e sua interação com diferentes tecnologias de informação e comunicação, constituem fontes valiosas para estimular a curiosidade e a formulação de perguntas. No papel, o documento incentiva os alunos a compreenderem conceitos, processos e manifestações culturais locais e nacionais, oferecendo um caminho para a integração interdisciplinar entre História, Geografia e Artes. No entanto, é necessário observar criticamente que, na prática escolar, muitas vezes essas possibilidades permanecem subutilizadas ou idealizadas, pois a abordagem das experiências culturais locais depende fortemente da formação do professor, da disponibilidade de recursos e do tempo destinado à interdisciplinaridade. Por exemplo, ao propor o estudo de um prédio histórico em Santos, os estudantes poderiam investigar sua função original, a arquitetura e o contexto social da época; entretanto, sem planejamento adequado, infraestrutura ou mediação crítica, essa atividade corre o risco de se reduzir a um exercício superficial de observação, sem efetivamente promover reflexão histórica ou sentido de pertencimento cultural.

O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. (Brasil, 2018, p. 60).

A BNCC ressalta a importância do estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, destacando a construção e o fortalecimento da capacidade dos alunos de formular perguntas, avaliar respostas, argumentar, interagir com diferentes produções

culturais e utilizar tecnologias de informação e comunicação (Brasil, 2018, p. 60). Em tese, essas diretrizes prometem ampliar a compreensão do estudante sobre si mesmo, sobre o mundo natural e social, e sobre as relações humanas entre si e com a natureza. No entanto, é preciso analisar criticamente que, na prática escolar, o alcance dessas intenções depende diretamente da formação docente, da organização curricular e da disponibilidade de recursos pedagógicos, fatores que frequentemente limitam a efetivação de tais competências.

Ao considerar o desenvolvimento das competências no Ensino Fundamental I, especialmente nas áreas de Ciências Humanas (História e Geografia) e Linguagens (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física) e sua intersecção com Matemática, percebe-se que a Educação Patrimonial oferece um campo fértil para articular conteúdos e promover experiências interdisciplinares. O patrimônio cultural permite trabalhar conteúdos históricos e geográficos contextualizados, desenvolver a expressão e comunicação por meio da Língua Portuguesa e das Artes, e até mesmo explorar conceitos de medida e proporção em atividades matemáticas relacionadas a construções ou objetos históricos. Contudo, na prática cotidiana das escolas, essa pluralidade de possibilidades muitas vezes não é explorada, resultando em atividades fragmentadas ou superficiais, em que o patrimônio é abordado apenas como curiosidade ou passeio educativo, sem conexão significativa com os componentes curriculares e com a construção de sentido crítico e cultural nos estudantes.

A Educação Patrimonial pode ser integrada às competências gerais e aos componentes curriculares da BNCC de forma interdisciplinar, oferecendo oportunidades concretas para desenvolver pensamento crítico, criatividade, argumentação e cidadania nos estudantes.

Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais. (Brasil, 2018, p. 67).

Com as Ciências Humanas (História e Geografia) as competências trabalhadas: análise crítica de fontes, compreensão do tempo histórico, percepção das relações entre sociedade e ambiente. Exemplo de atividade: os alunos podem investigar a história de um prédio histórico de Santos, analisando sua função original, a arquitetura e seu contexto social. Em Geografia, podem mapear o patrimônio da cidade, identificando sua relação com o espaço urbano e as transformações ambientais ao longo do tempo.

As linguagens (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Música) as competências trabalhadas: expressão oral e escrita, leitura crítica, interpretação, apreciação estética, criatividade e comunicação. Exemplo de atividade: em Língua Portuguesa, os alunos produzem textos descritivos ou narrativos sobre patrimônios locais, histórias de moradores antigos ou lendas regionais. Em Arte, podem recriar elementos arquitetônicos ou culturais por meio de desenhos, colagens ou maquetes. Em Música ou Educação Física, podem explorar manifestações culturais locais, como danças e cantos tradicionais.

E as Ciências e Tecnologias as competências trabalhadas seriam: a investigação científica, observação, uso de tecnologias e análise de impactos ambientais. Exemplo de atividade: os alunos podem explorar a relação entre patrimônio histórico e meio ambiente, estudando a sustentabilidade na conservação de prédios antigos ou utilizando aplicativos e plataformas digitais para registrar informações sobre acervos culturais.

No campo das Ciências Exatas, especialmente na área da Matemática do Ensino Fundamental I, a BNCC estabelece que o ensino deve estar comprometido com o desenvolvimento do letramento matemático, compreendido como o domínio de competências e habilidades que envolvem procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas (Brasil, 2018, p. 268). Essa concepção amplia o entendimento tradicional da Matemática, reconhecendo que o aprendizado não se restringe à memorização de algoritmos ou à resolução mecânica de problemas, mas à capacidade de utilizar o raciocínio matemático para interpretar, compreender e agir sobre a realidade.

“O Ensino Fundamental deve ter compromisso com o desenvolvimento do letramento matemático, definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas.” (Brasil, 2018, p.268).

Nesse sentido, a Matemática deve dialogar com outras áreas do conhecimento humano, tornando-se instrumento de leitura e representação do mundo social, histórico e cultural. Ao articular-se com a Educação Patrimonial, o componente curricular ganha novas dimensões pedagógicas: o estudante é convidado a observar o patrimônio material e imaterial de sua comunidade como fonte de investigação e experimentação matemática. Por exemplo, ao analisar edificações históricas da Baixada Santista, é possível explorar noções de simetria, proporção, medidas e formas geométricas; em praças e monumentos, podem ser trabalhados conceitos de espaço, grandezas e localização geográfica; já em levantamentos de dados sobre bens culturais, podem ser aplicadas noções de estatística e organização de informações.

Essa integração permite que o ensino da Matemática seja compreendido não apenas como uma área de exatas, mas como linguagem de expressão e interpretação da realidade cultural e social, favorecendo a formação integral do aluno. No entanto, é necessário reconhecer que essa abordagem interdisciplinar ainda enfrenta desafios práticos, como a falta de tempo pedagógico, a escassez de formação específica e a ausência de materiais didáticos contextualizados.

Superar essas limitações implica repensar o papel da Matemática na escola — não como disciplina isolada, mas como campo de conhecimento que contribui ativamente para a valorização do patrimônio, da identidade e da memória coletiva. No âmbito da Educação Patrimonial, as unidades temáticas da BNCC podem ser exploradas de maneira integrada e contextualizada, promovendo aprendizagens significativas a partir da realidade cultural e histórica do entorno dos estudantes.

Em Números, podem ser desenvolvidas atividades de contagem e registro de elementos presentes em bens culturais locais — como janelas, colunas, mosaicos ou

azulejos —, estimulando a observação e a quantificação do patrimônio.

Em Álgebra, o foco pode recair sobre a identificação de padrões e regularidades em formas arquitetônicas ou em desenhos ornamentais de construções históricas, favorecendo a generalização e o pensamento lógico.

A unidade de Geometria encontra terreno fértil na análise das formas e simetrias presentes em edifícios, igrejas, praças e monumentos, incentivando o reconhecimento do espaço e das figuras geométricas no patrimônio material. J

á em Grandezas e Medidas, as aulas podem envolver a mensuração de áreas, perímetros e alturas de construções antigas ou a comparação entre escalas e proporções de maquetes representativas do bairro, estimulando a aplicação prática de conceitos matemáticos.

Por fim, em Probabilidade e Estatística, é possível propor levantamentos e gráficos sobre o número de visitantes de um museu local, o tipo de patrimônio mais conhecido pela comunidade ou as manifestações culturais mais valorizadas, promovendo a leitura crítica e a interpretação de dados reais. Assim, a Matemática, articulada à Educação Patrimonial, contribui para o desenvolvimento de competências cognitivas e socioculturais, tornando o aprendizado mais significativo, interdisciplinar e conectado à realidade dos alunos. O princípio orientador expresso pela BNCC destaca a importância de desenvolver projetos pedagógicos que abordem questões de urgência social com base em valores éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, promovendo o respeito à diversidade e a valorização das diferentes formas de expressão cultural. Nesse contexto, a Matemática, articulada à Educação Patrimonial, desempenha um papel significativo ao possibilitar a compreensão crítica de aspectos culturais e históricos do cotidiano. Por meio de estudos que envolvem medições, proporções, escalas e representações gráficas, é possível discutir preocupações e soluções adotadas por diferentes culturas em distintos períodos históricos. Essa abordagem contribui para que o aluno reconheça sua localização no espaço e no tempo, compreendendo-se como cidadão ativo e pertencente a uma coletividade. Paralelamente, as Ciências Humanas — notadamente História e Geografia — oferecem fundamentos essenciais para a construção de noções como espaço, tempo, perspectiva, cidadania e convivência social.

Assim, ao longo do Ensino Fundamental I, ambas as áreas dialogam de forma integrada, favorecendo a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel social e capazes de interpretar o patrimônio cultural como expressão de identidades e de valores coletivos.

“Embora o tempo, o espaço e o movimento sejam categorias básicas na área de Ciências Humanas, não se pode deixar de valorizar também a crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder e, especialmente, à produção de conhecimentos e saberes, frutos de diferentes circunstâncias históricas e espaços geográficos. O ensino de Geografia e História, ao estimular os alunos a desenvolver uma melhor compreensão do mundo, não só favorece o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo, como também os torna aptos a uma intervenção mais responsável no mundo em que vivem.” (Brasil, 2018, pág. 356).

A Educação Patrimonial, enquanto prática pedagógica, deve ser compreendida de maneira ampla e integrada, ultrapassando a dimensão meramente histórica ou estética dos bens culturais. Ela constitui-se como um campo interdisciplinar que articula diferentes áreas do conhecimento — especialmente as Ciências Humanas — na formação crítica, ética e identitária dos estudantes. O princípio expresso na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — “interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade [...]” (Brasil, 2018, p. 359) — reforça a necessidade de uma educação que valorize a pluralidade cultural e promova o reconhecimento do outro como parte constitutiva da sociedade.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial não se restringe ao estudo do passado ou à observação de monumentos, mas se torna um meio de mediação cultural, capaz de despertar nos alunos o sentimento de pertencimento, o respeito às diferenças e a compreensão das relações sociais e históricas que moldam a realidade em que vivem. Ao incorporar as metodologias investigativas das Ciências Humanas — como a observação, o diálogo e a análise crítica das fontes —, o ensino pautado na Educação Patrimonial possibilita aos estudantes interpretar suas próprias vivências e memórias, reconhecendo nelas elementos de identidade individual e coletiva.

Assim, ao selecionar e desenvolver habilidades da área de História e Geografia, o professor atua como mediador entre o aluno e o patrimônio cultural, estimulando a reflexão sobre as transformações do espaço, as relações sociais e os valores simbólicos atribuídos aos bens culturais. Essa abordagem fomenta uma aprendizagem significativa, em que o conhecimento escolar se entrelaça à experiência cotidiana, permitindo ao aluno compreender-se como sujeito histórico e agente de preservação e valorização da diversidade cultural.

Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, p. 359, 2018).

Na área de Geografia, a Educação Patrimonial encontra um campo fértil para o desenvolvimento de aprendizagens que possibilitam ao aluno compreender as múltiplas interações entre sociedade e natureza, bem como as transformações que ocorrem no espaço ao longo do tempo. A BNCC orienta que o ensino dessa disciplina deve “utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas” (Brasil, 2018, p. 368). Sob essa perspectiva, o estudo geográfico deixa de se restringir à memorização de mapas e localizações, passando a integrar práticas pedagógicas voltadas à observação crítica do território e à valorização dos elementos culturais que o compõem.

Ao relacionar o espaço vivido — o bairro, a cidade, o entorno escolar — com as manifestações do patrimônio material e imaterial, os estudantes desenvolvem um olhar sensível sobre o lugar que habitam, compreendendo-o como resultado das ações humanas e das relações sociais que o constituem historicamente. De modo complementar, a área de História se aproxima intrinsecamente da Educação Patrimonial, uma vez que ambas compartilham o propósito de formar sujeitos críticos,

capazes de reconhecer-se como agentes históricos e compreender as dinâmicas temporais que estruturam a sociedade.

Conforme orienta a BNCC, é papel do ensino histórico “compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços, para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo” (Brasil, 2018, p. 404). Nesse sentido, o estudo do patrimônio cultural, quando integrado à História, permite que o aluno perceba os bens culturais como testemunhos materiais e simbólicos de experiências humanas, capazes de revelar valores, crenças, conflitos e permanências de diferentes períodos.

A partir dessa integração entre Geografia e História, o ensino da Educação Patrimonial assume uma dimensão formativa ampla, em que o aluno não apenas aprende a identificar e valorizar o patrimônio, mas também a compreender os processos sociais e históricos que o constituem. Assim, desenvolve-se uma consciência espacial e temporal crítica, essencial à formação da cidadania e à construção de um pensamento reflexivo sobre o papel da memória e da cultura na sociedade contemporânea.

Essa articulação entre Geografia, História e Educação Patrimonial pode ser concretizada por meio de práticas pedagógicas que aproximem o aluno de sua realidade e de sua própria história. Uma proposta relevante consiste na realização de roteiros de observação urbana, nos quais os estudantes exploram o entorno da escola para identificar elementos arquitetônicos, praças, monumentos e nomes de ruas que revelem aspectos da memória coletiva local. Essa atividade estimula o olhar investigativo e o reconhecimento do espaço vivido como parte integrante do patrimônio cultural da comunidade.

Outra prática possível é a elaboração de mapas afetivos, nos quais os alunos representam graficamente os lugares que consideram importantes em sua cidade, associando sentimentos, lembranças e histórias pessoais a cada ponto do território. Essa experiência promove a integração entre o espaço físico e as dimensões simbólicas da identidade e do pertencimento.

No campo da História, pode-se propor a construção de linhas do tempo patrimoniais, nas quais os estudantes relacionam acontecimentos históricos locais e nacionais aos bens culturais existentes na região — como edifícios, festas, expressões artísticas e tradições populares. Além disso, a produção de relatos orais e entrevistas com familiares ou moradores antigos enriquece o repertório dos alunos e estimula a valorização dos saberes intergeracionais. Essas ações contribuem para desenvolver competências socioemocionais, como empatia e respeito à diversidade, além de promover a compreensão de que a preservação do patrimônio não é apenas uma responsabilidade institucional, mas um compromisso coletivo com a memória e a identidade social.

Desse modo, o ensino pautado na Educação Patrimonial consolida-se como um eixo formativo essencial dentro do currículo escolar, pois articula teoria e prática, amplia o campo de atuação docente e oferece aos estudantes a oportunidade de reconhecer-se como sujeitos históricos inseridos em um espaço vivo e em constante transformação.

Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo. (Brasil, 2018, p. 404).

A proposta consiste em transformar as competências gerais em campos de atuação pedagógica, de modo que sejam desenvolvidas como objetos de conhecimento integradores, capazes de promover uma Educação Patrimonial mais crítica e reflexiva no contexto escolar. Trata-se de uma área do saber que ultrapassa os limites do conteúdo formal e acompanha o estudante ao longo de sua trajetória formativa e cidadã, contribuindo para a construção de uma consciência histórica e social. Nesse sentido, em consonância com as ideias de Freire (2020a), a educação deve possibilitar ao aluno “refletir e questionar”, compreendendo o saber histórico não como uma determinação imutável, mas como uma possibilidade transformadora, construída por meio do diálogo, da problematização e da leitura crítica do mundo.

Na prática docente, essa concepção pode ser operacionalizada por meio de projetos interdisciplinares, aulas com intencionalidade pedagógica que articulem diferentes componentes curriculares como História, Geografia, Artes e Língua Portuguesa, tendo o patrimônio local como eixo central de investigação. Por exemplo, ao estudar o patrimônio histórico e cultural da comunidade, os alunos podem desenvolver pesquisas de campo, entrevistas com moradores antigos, análises de fotografias e registros orais, articulando conteúdos de linguagem e ciências humanas. Tais práticas potencializam a formação de sujeitos críticos e participativos, conscientes de seu papel na preservação e valorização da memória coletiva e do patrimônio cultural de sua região.

A educação sobre o patrimônio pode ser desmistificada dentro da sala de aula, tornando-se uma disciplina memorável para os alunos com a utilização de recursos da própria cidade, levando-os para fora da sala de aula, como em saídas de campo, excursões, visitas a museus, teatros, oficinas etc. Assim, estimula aos alunos a necessidade de frequentar esses espaços culturais como forma de aprender e regionais, concluímos que ambos trabalham juntos para padronizar o conhecimento para os estudantes brasileiros. Mas ainda é um assunto que está em processo de modernizações, pois na educação é assim: toda década ou todo ano devem ser revisadas as propostas, leis, e documentos para o progresso educacional.

### **5.3 Análise Currículo Santista**

Ao transpor esta proposta para o contexto regional, direcionei meu olhar investigativo para a cidade de Santos (SP), fundada em 1546, cuja trajetória histórica e cultural se entrelaça profundamente à formação do Brasil. Compreendo que falar sobre Santos é, inevitavelmente, revisitar a própria história nacional, marcada por processos de colonização, industrialização e transformação urbana. Nesse sentido, estudar os patrimônios culturais regionais representa uma ação pedagógica essencial para consolidar a Educação Patrimonial no espaço escolar, promovendo a articulação

entre passado e presente, entre cidade e identidade, e despertando nos alunos o sentimento de pertencimento ao território em que vivem.

Nesta pesquisa, utilizei como base analítica a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Santista, por reconhecer que ambos os documentos oferecem diretrizes fundamentais para a prática docente e orientam o modo como o patrimônio cultural pode ser incorporado às vivências escolares. Entendo ser de suma relevância que o professor realize uma leitura crítica do documento curricular de sua região, uma vez que ele reflete a realidade sociocultural local e possibilita a adequação das práticas pedagógicas ao contexto histórico e geográfico dos estudantes.

Nesta pesquisa, analisei de forma crítica a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Santista, compreendendo ambos como documentos estruturantes que orientam o planejamento pedagógico e a construção do conhecimento histórico-cultural nas escolas. A BNCC, de caráter normativo nacional, define as aprendizagens essenciais e as competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica, buscando garantir a equidade e a formação integral dos estudantes em todo o país. Nela, o patrimônio cultural aparece como eixo transversal, relacionado à valorização da diversidade, da memória coletiva e das identidades locais. No entanto, a abrangência e a generalidade de suas diretrizes muitas vezes dificultam a efetiva contextualização regional dos conteúdos, o que requer uma leitura interpretativa e adaptada por parte dos docentes.

O Currículo Santista, por sua vez, representa um avanço no sentido de territorializar as orientações da BNCC, incorporando elementos da realidade local e de sua rica herança cultural. Ao integrar marcos históricos, geográficos e sociais específicos de Santos, esse documento curricular possibilita que o ensino dialogue diretamente com o contexto vivido pelos alunos, fortalecendo o vínculo entre conhecimento escolar e experiência comunitária. Em minha análise, identifiquei que o Currículo Santista amplia as possibilidades da Educação Patrimonial ao reconhecer o patrimônio histórico e ambiental da cidade como instrumentos pedagógicos que podem ser explorados nas diversas áreas do conhecimento, especialmente nas Ciências Humanas e nas Linguagens.

Ao analisar o Currículo Santista, busquei compreender de que forma ele dialoga com os princípios da Educação Patrimonial e quais potencialidades apresenta para fortalecer uma pedagogia voltada à valorização da memória e da identidade coletiva. Assim, procuro, por meio desta investigação, correlacionar os documentos educacionais norteadores, de modo a evidenciar as convergências e lacunas existentes entre as políticas curriculares e a efetiva integração da Educação Patrimonial no cotidiano escolar.

O Documento Curricular Santista tem uma visão ampla sobre o ensino-aprendizagem tendo como pano de fundo a história da cidade, desenvolvendo o pertencimento e a cidadania no estudante. É interessante a pauta levantada no documento dessas etapas da escolarização, onde se adequam às particularidades de cada fase do desenvolvimento dos estudantes.

A partir dessas análises, busco ampliar a reflexão sobre como o patrimônio é ou deveria ser compreendido e trabalhado nas escolas do município, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a preservação de sua herança cultural. Contudo, percebi também desafios significativos na implementação dessas propostas. Embora o documento estimule a interdisciplinaridade e a contextualização, na prática escolar ainda há dificuldades de articulação entre teoria e prática, tanto pela falta de formação docente específica quanto pela ausência de projetos estruturados de Educação Patrimonial nas redes de ensino. Assim, compreendo que o potencial do Currículo Santista reside não apenas em seu conteúdo prescritivo, mas principalmente em sua capacidade de inspirar práticas pedagógicas inovadoras, que permitam ao professor atuar como mediador do conhecimento histórico-cultural, valorizando a identidade local sem perder de vista as dimensões globais do patrimônio.

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, (Santos, 2019, p. 15)

Dessa forma, a comparação entre a BNCC e o Currículo Santista evidencia que, enquanto o primeiro define princípios universais de aprendizagem, o segundo oferece caminhos concretos para a aplicação desses princípios no contexto regional. A análise conjunta desses documentos reforça a importância de compreender a Educação Patrimonial como um eixo estruturante da formação cidadã, capaz de integrar múltiplas áreas do saber e de fomentar nos estudantes uma postura crítica, participativa e comprometida com a preservação da memória e da cultura de sua comunidade.

Ao analisar as competências gerais do Documento Curricular Santista, compreendo que elas evidenciam a importância da articulação entre os saberes históricos, patrimoniais e o exercício da cidadania como fundamentos para a formação do sujeito social. Essa constatação reforça minha percepção de que a educação patrimonial deve ser entendida não apenas como um campo de estudo, mas como uma prática transformadora, capaz de fomentar o pensamento crítico, o reconhecimento identitário e o respeito à diversidade cultural. A partir dessa análise, percebo a necessidade de rever e atualizar concepções pedagógicas, de modo a torná-las mais coerentes com as demandas contemporâneas e com a função emancipadora da escola na sociedade.

Durante o Ensino Fundamental I, o ensino de Artes Visuais constitui um espaço privilegiado para a criança desenvolver-se como sujeito social, capaz de articular sentimentos, percepções e ideias por meio da linguagem artística. Essa dimensão expressiva, ao mesmo tempo individual e coletiva, amplia a relação da criança com o mundo e favorece sua inserção crítica na cultura visual que a cerca. Considero, ainda, que o papel do educador é fundamental nesse processo, uma vez que o contato sistemático e mediado com diferentes manifestações artísticas estimula tanto a percepção estética quanto a construção de repertórios culturais. Tal perspectiva está em consonância com o que propõe o documento oficial: “(EF01AR01) Conhecer e apreciar diferentes modalidades das artes visuais, de diferentes autores, épocas e culturas” (Santos, 2019, p. 288).

Na Matemática dos anos iniciais, o ensino deve ultrapassar a mera transmissão de conteúdos e fórmulas, assumindo um papel formativo na construção da autonomia

intelectual do estudante. Trata-se de possibilitar que a criança desenvolva a capacidade de interpretar dados, reconhecer informações e situar-se temporal e espacialmente de forma crítica e contextualizada. Entendo que, ao apropriar-se dos conceitos matemáticos, o educando amplia sua compreensão sobre o mundo e assume uma postura mais responsável e participativa como sujeito social que interage por meio dos números e das medidas. Essa perspectiva dialoga com a proposta expressa no documento: "(EF02MA18) Indicar a duração de intervalos de tempo entre duas datas, como dias da semana e meses do ano, utilizando calendário, para planejamentos e organização de agenda" (Santos, 2019, p. 295).

As Ciências Humanas, no contexto do Ensino Fundamental, exercem um papel fundamental na formação crítica do educando, ao possibilitar que ele compreenda e intérprete as dinâmicas sociais, históricas e culturais que estruturam a realidade em que vive. Mais do que transmitir informações, esse campo do conhecimento promove o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o exercício da cidadania e o reconhecimento do próprio protagonismo no mundo. A partir da análise e da sistematização da realidade social, o estudante é instigado a perceber as continuidades e transformações que marcam o tempo e o espaço. Essa concepção dialoga diretamente com o que orienta o documento oficial: "(EF02GE05CS) Analisar mudanças e permanências, comparando imagens de um mesmo lugar em diferentes tempos curtos (dias e meses) ou longos (anos e décadas), levando em consideração as estações do ano ou outras referências da passagem do tempo" (Santos, 2019, p. 380).

Com a reformulação do Currículo Santista, realizada em 2019, observa-se um movimento de modernização progressiva da educação regional, orientado por demandas contemporâneas que reformulam também as formas de diálogo entre escola e estudante no Ensino Fundamental I. Essa atualização curricular evidencia a preocupação em promover práticas pedagógicas que valorizem a memória, o sentimento de pertencimento e o patrimônio cultural, estimulando a reflexão crítica dos alunos sobre os patrimônios históricos e culturais do município em que vivem. Nesse contexto, os planos de aula assumem um papel fundamental como instrumentos de mediação entre o conhecimento escolar e as vivências socioculturais dos estudantes, fortalecendo o vínculo entre identidade local e formação cidadã.

A partir da análise comparativa entre a BNCC e o Currículo Santista, compreendo que a efetivação da Educação Patrimonial nas escolas municipais de Santos depende, sobretudo, da transposição didática dos princípios curriculares para práticas pedagógicas contextualizadas. Nesse sentido, proponho uma abordagem que articule teoria e prática, permitindo que o aluno compreenda o patrimônio não apenas como um vestígio histórico, mas como uma dimensão viva de sua identidade cultural e de sua relação com o espaço em que habita. A proposta baseia-se na metodologia de projetos integradores, conforme defendida por Hernández e Ventura (1998), que enfatiza a importância da investigação e da produção coletiva de conhecimento. Essa metodologia possibilita ao aluno atuar como protagonista de sua aprendizagem, desenvolvendo competências críticas, sociais e comunicativas a partir da exploração do território e de suas memórias.

No contexto santista, sugiro que o trabalho pedagógico seja estruturado em torno de eixos temáticos patrimoniais relacionados à história e à geografia local, tais como: “Porto e cidade: entre o passado e o presente”, para compreender o papel histórico e econômico do Porto de Santos; “Memórias do centro histórico”, explorando os casarões, igrejas e monumentos como fontes de leitura do tempo e da cultura; “Patrimônio natural e preservação ambiental”, voltado à reflexão sobre o ecossistema da Serra do Mar e as áreas de proteção costeira; e a “Arte e identidade santista”, envolvendo manifestações culturais locais, como o samba, o teatro e as tradições caiçaras.

Cada eixo pode ser desenvolvido de forma interdisciplinar, articulando Ciências Humanas, Linguagens e Artes, com o suporte das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). Por exemplo, nas aulas de História, os alunos podem realizar investigações de campo e entrevistas com moradores antigos, registrando depoimentos orais sobre o bairro e suas transformações urbanas. Em Geografia, podem elaborar mapas afetivos e socioculturais, representando os espaços que consideram significativos em sua vivência cotidiana. Já em Língua Portuguesa e Artes, é possível criar exposições virtuais, podcasts ou produções literárias inspiradas nos elementos patrimoniais estudados. Além disso, defendo a importância da formação continuada dos professores como elemento central dessa proposta. A Educação Patrimonial exige um olhar sensível e investigativo, capaz de conectar o

conhecimento acadêmico ao repertório cultural dos alunos. Assim, as formações docentes devem promover o estudo dos documentos curriculares, o planejamento interdisciplinar e a troca de experiências entre educadores de diferentes áreas.

Com essas práticas, acredito que o Currículo Santista pode se consolidar como um instrumento de transformação pedagógica, estimulando o desenvolvimento de uma educação voltada à cidadania, à preservação cultural e à consciência crítica do aluno sobre seu papel social. A Educação Patrimonial, nesse contexto, deixa de ser um tema isolado para se tornar um princípio norteador do processo formativo, capaz de fortalecer o vínculo entre escola, comunidade e território.

## **6 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CONTEXTO PEDAGÓGICO: O REFLEXIONAR DO EDUCADOR LIBERTADOR SOBRE O PASSADO INTENCIONADO NO AMANHÃ.**

Quando estimulamos o saber e o reconhecer sobre o patrimônio durante o período escolar, estamos semeando uma formação de cidadãos mais conscientes e democráticos. Esse reconhecimento é fundamental para a leitura de mundo do aluno, para que tenha em sua bagagem pessoal a conscientização sobre o cuidado coletivo, o pertencimento, o respeito pela cultura local e do mundo afora. As gerações dos anos 2000 para cá têm acesso à informação de maneira rápida e prática, auxiliando a educação na formação de seres pensantes que possuem informações em uma agilidade que não se tinham há três décadas. “A designação de sociedade do conhecimento e da aprendizagem traduz o reconhecimento das competências que são exigidas aos cidadãos de hoje. Importa, assim, refletir sobre novas competências.” (Alarcão, 2011).

Estudarmos a origem das palavras usadas na língua portuguesa, no âmbito pedagógico, tem o intuito de explicar sobre como elas surgiram e o que significavam. Ter esta visão é refletir sobre como os seus significados possibilitam ações educativas para serem praticadas na atualidade. Analisar as contribuições de Paulo Freire para a educação brasileira é influenciar os aspectos mais íntimos do seu campo de ideias, é ter em mente que ensinar exige a ideia de que mudanças no ensino sempre serão possíveis.

Com a ótica das contribuições da educação libertadora na educação patrimonial, será analisada a parte etimológica das palavras “educação libertadora”. A pedagogia elaborada como libertadora teve seu contexto de origem no século XX, exatamente no final da década de 50 e o início da de 60, passando pela interrupção com o Golpe Militar de 1964. Retoma o seu desenvolvimento e seus estudos em prol de mudanças no âmbito educacional no final da década de 70 e início da de 80. Desde então, não trouxe somente mudanças para a educação, e sim transformações do ensino em um todo. Trouxe consigo oportunidades até então não exploradas, um olhar mais humano, estimulando nos estudantes não somente a liberdade no ato de pensar.

A educação libertadora tem como alicerce a educação conscientizadora, de maneira que o intuito é fazer com que os alunos busquem e tenham um olhar para além de conhecer a realidade, mas sim procurar mecanismos para transformá-la. O professor, como mediador, aprende muito com os alunos, por abrir espaço para a liberdade de expressão deles.

Quando pensamos em fazer mudanças na educação, analisamos primordialmente o contexto em que estamos inseridos, o social e o histórico. Paulo Freire (2020<sup>a</sup>; 2020b), quando propôs um novo método no ato de educar, estava pensando nos futuros estudantes brasileiros. O que tentamos, através desta pesquisa, é expandir as visões dos educadores para com os educandos, abordando o passado de forma contemporânea, na estimulação do desenvolvimento dos valores atuais.

Paulo Freire priorizara a discussão dos conceitos fundamentais sobre patrimônio cultural abarcando as categorias de identidade, memória e cultura. Na concepção freiriana de “leitura do mundo”, a valorização das culturas locais e do contexto social perpassam pelo reconhecimento dos bens culturais, sejam eles patrimônios consagrados ou não.

A partir do estudo da pedagogia libertadora de Paulo Freire foi construído o entendimento de que sua proposta na educação libertadora. Este conceito pedagógico possui um direcionamento para as transformações sociais na educação, na forma de ensinar, visualizando novos significados para as práticas educativas, para aprender, resplandecendo o modelo de educação proposto por Paulo Freire. Ele se diferencia da educação tradicional trazendo a liberdade e autonomia ao aluno, tendo como enfoque a visão negativa dos elementos de dependência dominadora.

Ao refletir sobre o pensamento de Paulo Freire e sua concepção de educação libertadora, procuro compreender de que forma esse princípio pode se articular à prática da Educação Patrimonial no contexto escolar. Entendo que a construção de uma educação verdadeiramente libertadora requer o comprometimento consciente tanto do educador quanto da instituição de ensino, uma vez que ambos são corresponsáveis pela criação de um ambiente pedagógico que estimule a autonomia, a criticidade e o protagonismo dos estudantes. Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial deixa de ser apenas um instrumento de preservação da memória coletiva

e passa a configurar-se como um espaço de diálogo e conscientização histórica, no qual o educando é instigado a compreender as relações entre passado, presente e futuro.

Inspirada por Freire, considero que reduzir a experiência educativa a um simples treinamento técnico é negar o que há de essencialmente humano no ato de aprender. Assim, busco valorizar nas práticas pedagógicas a liberdade da curiosidade crítica, a escuta das perguntas e dos ideais dos alunos, e a partilha de suas visões de mundo como elementos constitutivos do processo de ensino-aprendizagem. Ao tratar do patrimônio cultural, não se fala apenas de objetos ou espaços, mas sobretudo das pessoas, de suas histórias, crenças e modos de viver. Desse modo, as aulas que promovem a criação, a reflexão crítica e a ampliação das perspectivas sobre o mundo transformam-se em experiências educativas libertadoras, nas quais o passado é ressignificado com intencionalidade voltada à construção do amanhã.

O autor Paulo Freire nos motiva a mudar nossa conduta como educador, e essa pesquisa foi pensada numa articulação que pratique a liberdade da educação progressista: “como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro ao meu próprio desempenho” (Freire, 2020). Nesse sentido, reafirmo que o educador libertador é aquele que, ao refletir criticamente sobre sua ação, reconhece no processo educativo a potência de reinventar o mundo, fazendo do ensino um ato de liberdade e de esperança.

Ao concluir este capítulo, reconheço em Paulo Freire uma referência essencial para repensar minha postura enquanto educador e o papel transformador da prática pedagógica no contexto da Educação Patrimonial. Sua concepção de educação libertadora inspira-me a compreender o ato de ensinar como um exercício ético, crítico e intencional, no qual a reflexão sobre o passado se projeta na construção de um futuro mais consciente e humanizador.

Esta pesquisa, portanto, foi elaborada com o propósito de articular a liberdade e o compromisso social presentes na educação progressista, reafirmando que o educador não deve se limitar a reproduzir saberes, mas sim atuar como sujeito que problematiza, escuta e transforma a realidade.

## **6.1 Conhecimento prévio dos Professores sobre Educação Patrimonial e ideias de aulas interdisciplinares**

O conhecimento prévio dos professores sobre educação patrimonial desempenha um papel crucial na eficácia do ensino desse tema nas escolas. O entendimento deles sobre este campo pode influenciar significativamente a qualidade e a profundidade com que o patrimônio é abordado em sala de aula. O conhecimento prévio sobre educação patrimonial não é apenas uma questão de conteúdo, mas também de abordagem pedagógica. Professores que têm uma compreensão sólida do conceito de patrimônio cultural e de suas diversas dimensões (histórica, arquitetônica, artística, imaterial etc.) conseguem transmitir aos alunos a importância e o valor desse patrimônio. Esse conhecimento prévio permite aos docentes desenvolver estratégias de ensino mais eficazes e contextualizadas, que ajudam os alunos a compreender e se engajar com o conteúdo de forma significativa.

A educação patrimonial é uma prática educativa que deve envolver tanto o conhecimento teórico quanto a vivência prática, pois é dessa interação do conhecimento prévio e o valor atribuído a ele que é possível passar o verdadeiro conceito para os alunos, para que possam realmente se conectar com o patrimônio cultural.

A Educação Patrimonial como uma prática educativa que deve articular, de forma crítica e reflexiva, o conhecimento teórico e a experiência prática. É nesse diálogo entre o saber prévio dos professores e o valor atribuído ao patrimônio cultural que se torna possível construir significados autênticos e promover uma aprendizagem efetivamente contextualizada. Acredito que, ao reconhecer e valorizar os conhecimentos que o educador já possui, ampliam-se as possibilidades de desenvolver uma prática pedagógica mais consciente e transformadora, capaz de despertar nos alunos o sentimento de pertencimento e a responsabilidade pela preservação da memória coletiva.

Entendo, ainda, que a Educação Patrimonial deve ser explorada de maneira interdisciplinar, atravessando áreas como História, Geografia, Artes e Literatura. Ao integrar essas dimensões, o educador cria oportunidades para que os estudantes

percebam o patrimônio não como um conteúdo isolado, mas como parte viva das relações humanas, sociais e culturais. Assim, defendo que professores que compreendem essas interconexões são capazes de elaborar projetos e atividades que revelam as múltiplas camadas de sentido do patrimônio, promovendo uma abordagem mais crítica, sensível e enriquecedora no processo de ensino-aprendizagem. Professores que compreendem essas interconexões e podem criar atividades e projetos que mostrem como o patrimônio se relaciona com diferentes aspectos da vida e da cultura, promovendo uma abordagem mais holística e enriquecedora para os alunos.

As contribuições para a sala de aula são inúmeras, pois o professor consegue desenvolver a criação de contextos significativos de aprendizagem que fazem sentido para os alunos, ligando o patrimônio cultural local com suas experiências diárias, e desenvolvendo o sentimento de pertencimento além da valorização. Por exemplo, um professor do Ensino Fundamental I, na aula de História, pode utilizar a arquitetura local como uma forma de explorar períodos históricos; enquanto um professor de Arte pode usar o patrimônio imaterial para inspirar projetos artísticos.

Além de estabelecer uma conexão entre os componentes curriculares, também é possível trabalhar projetos interdisciplinares. Educadores que já desenvolvem essa perspectiva sobre o patrimônio cultural podem promover projetos que envolvam diversas áreas do conhecimento. Tais projetos não só ajudam a aprofundar o entendimento dos alunos sobre o patrimônio, mas também criam habilidades de pesquisa, análise e apresentação. Como, por exemplo, conhecendo a cidade, com áreas trabalhadas de História, Geografia, Artes, no qual os alunos pesquisam o patrimônio cultural local de sua preferência, como monumentos, edifícios históricos e tradições regionais. Eles podem criar um mapa interativo ou uma linha do tempo que destaque os principais pontos de interesse e suas histórias. As atividades também podem ser exploradas para além da sala de aula, como em visitas a locais históricos, fazendo entrevistas com moradores locais, na criação de exposições ou de apresentações digitais.

Também pode-se trabalhar arquitetura e urbanismo contemplando as áreas de Geografia, Artes e Matemática. Os alunos estudam a arquitetura local e seus estilos,

sendo que cada grupo fica encarregado de estudar um ponto específico da cidade e depois criam maquetes ou projetos de design baseados em estilos arquitetônicos históricos, realizando construção de maquetes, desenhos arquitetônicos, análises de padrões de urbanismo.

O Patrimônio na ciência pode ser trabalhando as áreas de Artes, História e Ciências Sociais, estimulando uma análise de como o patrimônio cultural influencia a arte local (regionalismo). Os alunos exploram diferentes formas de arte, como pintura, escultura e fotografia, e criam suas próprias obras inspiradas pelo patrimônio cultural, trabalhando a criatividade, autonomia e o senso de pertencimento. Podem fazer a criação de uma galeria de arte, exposições de obras inspiradas no patrimônio, projetos de arte colaborativa.

O patrimônio na Geografia, trabalhando com a sustentabilidade integrando Ciências, História, Geografia, com uma aula que propicia a investigação sobre como a preservação do patrimônio pode ser combinada com práticas de sustentabilidade. Os alunos criam projetos que promovem a conservação dos recursos naturais enquanto preservam o patrimônio cultural físico, desenvolvimento de planos de conservação sustentável, criação de campanhas de conscientização sobre a importância da preservação ambiental e cultural e, com isso, trabalharem diferentes gêneros de comunicação textual.

Com a era digital e o que é comum na realidade dos estudantes desta atualidade, a tecnologia não podia ficar de fora das ideias aqui citadas de como trabalhar a Educação Patrimonial em uma perspectiva interdisciplinar. Abordando com as áreas de História e Artes, com a utilização de tecnologias digitais, para a preservação e promoção do patrimônio cultural, os alunos desenvolvem aplicativos, sites ou realidades aumentadas que ajudam a educar o público sobre o patrimônio cultural.

Desenvolvendo uma visão ainda mais ampla da educação patrimonial, é possível envolver também o patrimônio nos alimentos de uma região, abordando as áreas do conhecimento das Ciências, História, Artes Culinárias e a Língua Portuguesa, na elaboração de um texto do gênero receita, relato, e explorando a relação entre patrimônio cultural e tradições alimentares. Os alunos pesquisam

receitas tradicionais e preparam pratos típicos, discutindo a história e o significado patrimônio cultural.

Um projeto patrimonial que trabalhe a Língua Portuguesa pode englobar diversas atividades que conectam a riqueza do patrimônio cultural com o desenvolvimento das habilidades linguísticas dos alunos. Como, por exemplo, o projeto "Narrativas Patrimoniais", que pode ser trabalhado do 4º ao 7º ano, que visa integrar a educação patrimonial com a prática da Língua Portuguesa, incentivando os alunos a investigar, documentar e criar narrativas relacionadas ao patrimônio cultural da sua comunidade. Inicia-se a aula sobre o conceito de patrimônio cultural e a sua importância para a identidade local e nacional, e discutindo os diferentes tipos de patrimônio, como material (monumentos, edifícios) e imaterial (tradições, festas). Organiza-se os alunos em grupos e atribui-se a cada um deles uma parte do patrimônio local para pesquisar, podendo incluir história local, personalidades importantes, familiares, tradições, festas e artefatos, misturando narrativas.

Os recursos, serão de fácil acesso, como entrevistas com moradores, pesquisa em bibliotecas e arquivos locais, visita a museus e centros culturais. Os alunos, após esse movimento, terão que produzir textos narrativos utilizando as informações coletadas. Isso pode incluir outros gêneros textuais como, por exemplo, contos, crônicas, reportagens, ou cartas fictícias baseadas em eventos históricos ou personagens locais.

Os alunos transformam seus textos em produtos finais, como, por exemplo, na criação de materiais didáticos e criativos, livro de histórias locais com autoria dos grupos, compilação das narrativas em um livro ilustrado, revista que irá circular por toda escola. Deve-se estimular a participação dos estudantes de outros anos/séries, desenvolvendo a edição de uma revista com artigos, entrevistas e crônicas, com a utilização de recursos tecnológicos como blogs, site, criação de um login no Instagram ou TikTok com postagens sobre o patrimônio local e da turma.

Pode-se pedir a apresentação e compartilhamento com a turma e apresentação para as outras, organizando uma exposição ou evento para compartilhar os trabalhos dos alunos com a comunidade escolar e local. Pode incluir a participação da

comunidade na apresentação e não somente na compilação de dados, como, por exemplo, em uma feira do livro, uma apresentação teatral, uma leitura pública ou uma exibição online cultural e a prática da Língua Portuguesa se interrelacionam, e como a experiência os impactou.

Os resultados são em vários âmbitos, como no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos alunos, no aprofundamento do conhecimento sobre o patrimônio cultural local, na criação de materiais que promovem a valorização e preservação do patrimônio cultural, no estímulo ao engajamento e participação da comunidade local, na avaliação do impacto do projeto na comunidade escolar e local, incluindo a recepção dos produtos e à apreciação da cultura regional. Esse projeto promove uma integração significativa entre o estudo do patrimônio cultural e o desenvolvimento das competências linguísticas, oferecendo uma experiência rica e prática para os alunos.

Esses projetos interdisciplinares permitem que os alunos explorem o patrimônio cultural de maneiras variadas, promovendo uma compreensão mais profunda e apreciativa de sua importância e impacto na vida cotidiana. Essas ideias de projetos ou sequências didáticas também incentivam a colaboração entre disciplinas e o desenvolvimento de habilidades críticas e criativas.

## **6.2 A formação docente sobre o patrimônio numa perspectiva interdisciplinar**

A formação docente é analisada sob a perspectiva de como ela pode formar os professores para abordar o patrimônio cultural de maneira integrada, conectando aspectos históricos, sociológicos, artísticos e geográficos. A pesquisa investiga o impacto de uma formação interdisciplinar na capacidade dos docentes de transmitir aos alunos um entendimento mais profundo e contextualizado do patrimônio. Por essas razões, o método utilizado para a análise do cenário docente e de seus conhecimentos prévios sobre o tema foi a entrevista com um grupo de professores da rede pública de São Vicente. A entrevista contribui para a discussão sobre a importância da formação interdisciplinar dos professores no ensino do patrimônio,

oferecendo recomendações para aprimorar a preparação docente e, conseqüentemente, enriquecer a experiência educacional dos alunos.

A necessidade de uma abordagem interdisciplinar na formação de professores para o ensino do patrimônio visa a integração de diversas áreas do conhecimento para conhecimentos de várias disciplinas pode promover uma melhor compreensão do patrimônio cultural pelos alunos, favorecendo uma abordagem mais crítica e contextualizada. Entretanto, a pesquisa também revela desafios relacionados à implementação efetiva de práticas interdisciplinares, incluindo a necessidade de desenvolvimento profissional contínuo e a criação de currículos mais integrados.

Ao abordar essa visão em sala de aula, o professor consegue estimular, nos estudantes, a promoção da consciência, encorajar os alunos a adotar uma postura crítica em relação ao patrimônio cultural. Isso envolve discutir questões como a preservação do patrimônio, o impacto das mudanças sociais e econômicas, e a importância da inclusão de diferentes perspectivas culturais. É importante ter o engajamento comunitário, fomentar parcerias com a comunidade local, promovendo atividades que envolvam visitas a sítios históricos, participação em eventos culturais e colaboração com especialistas locais. Essas experiências práticas ampliam o conhecimento dos alunos e fortalecem seu vínculo com o patrimônio cultural.

### **6.3 Os desafios e a necessidade da formação contínua para os docentes**

Há inúmeras vantagens na abordagem pedagógica eficaz e enriquecedora, que estimula a criação de novas experiências de aprendizagem mais significativas e interativas, promovendo um maior envolvimento e apreciação do patrimônio por parte dos alunos. Investir na formação docente e no desenvolvimento contínuo nesse campo não só melhora a qualidade do ensino, mas também contribui para a preservação e valorização do patrimônio cultural nas gerações futuras.

A falta de formação adequada sobre educação patrimonial para os docentes representa um desafio significativo para a implementação eficaz de práticas

pedagógicas que valorizem o patrimônio cultural pode resultar na falta de estratégias pedagógicas específicas e inovadoras para ensinar o patrimônio cultural. Professores podem não saber como integrar o patrimônio em diferentes disciplinas ou como criar atividades que geram o interesse dos estudantes, trabalhando já indiretamente o sentimento de pertença, cidadania, respeito e preservação.

A educação patrimonial muitas vezes traz um olhar para as abordagens interdisciplinares que conectam diversas áreas do conhecimento de uma forma dinâmica, possibilitando ao professor desenvolver um ambiente educacional disciplinar em muitos momentos. Sem a formação necessária, os professores podem enfrentar dificuldades para desenvolver e implementar projetos interdisciplinares que integrem o patrimônio com outras disciplinas. Com a falta de projetos interdisciplinares, pode-se limitar a capacidade dos alunos de ver a relevância do patrimônio cultural em diferentes contextos e sua aplicação prática no cotidiano.

A educação patrimonial é um campo em constante evolução, sempre gerando discussões e reflexões, e a falta de formação inicial pode indicar a necessidade de formação contínua para que os docentes se atualizem sobre novas práticas e abordagens. Tendo como consequência a falta de oportunidades contínuas de formação, os professores podem continuar a enfrentar desafios relacionados à falta de conhecimento e habilidades atualizadas no campo da educação patrimonial.

## 7 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem metodológica de natureza bibliográfica, análise de dados numa ótica qualitativa, orientada por uma perspectiva crítica e reflexiva, em consonância com o pensamento de Paulo Freire (2020a; 2020b) e documentos educacionais. Busquei, por meio da análise de referenciais teóricos, artigos acadêmicos da área de Educação Patrimonial e das experiências vivenciadas durante o estágio na Pinacoteca Benedito Calixto, construir um percurso investigativo que possibilitasse compreender e problematizar as práticas educativas voltadas à formação de uma consciência patrimonial libertadora nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Esta pesquisa buscou, durante todo seu percurso, construir um olhar sobre como a educação patrimonial pode ser efetivamente integrada nas abordagens educativas usando uma perspectiva da pedagogia libertadora e interdisciplinar. Abrange um panorama amplo sobre quais são os principais desafios e oportunidades para a integração da educação patrimonial em contextos educativos, e como a pedagogia libertadora de Paulo Freire pode influenciar a abordagem da educação patrimonial no contexto do docente. E, ainda, de que forma uma abordagem interdisciplinar pode enriquecer a educação patrimonial.

A metodologia adotada não se limita apenas à sistematização de informações, mas propõe-se como um exercício de reflexão sobre o papel do educador e da escola na construção de saberes emancipatórios. Nesse sentido, a pesquisa assume um caráter dialético, no qual teoria e prática se entrelaçam na busca por compreender como o ensino da Educação Patrimonial pode promover o diálogo entre o passado e o presente, articulando memória, identidade e criticidade.

Partindo desses questionamentos, optei por uma abordagem qualitativa, compreendendo-a como a mais adequada para apreender as percepções, experiências e significados atribuídos pelos professores ao tema da Educação Patrimonial. Essa escolha metodológica permitiu-me compreender o fenômeno investigado de forma mais profunda e contextualizada, valorizando o discurso dos sujeitos como fonte legítima de construção de conhecimento. A pesquisa qualitativa,

conforme argumenta Peirano (1995), não parte de hipóteses pré-estabelecidas, mas se constitui em um processo dialógico, aberto e interpretativo, no qual o conhecimento emerge do confronto entre diferentes perspectivas e da reflexão crítica sobre a realidade observada, que foi realizado na entrevista com os professores do município de São Vicente.

Nesse percurso, também busquei ancoragem teórica em obras fundamentais para a compreensão do tema. O Guia Básico de Educação Patrimonial (Horta, Grunberg e Monteiro, 1996) serviu como referência para compreender os princípios que orientam a prática patrimonial em contextos educativos. As obras de Paulo Freire (2020a; 2020b) ofereceram a base epistemológica necessária para refletir sobre a educação libertadora como eixo estruturante do ensino nas Ciências Humanas, destacando a importância do diálogo, da autonomia e da consciência crítica. Além desses referenciais, apoiei-me em autores como Isabel Alarcão, Miguel Arroyo, Flávio de Lemos Carsalade e Allana Pessanha Moraes, cujas contribuições ampliaram a compreensão sobre as práticas pedagógicas transformadoras e o papel do educador na articulação entre indivíduo e sociedade.

Assim, esta investigação tem por objetivo propor caminhos pedagógicos que incorporem discussões sociais e políticas no espaço escolar, permitindo que os estudantes se familiarizem com o patrimônio como expressão de sua história e cultura. A partir dessa familiarização, busca-se fomentar uma consciência crítica capaz de analisar os reflexos das estruturas sociais e políticas que compõem a realidade contemporânea, vislumbrando, por meio da prática educativa, possibilidades concretas de transformação dessa realidade. Dessa forma, a metodologia adotada configurou-se como um movimento contínuo de reflexão e reconstrução, no qual teoria e prática se entrelaçaram na busca por uma compreensão mais ampla da Educação Patrimonial enquanto instrumento de emancipação e transformação social.

## **7.1 Delineamento**

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, pois busca compreender, em profundidade, as percepções, significados e práticas atribuídas

pelos docentes ao tema da Educação Patrimonial, priorizando a interpretação e o diálogo sobre os fenômenos estudados, em vez da quantificação dos dados. O delineamento adotado articula diferentes abordagens metodológicas — pesquisa bibliográfica, documental, descritiva, participante e de intervenção —, o que possibilita uma análise mais ampla e crítica do objeto investigado. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em autores que discutem a construção histórica e pedagógica da Educação Patrimonial no Brasil, oferecendo o suporte teórico necessário para a elaboração das categorias de análise. A dimensão documental permitiu examinar orientações curriculares e políticas públicas educacionais relacionadas ao tema. Já a vertente participante e de intervenção foi essencial para a aproximação com os docentes, promovendo uma escuta ativa e reflexiva sobre suas experiências e concepções. A pré-análise dos conteúdos consistiu em um processo sistemático de organização e categorização das informações obtidas após as entrevistas, o que permitiu identificar sentidos recorrentes e compreender, de forma crítica, como o conhecimento prévio dos professores se manifesta em suas práticas pedagógicas relacionadas à Educação Patrimonial. Tipo de pesquisa – Qualitativa.

## **7.2 Contexto de realização da pesquisa**

A pesquisa foi realizada no município de São Vicente, localizado na região metropolitana da Baixada Santista, litoral do estado de São Paulo. Trata-se de uma cidade de fácil acesso geográfico, interligada por importantes vias rodoviárias e com infraestrutura urbana consolidada, caracterizada pela diversidade cultural e pela relevância histórica — reconhecida como o primeiro núcleo de colonização portuguesa no Brasil. A localidade apresenta uma composição socioeconômica heterogênea, com contrastes visíveis entre áreas de maior desenvolvimento urbano e regiões com condições socioeconômicas mais vulneráveis. Essa diversidade reflete diretamente no contexto educacional, influenciando as práticas pedagógicas e as percepções culturais dos docentes e estudantes.

O campo de pesquisa foi constituído por professores das escolas públicas municipais de Ensino Fundamental I e II, sob a gestão da Secretaria Municipal de

Educação (SEDUC) de São Vicente, instituição comprometida com a promoção de uma educação democrática, inclusiva e voltada à formação integral dos alunos. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas envolvidas orienta-se por princípios de cidadania, valorização da cultura local e incentivo à reflexão crítica, buscando integrar o conhecimento escolar às experiências culturais e sociais dos estudantes.

A pesquisa ocorreu, de forma centralizada, nas dependências da SEDUC de São Vicente, local que dispõe de infraestrutura adequada para encontros formativos, com salas equipadas para reuniões pedagógicas e espaços que favorecem o diálogo e a troca de experiências entre professores. Os docentes participantes atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental I e II e foram selecionados com base em critérios de envolvimento direto com práticas pedagógicas voltadas às ciências humanas e linguagens ou interesse declarado em aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Durante a coleta de dados, buscou-se compreender como as condições locais históricas, culturais e institucionais influenciam as concepções e práticas docentes relacionadas à Educação Patrimonial. Nesse sentido, o contexto de São Vicente revelou-se especialmente propício à investigação, por ser uma cidade marcada por um rico patrimônio histórico e cultural, mas que ainda enfrenta desafios na efetiva inserção dessa temática nas práticas pedagógicas cotidianas. Assim, o estudo se insere em um cenário onde o passado, a memória e a identidade local se entrelaçam com a necessidade de formação crítica e emancipadora dos professores e estudantes da rede pública municipal.

### **7.3 Participantes**

A pesquisa contou com a participação de sete professores da rede municipal de ensino de São Vicente (SP), todos atuantes no Ensino Fundamental I, com formações diversas nas áreas de Pedagogia, Artes, Letras e Ciências Humanas. Os participantes foram selecionados com base em um critério de inclusão que considerou o envolvimento direto com práticas pedagógicas que dialogam com o tema da Educação

Patrimonial ou o interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre a temática, conforme manifestado durante os encontros formativos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). A escolha desse grupo buscou representar diferentes experiências e visões docentes sobre o papel do patrimônio cultural na educação básica. A coleta de dados foi realizada de forma presencial, durante uma reunião organizada pela SEDUC de São Vicente, em espaço destinado a formações continuadas. O encontro foi estruturado em duas etapas: inicialmente, uma roda de conversa para apresentação da pesquisadora e exposição dos objetivos do estudo, seguida da aplicação de um questionário composto por 10 questões abertas, elaborado e disponibilizado via Google Forms. Essa metodologia buscou garantir liberdade de expressão e anonimato aos participantes, favorecendo respostas mais autênticas e reflexivas.

#### **7.4 Intervenção pedagógica e o procedimento de coleta de dados**

O processo de coleta de dados foi iniciado após a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Metropolitana de Santos- UNIMES, respeitando todos os preceitos éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. A proposta foi devidamente aprovada pelo Comitê sob o número de CAAE 80422924.1.0000.5509, autorizando a realização da investigação com professores da rede pública municipal.

A coleta de dados e a aplicação do produto educacional seguiram um percurso metodológico cuidadosamente planejado, de modo a assegurar a coerência entre os objetivos da pesquisa, os procedimentos adotados e a validade científica dos resultados obtidos. Inicialmente, procedeu-se à categorização e formulação das questões do instrumento de coleta, fundamentadas nas leituras teóricas sobre Educação Patrimonial e nas diretrizes oficiais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O questionário, elaborado na plataforma Google Forms, continha dez perguntas abertas, destinadas a compreender as percepções, práticas e desafios dos docentes em relação ao ensino da Educação Patrimonial.

Posteriormente, foi enviado o Termo de Anuência Institucional (Anexo A) à Secretaria Municipal de Educação de São Vicente (SEDUC), garantindo o consentimento formal para a realização da pesquisa no âmbito da instituição. Após a autorização, os participantes foram convidados a participar voluntariamente do estudo, recebendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo B), no qual constavam os objetivos, procedimentos, riscos, benefícios e garantias de sigilo e anonimato. Como a pesquisa envolveu apenas professores adultos, não houve necessidade de Termo de Consentimento dos Pais ou Responsáveis (Anexo D) nem Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Anexo E).

Antes do envio do formulário, realizou-se uma apresentação introdutória do tema durante um encontro formativo na Secretaria Municipal de Educação de São Vicente (SEDUC), momento em que a pesquisadora contextualizou o objeto de estudo, justificou a relevância da pesquisa e reforçou a importância da participação voluntária dos docentes.

A aplicação do instrumento foi dividida em duas etapas complementares. Na primeira, ocorreu uma roda de conversa com os professores participantes, mediada pela pesquisadora, cujo propósito foi estimular a reflexão inicial sobre o conceito de Educação Patrimonial, promover um ambiente colaborativo e esclarecer dúvidas sobre a pesquisa. Nessa ocasião, também foram apresentados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo B) e as condições éticas de participação, conforme aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa sob o CAAE nº 80422924.1.0000.5509.

Na segunda etapa, os docentes responderam ao questionário on-line, que ficou disponível por período determinado, de forma anônima e confidencial. As respostas foram automaticamente registradas na plataforma e posteriormente organizadas e codificadas, respeitando-se a integridade do discurso dos participantes. Essa codificação possibilitou o agrupamento temático das respostas e a identificação de categorias de análise emergentes, conforme os procedimentos de análise de conteúdo propostos por Bardin (2016).

Em sequência, realizou-se a formulação do produto educacional, constituído por uma série de Sequência Didática elaboradas a partir dos dados coletados e das

lacunas identificadas nas práticas pedagógicas relatadas pelos docentes. Essa sequência teve como objetivo oferecer uma proposta de intervenção didática voltada à inserção da Educação Patrimonial nas aulas de Ciências Humanas, priorizando abordagens interdisciplinares e metodologias ativas. A aplicação ocorreu de forma colaborativa e reflexiva, durante um quarto encontro com o grupo de professores participantes, foi lido e explicado a ideia de cada proposta, em cima do que eles responderam no Forms. A pesquisadora apresentou a sequência didática em formato de oficina pedagógica, promovendo um espaço de diálogo em que os docentes puderam analisar, discutir e sugerir adaptações conforme as realidades de suas escolas. Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada do fenômeno em seu contexto natural — o ambiente escolar —, possibilitando compreender as percepções individuais e coletivas dos professores, bem como as condições institucionais e pedagógicas que influenciam a implementação da Educação Patrimonial no currículo.

A análise qualitativa evidenciou, ainda, que a maior parte dos professores associa a Educação Patrimonial a contextos festivos e culturais, demonstrando uma compreensão parcial do conceito. Esse achado reforça a importância de ações formativas continuadas e da inserção de práticas pedagógicas contextualizadas, capazes de promover a valorização da história, das memórias e da identidade local.

Assim, a Sequência Didática proposta consolidou-se como um produto de caráter interventivo e formativo, alinhado aos princípios da pesquisa qualitativa e da pesquisa-ação, permitindo não apenas compreender o fenômeno estudado, mas também propor caminhos pedagógicos viáveis para o fortalecimento da Educação Patrimonial na escola pública.

## **7.5 Procedimento de análise de dados**

A análise dos dados obtidos nesta pesquisa foi conduzida a partir dos princípios da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), articulada à metodologia do Estudo de Caso, segundo Peres e Santos (2005). Essa combinação metodológica permitiu compreender de forma ampla, profunda e contextualizada as percepções dos docentes acerca da Educação Patrimonial e os desafios enfrentados em sua implementação no contexto escolar. Os dados foram coletados por meio da

aplicação de um questionário estruturado, composto por dez perguntas abertas, elaborado na plataforma Google Forms e aplicado presencialmente durante um encontro realizado na Secretaria Municipal de Educação de São Vicente (SEDUC). O processo incluiu uma roda de conversa inicial entre a pesquisadora e os professores participantes, seguida da aplicação do questionário e do registro das respostas. Todas as informações foram coletadas de maneira anônima e confidencial, garantindo o sigilo dos participantes e o cumprimento dos preceitos éticos da pesquisa (CAAE nº 80422924.1.0000.5509).

A Análise de Conteúdo foi escolhida por sua capacidade de sistematizar e interpretar dados qualitativos, transformando discursos em categorias analíticas que possibilitam a identificação de padrões e significados. Esse procedimento foi dividido em três etapas principais:

A Pré-análise: consistiu na leitura flutuante e organização do material obtido a partir das respostas dos questionários e das anotações da roda de conversa. Nesse momento, foi realizada a seleção dos trechos mais representativos e a formulação das categorias iniciais de análise.

Exploração do material: nesta fase, as respostas foram classificadas e codificadas, permitindo a criação de categorias temáticas que refletissem as ideias recorrentes entre os docentes. As categorias emergentes incluíram: formação docente e preparo para trabalhar a Educação Patrimonial, escassez de recursos didáticos, percepções sobre o patrimônio cultural, relação com a identidade local e propostas de práticas pedagógicas. Tratamento, inferência e interpretação: por fim, os dados categorizados foram interpretados à luz do referencial teórico e dos documentos orientadores da educação em especial, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa triangulação entre teoria, documentos oficiais e respostas empíricas permitiu aprofundar a compreensão sobre a presença (ou ausência) da Educação Patrimonial nas práticas escolares e nas concepções docentes.

A adoção do Estudo de Caso como metodologia complementou a análise qualitativa, uma vez que possibilitou examinar o fenômeno — a inserção da Educação Patrimonial em seu contexto real: o ambiente educacional da rede pública municipal de São Vicente. Essa abordagem, conforme defendem Peres e Santos (2005),

favorece a compreensão holística e contextualizada de situações específicas, considerando fatores culturais, institucionais e pedagógicos que influenciam o processo educativo.

## 8 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise das respostas revelou que a maioria dos professores reconhece a relevância da Educação Patrimonial na formação integral dos alunos, mas aponta dificuldades práticas para implementá-la no cotidiano escolar. Entre os principais desafios destacados estão: A falta de formação específica sobre o tema; a escassez de materiais didáticos e de recursos institucionais; a ausência de apoio pedagógico para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares; e a burocracia e limitações orçamentárias que dificultam saídas de campo e parcerias com instituições culturais.

Além disso, observou-se que parte dos docentes associa a Educação Patrimonial a eventos culturais e festivos, revelando uma compreensão restrita do conceito. Essa percepção reforça a necessidade de formação continuada e de práticas pedagógicas contextualizadas que articulem o patrimônio cultural à realidade local e à vivência dos alunos. Alguns professores também relataram o desinteresse dos alunos pelo tema, atribuindo-o à falta de conexão entre os conteúdos escolares e as experiências cotidianas. Nesse sentido, destacaram a importância de utilizar metodologias ativas, como projetos interdisciplinares, gamificação e o uso de tecnologias digitais, que podem tornar o processo de ensino-aprendizagem mais atrativo e significativo.

Outro ponto enfatizado nas falas foi a falta de diálogo entre as escolas e instituições culturais, como museus e centros históricos, que poderiam colaborar na promoção de experiências concretas de valorização do patrimônio. Os docentes sugeriram a ampliação dessas parcerias, bem como o envolvimento das famílias e da comunidade em ações educativas, como exposições, rodas de conversa e projetos de resgate da memória local. Dessa forma, a análise dos dados revelou um cenário em que a Educação Patrimonial é reconhecida, mas pouco aplicada nas práticas escolares, em virtude de limitações estruturais, pedagógicas e formativas. O processo analítico permitiu identificar necessidades e possibilidades de intervenção, contribuindo para a construção da Sequência Didática proposta neste trabalho, que visa oferecer subsídios pedagógicos e metodológicos para fortalecer a abordagem da Educação Patrimonial na rede pública de ensino

## 9 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional desenvolvido nesta pesquisa, intitulado “Guia – A Educação Patrimonial nas Escolas da Baixada Santista”, constitui-se como uma proposta formativa e pedagógica voltada a professores e educadores do Ensino Fundamental, com o objetivo de fortalecer a presença da Educação Patrimonial nas práticas escolares da região. O Guia foi elaborado como resultado direto das reflexões teóricas, das análises bibliográficas e documentais, e das contribuições empíricas oriundas das respostas dos docentes participantes desta pesquisa, configurando-se como um material aplicável, reflexivo e contextualizado.

A Baixada Santista, situada no litoral do estado de São Paulo, é uma região de singular relevância histórica, social e cultural, marcada pela pluralidade de seus bens patrimoniais materiais e imateriais. Desde os vestígios das comunidades indígenas originárias até as transformações trazidas pela colonização portuguesa, a industrialização, o porto de Santos e o desenvolvimento urbano contemporâneo, a região guarda um vasto repertório de memórias, saberes e práticas culturais. Nesse sentido, torna-se um campo fértil para o desenvolvimento de experiências educativas que favoreçam o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio local, aproximando os estudantes de suas identidades e de suas histórias coletivas.

O Guia nasce, portanto, do desejo de transformar a Educação Patrimonial em uma prática cotidiana das escolas públicas da Baixada Santista, promovendo um ensino interdisciplinar, contextualizado e crítico. Ele foi construído com base nas concepções de Paulo Freire (2020a; 2020b), que defende a educação como prática libertadora e transformadora, e nos princípios da Educação Patrimonial enquanto processo de formação de sujeitos conscientes de seu papel histórico e social. Assim, o material busca não apenas oferecer orientações metodológicas, mas também provocar reflexões acerca da função da escola como espaço de produção e de ressignificação de saberes culturais.

O desenvolvimento do Guia foi um processo contínuo, articulando as minhas experiências em seu estágio na Pinacoteca Benedicto Calixto, no PIBID e no Residência Pedagógica, programas os quais fiz parte em minhas graduações em

Santos, foi nesse território que viveu suas primeiras experiências educacionais e culturais, e onde percebeu a urgência de que a escola se reconecte com o patrimônio que a cerca. Assim, o produto não se apresenta apenas como resultado de uma pesquisa acadêmica, mas como manifestação de um compromisso ético e afetivo com a região e com a formação de cidadãos conscientes, críticos e atuantes, utilizei também com as contribuições teóricas e metodológicas adquiridas durante o Mestrado Profissional em Práticas Docentes do Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos. Essa vivência prática e formativa permitiu compreender a necessidade de que a Educação Patrimonial seja trabalhada não apenas como conteúdo isolado, mas como eixo articulador de aprendizagens interdisciplinares, capaz de integrar áreas como História, Arte, Geografia, Ciências e Língua Portuguesa.

O “Guia – A Educação Patrimonial nas Escolas da Baixada Santista” apresenta um conjunto de orientações teóricas e práticas que auxiliam o professor a planejar atividades relacionadas ao patrimônio local, articulando-as com os componentes curriculares e com as competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seu conteúdo está organizado em seções que contemplam: uma introdução conceitual sobre Educação Patrimonial e sua relevância no contexto escolar; uma contextualização histórica da Baixada Santista e seus bens culturais; sugestões de sequências didáticas e planos de aula interdisciplinares; propostas de atividades práticas e oficinas voltadas à valorização da memória e do patrimônio local; e orientações metodológicas sobre como promover projetos colaborativos entre escolas e instituições culturais (museus, arquivos, centros de memória, comunidades tradicionais). A construção do Guia também teve como princípio norteador o caráter libertador e participativo da educação, conforme propõe Freire (2020b), valorizando o diálogo, a escuta e a participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, o material convida o professor a se tornar mediador de aprendizagens significativas, promovendo práticas que estimulem a observação crítica do entorno, o reconhecimento da diversidade cultural e o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos alunos às suas comunidades. Além de seu caráter formativo, o produto também assume uma dimensão interventiva e transformadora, na medida em que oferece subsídios concretos para a inserção da Educação Patrimonial no cotidiano escolar. A intenção é que o Guia sirva como instrumento de apoio

pedagógico, mas também como ferramenta de sensibilização e empoderamento docente, fomentando o engajamento dos professores em ações voltadas à preservação e valorização da memória coletiva.

Por fim, o “Guia – A Educação Patrimonial nas Escolas da Baixada Santista” pretende contribuir para a consolidação de uma prática docente que reconheça o valor educativo do patrimônio, favorecendo o diálogo entre escola, comunidade e território. O material estimula o professor a perceber o patrimônio não como um objeto distante, mas como fonte viva de conhecimento, memória e identidade, capaz de gerar aprendizagens transformadoras. Dessa forma, o produto educacional se insere no campo da Educação Patrimonial como uma proposta concreta e sensível, que busca reaproximar o ensino da realidade cultural local, ampliando as possibilidades de construção de saberes significativos e socialmente comprometidos.



**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS**  
**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM**  
**PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**GUIA EDUCACIONAL: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS**  
**DA BAIXADA SANTISTA: SANTOS E SÃO VICENTE.**

Maria Vitória de Moura Opasso Pequeño

Orientador Prof. Dr. Alberto Schneider

**PRODUTO EDUCACIONAL**

**SANTOS - 2025**

## RESUMO

O Guia da Educação Patrimonial nas Escolas foi desenvolvido para auxiliar professores do ensino fundamental I na inserção da educação patrimonial em suas práticas pedagógicas. O material tem como objetivo nortear o trabalho docente por meio de estratégias interdisciplinares e vivências que possibilitem a aproximação dos estudantes com o patrimônio cultural. Além disso, busca promover a interação entre os diferentes agentes sociais envolvidos no processo educativo, como professores, alunos e a comunidade local, destacando a importância da diversidade cultural e da memória coletiva na formação da identidade regional. O guia é resultado de uma pesquisa de mestrado que enfatiza a necessidade de um processo educativo contínuo e integrado, visando a disseminação do conhecimento sobre o patrimônio cultural no ambiente escolar. A proposta considera a educação patrimonial como uma ferramenta essencial para ampliar o acesso dos estudantes a essa temática, promovendo a valorização do patrimônio material e imaterial. Ao trazer o patrimônio cultural para a sala de aula, o guia propõe uma abordagem que favorece a acessibilidade ao conhecimento e ao desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes. Dessa forma, a educação patrimonial é apresentada como um meio de construção de cidadania, permitindo que os alunos compreendam a relevância de preservar a história e os bens culturais de sua região. O material também reforça o papel da escola na difusão do conhecimento sobre a identidade regional, contribuindo para que os estudantes reconheçam a importância da memória coletiva na valorização do território em que estão inseridos. Assim, o guia se configura como um instrumento pedagógico fundamental para a formação de cidadãos mais conscientes sobre seu papel na preservação e valorização do patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** Educação patrimonial; Interdisciplinaridade; Identidade cultural; Comunidade escolar; Acessibilidade.

## **Apresentação**

O Guia da Educação Patrimonial nas Escolas foi desenvolvido para o acesso dos professores do fundamental I, como recurso norteador para instruí-los sobre como desenvolver a educação de patrimônios através da interdisciplinaridade, estratégias e vivências. Este material é o resultado de uma pesquisa do Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental, e tem o intuito de manter em suas pesquisas a importância de um processo contínuo na construção e disseminação do conhecimento sobre o patrimônio cultural dentro das escolas.

Pautado na interação entre professores, estudantes e a comunidade local, o guia considera esses agentes sociais fundamentais para a formação da diversidade cultural, da identidade regional e da memória da Baixada Santista. Ao trazer o patrimônio cultural para o ambiente escolar, a proposta busca fortalecer a valorização da história e dos bens culturais por meio da prática pedagógica.

O Guia da Educação Patrimonial traduz uma ação educativa que visa à acessibilidade, ao desenvolvimento e ao acesso de todos os professores e estudantes do ensino fundamental, promovendo a inserção dessa temática no cotidiano escolar.

## **Introdução**

A educação patrimonial desempenha um papel essencial na valorização da memória e identidade cultural, especialmente no contexto escolar, onde pode ser trabalhada de forma interdisciplinar. Nesse sentido, o Guia da Educação Patrimonial nas Escolas foi elaborado como um recurso pedagógico voltado para professores do ensino fundamental I, visando oferecer estratégias e vivências que possibilitem a inserção do patrimônio cultural no cotidiano escolar.

O guia busca contribuir diretamente para a prática docente ao fornecer subsídios teóricos e metodológicos que auxiliam os professores na abordagem dessa temática em sala de aula. Ao promover a interação entre professores, estudantes e a comunidade local, a proposta reforça a importância dos agentes sociais na preservação da diversidade cultural, na construção da identidade regional e no fortalecimento da memória coletiva da Baixada Santista. Dessa forma, a escola torna-se um espaço essencial para o desenvolvimento da consciência patrimonial, incentivando a participação ativa dos estudantes na valorização e preservação do patrimônio.

Além de sua relevância pedagógica, o guia também se destaca como um instrumento de transformação social, pois permite que a educação patrimonial alcance um público mais amplo, democratizando o acesso ao conhecimento e fortalecendo o vínculo entre a escola e a comunidade. Ao integrar essa temática ao ensino fundamental, o material possibilita que os estudantes desenvolvam um olhar crítico sobre sua própria cultura, compreendendo a importância de sua preservação e resignificação no contexto contemporâneo.

### **Objetivo geral**

Desenvolver e disponibilizar um material pedagógico que auxilie professores do ensino fundamental I na inserção da educação patrimonial em suas práticas docentes, promovendo a valorização do patrimônio cultural por meio da

interdisciplinaridade, da interação com a comunidade e da construção da identidade regional, contribuindo para a formação crítica e cidadã dos estudantes.

### **Sequências didáticas patrimônias: Conhecendo, Preservando e Valorizando**

#### **Objetivo do módulo**

Tem o objetivo de introduzir noções básicas sobre educação patrimonial e traz exemplos de patrimônios da região da Baixada Santista.

#### **Conteúdo do módulo**

Guia da Educação Patrimonial nas Escolas: O que é?

O Guia de Educação Patrimonial nas Escolas apresenta orientações, procedimentos, estratégias e vivências para a realização da educação patrimonial no ensino fundamental I de uma forma interativa e significativa com o objetivo de introduzir noções básicas sobre educação patrimonial e traz exemplos de patrimônios da região da Baixada Santista.

Importância da Educação Patrimonial na escola

A Educação Patrimonial promove a consciência histórica e cultural, incentivando a valorização e preservação do patrimônio, além de contribuir para uma educação mais completa e significativa.

Métodos e estratégias para a educação patrimonial

Conheça diferentes métodos e estratégias para ensinar Educação Patrimonial de forma envolvente, como visitas a museus, entrevistas com moradores locais e pesquisa em documentos históricos.

Atividades práticas para a educação patrimoniais.

Através do Guia descubra atividades práticas que podem ser realizadas em sala de aula para despertar o interesse dos estudantes pelo patrimônio cultural, como a criação de maquetes e apresentações teatrais.

Recursos para a educação patrimonial

Conheça os recursos disponíveis para auxiliar professores e alunos na Educação Patrimonial, como livros didáticos, materiais multimídia e plataformas educacionais.

Desafios da educação patrimonial na escola e como adaptar

Explore os desafios enfrentados na implementação da Educação Patrimonial, como a falta de recursos e a necessidade de conscientização sobre a importância do patrimônio cultural.

O que é a Educação Patrimonial?

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (IPHAN)

É uma temática que qualifica tudo que foi produzido por nossa sociedade, trazendo suas marcas e influências locais e regionais. A Educação Patrimonial desenvolvida em processos educativos, é direcionada em torno das histórias, memórias, identidades das comunidades locais, lendas, mitos, patrimônios materiais e que tem como foco principal as diversas expressões do patrimônio

cultural, como por exemplo: os saberes das antigas gerações, marcas históricas, línguas, museus, edificações, paisagens.

#### Patrimônios e seus tipos:

Dentro do conceito do que é considerado patrimônio, existem diversos tipos, dentro desses tipos de patrimônios temos: o patrimônio ambiental ou natural pode usar esses dois termos para referir-se a ele, que agrupa os bens naturais que possuem uma importância ecológica em nossa sociedade, os paisagística que em muitas situações se tornam pontos turísticos, históricos que traz algum caso histórico marcado para a cidade e seus cidadãos, o cultural algo específico da região, social e até mesmo o nosso econômica, uma vez que este patrimônio pode trazer benefícios financeiros para uma região através do turismo que é o que acontece aqui na nossa região da Baixada Santista, por termos uma das vilas mais antigas do Brasil, virou símbolo e atração turística.

#### Tombamento: o que é?

O tombamento é um ato administrativo dos poderes públicos, nas instâncias municipais, estaduais ou federal e o seu objetivo principal é evitar a destruição dessas arquiteturas antigas, cedendo o terreno para novas construções, como na nossa região edifícios altos com

muitos andares.

#### Termos que utilizamos de forma errada: reforma e restauro

Reforma é tudo aquilo que faz alteração em um ambiente, como por exemplo feita na edificação já existente, que tem como objetivo recuperar, ampliar ou melhorar as condições deste local, visando a segurança ou uso.

Já o Restauro termo muito utilizado nesse meio de patrimônios é um processo de revitalização, ou seja, só vai consertar e reparar aquilo que o tempo

desgastou, visando sempre manter e respeitar as características originais do local, não fazendo nenhuma modificação na originalidade do patrimônio.

Termos que utilizamos errado: passeio ou saída de campo?

As “saídas de campo” permitem ao estudante o momento de investigar em uma dimensão interdisciplinar, a observação, a organização do espaço geográfico, histórico e suas contribuições.

Essas vivências fora da sala de aula dão significado aos conteúdos programáticos trabalhados

A contextualização, o diálogo do conhecimento prévio do estudante, o conteúdo abordado é o “Pré-campo” que são posteriormente conhecidos com a vivência na “Saída de Campo”.

Por que a Educação Patrimonial dentro da sala de aula?

A Educação Patrimonial promove a consciência histórica e cultural, incentivando a valorização e preservação do patrimônio, além de contribuir para uma educação mais completa e significativa.

Uma temática que trabalhada através de uma educação dialógica, cria um espaço de diálogo de modo que desenvolva em sala de aula um processo educativo de construção coletiva a partir do qual todos se apropriam, ou seja, sua realidade local.

A Educação Patrimonial dentro da sala de aula, estimula o pensar a partir da própria comunidade, na medida em que os estudantes passam a conhecer melhor os bens culturais que os identificam, tornando possível entender a importante relação de presente e o passado-futuro e a ligação que esse estudo tem com suas vidas pessoais.

As sequências didáticas patrimoniais:

Dentro do guia são apresentadas 3 sequências didáticas, cada qual com seu tempo de duração, variando de 6 a 8 aulas, trabalhando em cada sequência um patrimônio histórico da cidade.

A primeira sequência didática patrimonial, trabalha os seguinte tema: Descobrindo o Centro Histórico de Santos; Ano/Série: 2º e 3º ano do Ensino Fundamental I, a duração:Aproximadamente 2 semanas (8 aulas). Os objetivos desta sequência patrimonial são: Reconhecer a importância histórica e cultural do Centro de Santos; Estimular a observação e valorização do patrimônio histórico e artístico local; Desenvolver habilidades de localização espacial e temporal e Incentivar a expressão oral, escrita e artística.

## SEQUÊNCIA DIDÁTICA 1 – DESCOBRINDO O CENTRO HISTÓRICO DE SANTOS

### **Aula 1: Levantamento de conhecimentos prévios (50 min)**

**Objetivo:** Descobrir o que os alunos já sabem sobre o Centro de Santos.

**Atividades:**

- Roda de conversa: “Você já foi ao Centro de Santos? O que viu lá?”
- Exibição de imagens do Centro (Bondinho, Igreja do Valongo, Museu do Café, etc.)
- Registro em cartaz coletivo com o título: “O que sabemos sobre o Centro Histórico de Santos?”

**Aula 2: Explorando o mapa (50 min)**

**Objetivo:** Trabalhar localização espacial e leitura de mapas.

**Atividades:**

- Apresentar um mapa simples da cidade de Santos.
- Localizar a escola, a casa dos alunos e o Centro Histórico.
- Atividade prática: colorir e ligar pontos no mapa.

**Componente:** Geografia

**Aula 3: Linha do tempo de Santos (50 min)**

**Objetivo:** Compreender que a cidade tem uma história e que ela muda com o tempo.

**Atividade:**

- Apresentação de imagens do "antes e depois" do Centro de Santos.
- Montagem de uma linha do tempo com marcos históricos (fundação, chegada do café, bondinho etc.)

**Componente:** História

**Aula 4: Visita guiada ao Centro Histórico (ou passeio virtual)**

**Objetivo:** Observar de perto o patrimônio histórico e relacioná-lo às aulas.

Atividade:

- Roteiro com paradas no Museu do Café, Bondinho, Igreja do Valongo e Rua do Comércio.
- Registros em foto ou desenhos.
- Caso a visita presencial não seja possível, utilizar vídeos e passeios virtuais.

**Componentes:** História / Geografia / Artes

**Aula 5: Produção de texto - “Minha visita ao Centro Histórico” (50 min)**

**Objetivo:** Trabalhar a expressão escrita com base na experiência da visita.

**Atividades:**

- Planejamento coletivo do texto.
- Escrita individual com apoio de palavras no quadro.

**Componente curricular:** Língua Portuguesa

**Aula 6: Oficina de maquetes ou desenhos (50 min)**

**Objetivo:** Representar artisticamente o que foi aprendido.

**Atividade:**

- Construção de maquetes ou desenhos dos pontos visitados.
- Materiais: papelão, tinta, sucata, etc.

**Componente curricular:** Artes

**Aula 7: Exposição na escola (50 min)**

**Objetivo:** Compartilhar o aprendizado com outras turmas e famílias.

**Atividade:**

- Montar uma exposição com textos, desenhos, fotos e maquetes.
- Apresentação oral dos alunos sobre o que aprenderam.

**Componentes curriculares:** Interdisciplinar

**Aula 8: Avaliação final e roda de conversa (50 min)**

**Objetivo:** Refletir sobre o que foi aprendido.

**Atividade:**

- Roda de conversa: “O que mais gostamos?”
- Registro em desenho ou escrita do que foi mais marcante.
- Avaliação do processo pelo professor com base na participação e produções dos alunos.

## SEQUENCIA DIDÁTICA 2 – EXPLORANDO A PINACOTECA BENEDICTO CALIXTO

A Segunda sequência didática patrimonial, trabalha os seguinte tema: Explorando a Pinacoteca Benedicto Calixto; Ano/Série: 2º e 3º ano do Ensino Fundamental I com a duração de aproximadamente 2 semanas (8 aulas). Os objetivos desta sequência patrimonial são: Reconhecer a importância histórica e cultural do Centro de Santos; Estimular a observação e valorização do patrimônio histórico e artístico local; Desenvolver habilidades de localização espacial e temporal e Incentivar a expressão oral, escrita e artística.

### **Aula 1: Quem foi Benedicto Calixto?**

**Objetivo:** Conhecer o artista e sua importância histórica e cultural.

#### **Atividades:**

- Roda de conversa: “Você já ouviu falar em Benedicto Calixto?”
- Apresentação em slides com imagens de obras do pintor e curiosidades sobre sua vida.
- Linha do tempo simplificada da vida do artista.

Componentes curriculares: História / Língua Portuguesa.

**Aula 2: O que é uma pinacoteca?**

**Objetivo:** Entender o conceito de pinacoteca e sua função na sociedade.

**Atividade:**

- Explicação dialogada sobre museus, pinacotecas e centros culturais.
- Apresentação da fachada e dos ambientes internos da Pinacoteca Benedito Calixto (fotos e/ou vídeo).
- Comparação com outros espaços culturais conhecidos pelos alunos.

**Componente curriculares:** Geografia / História

**Aula 3: Visita (presencial ou virtual) à Pinacoteca Benedicto Calixto.**

**Objetivo:** Conhecer o espaço cultural e suas obras de forma direta.

**Atividade:**

- Visita monitorada presencial ou tour virtual pelo site da pinacoteca.
- Registro da visita: desenhos, fotos ou anotações no caderno.
- Conversa pós-visita: “O que mais chamou atenção?”

**Componentes curriculares:** Artes / História / Língua Portuguesa

#### **Aula 4: Interpretando imagens e paisagens**

**Objetivo:** Desenvolver a leitura de imagens e identificar elementos nas obras de Calixto.

**Atividade:**

- Observação coletiva de uma pintura (ex: Porto de Santos).
- Atividade em dupla: identificar personagens, cores, paisagens.
- Produção de frases sobre a imagem observada.

**Componentes curriculares:** Artes / Língua Portuguesa

## **Aula 5: Criando como Benedicto Calixto**

**Objetivo:** Estimular a produção artística a partir da observação das obras.

### **Atividade:**

- Produção de uma pintura ou desenho inspirado nas paisagens da cidade, como o artista fazia.
- Técnicas sugeridas: aquarela, lápis de cor, guache.
- Montagem de uma “mini galeria” na sala ou corredor da escola.

**Componente curricular:** Artes

**Aula 6: Produção de texto – “Minha visita à pinacoteca”**

**Objetivo:** Desenvolver a escrita a partir da experiência vivida.

**Atividade:**

- Planejamento coletivo do texto.
- Produção individual do relato.
- Compartilhamento dos textos com os colegas.

**Componente Curricular:** Língua Portuguesa

## **SEQUÊNCIA DIDÁTICA 3 – CONHECENDO OS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS DE SÃO VICENTE**

A Terceira sequência didática patrimonial, trabalha os seguinte tema: Conhecendo os Patrimônios Históricos de São Vicente; Ano/Série: 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I, com a duração de 2 semanas (aproximadamente 8 aulas de 50 minutos). Os objetivos desta sequência patrimonial são: Identificar e valorizar os principais patrimônios históricos de São Vicente; Compreender a importância da preservação do patrimônio cultural local; Relacionar os patrimônios com a história da cidade e com a identidade vicentina e estimular a expressão oral e escrita a partir de experiências com o território.

### **Aula 1 – Introdução: O que é patrimônio histórico?**

**Objetivo:** Compreender o conceito de patrimônio histórico e cultural.

#### **Atividade:**

- Roda de conversa inicial: “O que é patrimônio? O que faz parte da história da nossa cidade?”
  
- Apresentação de imagens de patrimônios do Brasil e de São Vicente.
  
- Registro coletivo em cartaz: “Patrimônios que conhecemos em São Vicente”.

**Componente curriculares:** História / Geografia

## **Aula 2 – Mapa patrimonial de São Vicente**

**Objetivo:** Localizar os patrimônios históricos no mapa da cidade.

**Atividade:**

- Apresentação de um mapa da cidade com pontos como: Igreja Matriz, Marco Padrão, Ponte Pênsil, Parque Cultural Vila de São Vicente, entre outros.
- Atividade prática: montar um “mapa turístico” com os principais pontos históricos.

**Componentes curriculares:** Geografia / História

### **Aula 3 – Tour histórico virtual ou presencial**

**Objetivo:** Conhecer os patrimônios por meio da observação direta ou de vídeos e fotos.

**Atividade:**

- Visita guiada presencial (ou vídeo tour) por pontos como: Igreja Matriz de São Vicente, Parque Cultural Vila de São Vicente, Biquinha de Anchieta, Marco Padrão e a Ponte Pênsil
  
- Roteiro de observação com perguntas sobre cada local.

**Componentes curriculares:** História / Artes

**Aula 4 – Relato de experiência: “O que eu vi no meu passeio histórico”**

**Objetivo:** Desenvolver a escrita a partir da vivência com o patrimônio.

**Atividade:**

- Planejamento coletivo: partes do texto (início, meio e fim).
- Produção de relato individual.
- Leitura para os colegas ou produção de um mural com os textos.

**Componente curricular:** Língua Portuguesa

## **Aula 5 – Jogo do Patrimônio**

**Objetivo:** Reforçar o conteúdo de forma lúdica e colaborativa.

**Atividade:**

- Jogo de perguntas e respostas sobre os patrimônios de São Vicente (pode ser em formato de tabuleiro, bingo ou quiz digital).
- Divisão da turma em grupos: Premiação simbólica: “Guardião(a) do Patrimônio Vicentino”.

**Componentes Curriculares:** História / Geografia

**Aula 6 – Produção artística: Meu olhar sobre São Vicente**

**Objetivo:** Estimular a representação artística dos patrimônios locais.

Atividades:

**Atividade:**

- Cada aluno escolhe um patrimônio e o representa por meio de desenho, pintura ou colagem.
- Montagem de uma exposição com legenda explicativa.

**Componente curricular:** Artes

## **Aula 7 – Debate: Como podemos cuidar dos nossos patrimônios?**

**Objetivo:** Refletir sobre a preservação do patrimônio histórico.

**Atividade:**

- Exibição de vídeo ou leitura de reportagem sobre descuido com espaços históricos.
- Roda de conversa com perguntas: “Quem cuida do patrimônio?”, “Como podemos ajudar?”
- Criação de cartazes com mensagens de preservação.

**Componentes curriculares:** História / Língua Portuguesa.

## **Aula 8 – Avaliação e encerramento**

**Objetivo:** Avaliar aprendizagens e encerrar com significado.

**Atividade:**

- Revisão do que foi aprendido com jogo ou quiz interativo.
- Entrega de certificados simbólicos: “Explorador(a) da História de São Vicente”.
- Feedback dos alunos: “O que eu mais gostei?”, “O que eu aprendi?”

**Componentes:** Interdisciplinar

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos**. Brasília: IPHAN, 2012.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Portal do IPHAN. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CAMPANI, Adriana. Título: **Educação patrimonial: uma experiência em busca de uma inovação no ensinar e no aprender**. Periódico : Revista Brasileira de Estudo Pedagógico, 1997. Jan / Dez, U.78 m . 188-19 P. 7-21 , P.370-48

PREFEITURA DE SANTOS. **Currículo Santista. Santos, 2021.**

SEE-SP/UNDIME-SP. **Currículo Paulista** . São Paulo:, 2019. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/sites/7/2019/09/curriculo-paulista>

SILVA, Leandro Teles. Manual do Patrimônio Histórico. EDUCS: Caxias do Sul, 1997.

TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. Caderno Temático nº 5. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25918>. Acesso em: 5 jan. 2025.

## 9.1 Validação do Produto Educacional

Relato, feedback dos beneficiários do produto. Ao longo da pesquisa de mestrado e com o aprofundamento teórico proporcionado pelos estudos, tornou-se evidente a necessidade de criar um material que pudesse auxiliar os docentes não apenas na preparação das visitas pedagógicas, mas também no desenvolvimento de atividades posteriores a essas saídas. Nesse sentido, o guia foi concebido como uma ferramenta para apoiar práticas pedagógicas dinâmicas e contextualizadas, favorecendo a consolidação dos conteúdos trabalhados em sala de aula por meio da articulação com os espaços educativos visitados.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, e por estar atuando no setor de Formação de Docentes da rede municipal de ensino, tive a oportunidade de dialogar diretamente com professores das séries iniciais do ensino fundamental, tanto pedagogos quanto docentes especialistas em Língua Portuguesa. Esse contato, que se estendeu por aproximadamente um ano e meio, permitiu apresentar o produto educacional em sua fase inicial, por meio da exposição de seu sumário provisório e estrutura básica. A partir disso, os professores puderam oferecer sugestões visando tornar o guia mais pertinente e aplicável à realidade escolar. Entre as contribuições recebidas, destacam-se a inclusão de patrimônios específicos da cidade de São Vicente que dialogam com os conteúdos curriculares do 1º ao 5º ano, além de propostas como gamificações, produções textuais voltadas ao desenvolvimento da escrita e sequências didáticas interdisciplinares com foco nas áreas de História, Geografia e Língua Portuguesa. Essas sugestões foram fundamentais para a elaboração de sequências pedagógicas adaptáveis e coerentes com as necessidades docentes, permitindo sua personalização conforme o contexto de cada escola.

A apresentação final do Guia da Educação Patrimonial aos professores da rede municipal de São Vicente ocorreu por meio do grupo de WhatsApp criado durante o processo de pesquisa, que serviu como canal de comunicação e acompanhamento do desenvolvimento do material. Esse momento representou um importante marco na consolidação do vínculo entre os docentes e a pesquisa, ao permitir que os professores visualizassem a incorporação de suas sugestões no produto. Além disso, o encontro virtual possibilitou um espaço de diálogo e troca de

experiências entre os educadores, nos quais foram compartilhadas práticas pedagógicas já realizadas, bem como ideias para a aplicação do guia em sala de aula.

A receptividade dos docentes ao produto educacional evidenciou o interesse em adotar práticas que valorizem a história viva da cidade, utilizando os espaços patrimoniais como recursos pedagógicos. Muitos manifestaram a intenção de aplicar as atividades propostas no guia a partir do segundo semestre de 2025, considerando a intensa rotina escolar do primeiro semestre. Essa perspectiva demonstra o potencial do guia como ferramenta de apoio ao ensino, contribuindo para a formação de estudantes mais conscientes de sua identidade e do valor do patrimônio histórico-cultural de sua cidade.

Durante os encontros com os professores, foi ressaltada a relevância do guia fortalecimento da identidade vicentina. Os docentes foram convidados a refletir sobre o papel da escola na preservação do patrimônio cultural, compreendendo que a educação patrimonial ultrapassa a simples transmissão de conhecimentos. Ela promove, sobretudo, a construção de um sentimento de pertencimento entre os estudantes e o território em que vivem, fortalecendo os vínculos com a história e a cultura local.

A apresentação final do Guia da Educação Patrimonial aos professores da rede municipal de São Vicente ocorreu por meio do grupo de WhatsApp criado durante o processo de pesquisa, que serviu como canal de comunicação e acompanhamento do desenvolvimento do material. Esse momento representou um importante marco na consolidação do vínculo entre os docentes e a pesquisa, ao permitir que os professores visualizassem a incorporação de suas sugestões no produto. Além disso, o encontro virtual possibilitou um espaço de diálogo e troca de experiências entre os educadores, nos quais foram compartilhadas práticas pedagógicas já realizadas, bem como ideias para a aplicação do guia em sala de aula. A receptividade dos docentes ao produto educacional evidenciou o interesse em adotar práticas que valorizem a história viva da cidade, utilizando os espaços patrimoniais como recursos pedagógicos. Muitos manifestaram a intenção de aplicar as atividades propostas no guia a partir do segundo semestre de 2025, e outro grupo para início do ano letivo de 2026, após o planejamento do ano, considerando a intensa rotina escolar do primeiro semestre. Essa perspectiva

demonstra o potencial do guia como ferramenta de apoio ao ensino, contribuindo para a formação de estudantes mais conscientes de sua identidade e do valor do patrimônio histórico-cultural de sua cidade.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições da Educação Patrimonial enquanto prática pedagógica libertadora revelam-se amplas e fundamentais para a consolidação de uma escola mais crítica, reflexiva e interdisciplinar. Ao longo desta pesquisa, por meio da análise de documentos normativos nacionais, de estudos acadêmicos e da leitura das obras de Paulo Freire (2020a; 2020b), foi possível compreender que a inserção dessa temática na educação básica não se limita ao exercício da cidadania, mas amplia-se como instrumento de transformação social e emancipação intelectual. A Educação Patrimonial, quando desenvolvida desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, fomenta a curiosidade crítica, a autonomia do pensamento e o reconhecimento do sujeito como agente histórico em sua própria realidade. A reflexão que propus trazer com o estudo sobre o ensino do patrimônio, portanto, é também uma reflexão sobre o papel da escola na formação de consciências sociais ativas e críticas. Trata-se de um tema que atravessa tempos e contextos, sendo constantemente revisitado sob novas perspectivas.

O diálogo entre as práticas do passado e as demandas contemporâneas do ensino nos mostra que a Educação Patrimonial é um campo em constante construção, que se alimenta do encontro entre teoria, prática e experiência docente. Assim, este estudo reforça a necessidade de repensar as metodologias tradicionais, valorizando práticas interdisciplinares e criativas que aproximem o aluno de sua história, de sua cultura e de sua comunidade. Inspirada nas concepções freireanas, esta pesquisa reafirma que ensinar exige reflexão crítica sobre a prática. A educação, para Freire, é um processo dinâmico e transformador, que se renova com o tempo e com as vivências humanas. Nessa perspectiva, compreender o valor da Educação Patrimonial é compreender que ela não apenas preserva a memória coletiva, mas também constrói consciência histórica contemporânea, fortalecendo o pertencimento e a responsabilidade social dos estudantes. A partir dessa visão, o trabalho com o patrimônio deve ser entendido como uma prática de liberdade — um exercício de escuta, diálogo e reconstrução simbólica do mundo vivido.

As séries iniciais do Ensino Fundamental constituem o momento ideal para o desenvolvimento dessas aprendizagens, pois é nesse período que o aluno forma sua visão de mundo, seus valores e sua percepção sobre o lugar que ocupa na

sociedade. Trabalhar o patrimônio cultural a partir de experiências lúdicas, interativas e contextualizadas permite que o conhecimento se torne significativo e prazeroso, estimulando a sensibilidade estética e o pensamento crítico. Dessa forma, o ensino sobre o patrimônio ultrapassa a simples transmissão de informações e transforma-se em vivência formadora, na qual o aluno reconhece-se como sujeito participante da história e da cultura local.

Esta pesquisa teve, portanto, como propósito fundamental provocar uma reflexão coletiva entre educadores sobre o papel da Educação Patrimonial na escola contemporânea e sobre os caminhos possíveis para sua efetiva implementação nos currículos. O estudo buscou dialogar com os professores, compreender suas percepções e desafios, e propor estratégias que tornem o ensino patrimonial uma prática viva, integrada e libertadora. Como resultado concreto desse percurso investigativo, foi desenvolvido o produto educacional “Guia – A Educação Patrimonial nas Escolas da Baixada Santista”, instrumento que visa auxiliar professores das redes municipais de Santos e São Vicente na articulação entre o currículo e as práticas educativas voltadas à valorização do patrimônio local. O Guia propõe atividades, sequências didáticas e reflexões metodológicas que incentivam a abordagem interdisciplinar do tema, promovendo uma maior aproximação entre escola, comunidade e território.

Assim, o produto não se apresenta apenas como uma compilação de estratégias pedagógicas, mas como uma ferramenta formativa e reflexiva, construída a partir da vivência, da escuta e da observação dos contextos reais da prática docente. O Guia é também uma extensão da identidade da autora com a região da Baixada Santista, traduzindo um compromisso ético e afetivo com a valorização da memória local e com o fortalecimento da educação pública como espaço de transformação social. Conclui-se que a Educação Patrimonial, compreendida em uma perspectiva libertadora, é um caminho potente para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção de uma escola que forma cidadãos conscientes, críticos e participativos. Mais do que ensinar sobre o passado, trata-se de educar para o presente e para o futuro, estimulando o reconhecimento da história como parte viva do cotidiano. Espera-se que este estudo e o produto educacional que dele se origina inspirem outros educadores a repensarem suas práticas, valorizando os patrimônios locais como fontes de conhecimento, identidade e emancipação.



## 11 REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **A Sociedade em que vivemos. In: Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva.** vol. 8, ed. 8, São Paulo: Cortez Editora, 2011, p. 17-18.

ARROYO, Michele Abreu. **Educação Patrimonial e a cidade como espaço educativo.**

Prefeitura De Santos. Secretaria de Educação, **Documento Currículo Santista.** 21 de agosto de 2019.

BARLETTA, Cristina A. R. Prefeitura De Santos Secretaria de Educação. **Documento Currículo Santista.** 21 de agosto de 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

BRASIL. **Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975.** Dispõe sobre a proteção dos documentos de valor histórico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 1975.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1,

Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Educação e Patrimônio Cultural. In: GRUPO Gestor do Projeto de Educação Patrimonial. **Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial**. Completar a referência.

FREIRE, Paulo. **Ensinar não é só transferir conhecimento**. In: **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 63ªEd. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Paz e Terra, p. 67 - 74, 2020a.

FREIRE, Paulo. Prática Docente: Primeira Reflexão. In: **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 63ªEd. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Paz e Terra, p. 34, 2020b.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. **Guia básico de educação patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

**O patrimônio cultural brasileiro: novos instrumentos de preservação**. Brasília: MinC: IPHAN:DID, 2002.

PERES, S.; MANOEL, S. **Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia**. *Interações*, v. 10, n. 20, p. 109–126, 2025.

PREFEITURA DE SANTOS. Secretaria de Educação. **Documento Currículo Santista**. 21 de agosto de 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete pedagogia libertadora**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em

<<https://www.educabrasil.com.br/pedagogia-libertadora/>>. Acesso em 10 ago 2022.

MORAES, Allana Pessanha. **Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2006.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. PAVIANI, Jayme. Conceitos e distinções preliminares. In: Interdisciplinaridade: conceitos e distinções. Caxias do Sul: Educus, 2008.

SCHMIDT; Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Resende (orgs.) **Jorn Rüsen: contribuições para uma teoria da didática da história**. Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016.

SOUSA, Antônio Oziêlton; PIO, Paulo Martins. **A Constituição de uma Concepção de Educação Libertadora em Paulo Freire**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará

- UECE, p. 1.

THOMPSON, Analucia; SOUZA, Igor. **A educação patrimonial no âmbito da política nacional de patrimônio cultural**. Políticas Culturais em Revista, v. 1, n. 8, p. 153-170, 2015.

## **ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES**

## Entrevistado 1:

1. Você conhece o que é Educação Patrimonial?

Nenhuma resposta fornecida.

2. O que você entende sobre Educação Patrimonial?

Conhecer a cultura patrimonial de uma determinada localidade .

3. Quais são algumas tradições ou festividades culturais importantes na nossa região?

Não sei .

4. Você já trabalhou Educação Patrimonial em sala de aula? Se sim, como você tem feito educação patrimonial dentro da sala de aula?

6. Como podemos criar um projeto para valorizar e divulgar o patrimônio cultural da nossa comunidade?

Insira sua resposta

7. A educação patrimonial contribui para o processo educativo regional, nacional ou global?

5. Insira sua resposta

8. Como o patrimônio cultural nos ajuda a entender a diversidade cultural no Brasil e no mundo?

Insira sua resposta

9. Qual é a metodologia utilizada para desenvolver a educação patrimonial dentro da escola?

Insira sua resposta

6. 10. Para finalizar, quais os possíveis resultados e sistematização com os estudantes através da experiência vivencial da educação patrimonial no ensino fundamental?

Insira sua resposta

---

7. A educação patrimonial contribui para o processo educativo regional, nacional ou global?

Total.

8. Como o patrimônio cultural nos ajuda a entender a diversidade cultural no Brasil e no mundo?

O aluno conhecer sua história, seu meio.

9. Qual é a metodologia utilizada para desenvolver a educação patrimonial dentro da escola?

Metodologias ativas , pesquisas , porém muitos alunos não tem acesso a internet. E não há materiais nas escolas.

10. Para finalizar, quais os possíveis resultados e sistematização com os estudantes através da experiência vivencial da educação patrimonial no ensino fundamental?

Uma ampliação de mundo, saber sobre a história da localidade ..

---

### Entrevistado 2:

1. Você conhece o que é Educação Patrimonial?

Nenhuma resposta fornecida.

2. O que você entende sobre Educação Patrimonial?

Proporcionar as gerações futuras a importância do patrimônio cultural

3. Quais são algumas tradições ou festividades culturais importantes na nossa região?

Festas religiosas e tradicionais

4. Você já trabalhou Educação Patrimonial em sala de aula? Se sim, como você tem feito educação patrimonial dentro da sala de aula?

Não

5. Que tipo de atividades podemos realizar na escola para aprender mais sobre o nosso patrimônio cultural?

Visitas aos museus

6. Como podemos criar um projeto para valorizar e divulgar o patrimônio cultural da nossa comunidade?

Juntando iniciativa privada, poder público e comunidade escolar

7. A educação patrimonial contribui para o processo educativo regional, nacional ou global?

Global

### Entrevistado 3

8. Como o patrimônio cultural nos ajuda a entender a diversidade

1. Você conhece o que é Educação Patrimonial?

Nenhuma resposta fornecida.

2. O que você entende sobre Educação Patrimonial?

A partir do patrimônio cultural da cidade e entorno, pode-se criar uma aprendizagem significativa

3. Quais são algumas tradições ou festividades culturais importantes na nossa região?

Encenação da Vila de São Vicente, Festival de quadrilhas

7. A educação patrimonial contribui para o processo educativo regional, nacional ou global?

L46

Acredito que abrange todos

8. Como o patrimônio cultural nos ajuda a entender a diversidade cultural no Brasil e no mundo?

O patrimônio cultural de um país conta um pouco da história daquele local, apresentando personagens que fizeram história

9. Qual é a metodologia utilizada para desenvolver a educação patrimonial dentro da escola?

\*sondagem de conhecimento prévio \* apresentação do conteúdo através de imagens, vídeos disponíveis do patrimônio \* visitação \* produção de maquetes, cartazes...

10. Para finalizar, quais os possíveis resultados e sistematização com os estudantes através da experiência vivencial da educação patrimonial no ensino fundamental?

Uma aprendizagem com resultados baseado no conhecimento a partir de cada vivência

a partir dessa vivência realizaram encenação de lendas folclóricas que fazem parte da história da cidade

5. Que tipo de atividades podemos realizar na escola para aprender mais sobre o nosso patrimônio cultural?

Atividade envolvendo apresentação teatral

6. Como podemos criar um projeto para valorizar e divulgar o patrimônio cultural da nossa comunidade?

Poderá realizar um turismo pedagógico no entorno da escola, explorando a comunidade

## Entrevistado 4:

1. Você conhece o que é Educação Patrimonial?

Sim

Não

2. O que você entende sobre Educação Patrimonial?

No componente Arte faz parte do currículo Patrimônio Cultural. A aprendizagem a

3. Quais são algumas tradições ou festividades culturais importantes na nossa região?

Na região da baixada santista temos a Encenação da Vila de São Vicente

4. Você já trabalhou Educação Patrimonial em sala de aula? Se sim, como você tem feito educação patrimonial dentro da sala de aula?

Sim, dramatização de lendas da cidade como o Ipupiara e a Feiticeira

5. Que tipo de atividades podemos realizar na escola para aprender mais sobre o nosso patrimônio cultural?

Turismo pedagógico pela região

6. Como podemos criar um projeto para valorizar e divulgar o patrimônio cultural da nossa comunidade?

Entrevistas com familiares e moradores mais antigos da região

9. Qual é a metodologia utilizada para desenvolver a educação patrimonial dentro da escola?

Apresentar o patrimônio para reconhecimento e observação, explorar se possível e registro das considerações

Entrevistado 5:

10. Para finalizar, quais os possíveis resultados e sistematização com os estudantes através da experiência vivencial da educação patrimonial no ensino fundamental?

Melhor aproveitamento de aprendizagem

Entrevistado 5:

1. Você conhece o que é Educação Patrimonial?

Sim

Não

2. O que você entende sobre Educação Patrimonial?  
4. Você já trabalhou Educação Patrimonial em sala de aula? Se sim, como você tem feito educação patrimonial dentro da sala de aula?

Não.

5. Que tipo de atividades podemos realizar na escola para aprender mais sobre o nosso patrimônio cultural?

Caminhada cultural no bairro, percorrendo bens culturais: praças, igrejas, monumentos...

6. Como podemos criar um projeto para valorizar e divulgar o patrimônio cultural da nossa comunidade?

Você conhece a sua cidade? Despertar no estudante o interesse pelo patrimônio cultural, apresentado fotos antigas e atuais da cidade, além de promover um passeio cultural pelos monumentos históricos.

7. A educação patrimonial contribui para o processo educativo regional, nacional ou global?

Sim, pois um povo que não valoriza o patrimônio, não preserva a sua memória. É preciso apresentar aos estudantes ainda na tenra idade que cuidar do patrimônio é cuidar da própria casa.

8. Como o patrimônio cultural nos ajuda a entender a diversidade cultural no Brasil e no mundo?

Por meio do patrimônio histórico cultural podemos conhecer a história e tudo que a envolve, preservando e valorizando a arte, as tradições e os saberes de um povo.

9. Qual é a metodologia utilizada para desenvolver a educação patrimonial dentro da escola?

Observação, exploração.

10. Para finalizar, quais os possíveis resultados e sistematização com os estudantes através da experiência vivencial da educação patrimonial no ensino fundamental?

Um melhor conhecimento sobre o patrimônio histórico e cultural e necessidade de preservação.

---

Entrevistado 6:

1. Você conhece o que é Educação Patrimonial?

Sim



Não



2. O que você entende sobre Educação Patrimonial?

Processo primordial para a preservação do patrimônio cultural e histórico do nosso povo.

3. Quais são algumas tradições ou festividades culturais importantes na nossa região?

Festa Junina, Carnaval, etc.

4. Você já trabalhou Educação Patrimonial em sala de aula? Se sim, como você tem feito educação patrimonial dentro da sala de aula?

Disponibilizando materiais que enriquecem os conhecimentos prévios dos alunos.

5. Que tipo de atividades podemos realizar na escola para aprender mais sobre o nosso patrimônio cultural?

Pesquisa, apresentações e visitas.

6. Como podemos criar um projeto para valorizar e divulgar o patrimônio cultural da nossa comunidade?

Produção de exposições e apresentações.

7. A educação patrimonial contribui para o processo educativo regional, nacional ou global?

Com certeza!

8. Como o patrimônio cultural nos ajuda a entender a diversidade cultural no Brasil e no mundo?

Passamos a compreender a origem e razão da permanência de tais movimentos culturais.

9. Qual é a metodologia utilizada para desenvolver a educação patrimonial dentro da escola?

Pesquisas, apresentações, seminários, rodas de conversa, etc.

10. Para finalizar, quais os possíveis resultados e sistematização com os estudantes através da experiência vivencial da educação patrimonial no ensino fundamental?

Motivação, pertencimento, respeito, etc...

### Entrevistado 7:

1. Você conhece o que é Educação Patrimonial?

Sim

Não

2. O que você entende sobre Educação Patrimonial?

Uma forma de preservar materialmente a história para entender o presente no qual vivemos, como explorações arqueológicas e preservação de itens do passado

3. Quais são algumas tradições ou festividades culturais importantes na nossa região?

Citando algumas, tem a Festa do Índio (Bertioga), Encenação da Fundação da Vila de São Vicente (São Vicente) e festivais de café no Centro Histórico de Santos, Carnabonde (Santos)

4. Você já trabalhou Educação Patrimonial em sala de aula? Se sim, como você tem feito educação patrimonial dentro da sala de aula?

Não

5. Que tipo de atividades podemos realizar na escola para aprender mais sobre o nosso patrimônio cultural?

Capacitações são uma alternativa

6. Como podemos criar um projeto para valorizar e divulgar o patrimônio cultural da nossa comunidade?

Acredito que partindo do micro para o macro. No caso da educação, buscar o que o entorno da escola de patrimônio cultural (por vezes a própria escola está neste rol) e levar ao entendimento da importância de valorizar o passado para compreender o presente

7. A educação patrimonial contribui para o processo educativo regional, nacional ou global?

Nas três esferas. Partindo do regional, é possível criar conexões para o processo educativo mais amplo. Traçando um paralelo, como ocorre em olimpíadas de matemática, que parte das escola uma seleção preliminar e vai-se avançando até as etapas nacionais e mundiais

8. Como o patrimônio cultural nos ajuda a entender a diversidade cultural no Brasil e no mundo?

Acredito que o patrimônio cultural é justamente o responsável por este movimento que leva a tal compreensão. Trata-se da mola propulsora que permite a exploração


9. Qual é a metodologia utilizada para desenvolver a educação patrimonial dentro da escola?

Desconheço. Também sou formado em sociologia e acredito que o trabalho de observação, como forma de desconstrução, seja o primeiro passo para esse processo

10. Para finalizar, quais os possíveis resultados e sistematização com os estudantes através da experiência vivencial da educação patrimonial no ensino fundamental?

Acredito em um ganho grande no desempenho escolar, uma vez que sai dos livros (conhecimento abstrato para os alunos - e todos já fomos alunos) para a prática e o sentimento de protagonizar nesta exploração

## 12 ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL


**Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES**  
**Comitê de Ética em Pesquisa**

**TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL (TAI)**

---

**TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL (TAI)**

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "As contribuições da Educação Patrimonial em processos educativos formativos no fundamental I: Contexto escolar, orientações e guia.", sob a coordenação e a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Prof(a). Maria Vitória de Moura Opasso Pequeno e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 25/06/2024 a 30/08/2024, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

São Vicente, 30 de Maio de 2024.

Deise Micene Silva  
 RG: 42.554.778-4  
 Assessora Pedagógica

\_\_\_\_\_  
 Nome – cargo/função

Termo de Anuência Institucional

Pág. 1/1

## ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES  
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO – (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PROCESSOS  
EDUCATIVOS FORMATIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: CONTEXTO  
ESCOLAR, ORIENTAÇÕES E GUIA.

Número do CAAE:

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa cujo título é, As contribuições da Educação Patrimonial em processos educativos formativos no fundamental I: Contexto escolar, orientações e guia. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

**Justificativa e objetivos:**

As contribuições da Educação Patrimonial exercida no contexto escolar no ensino fundamental I, auxilia no desenvolvimento dos estudantes com habilidades de análise e reflexão crítica, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes que preservam e respeitam a história que nos precede, valorizando nossas raízes, identidade cultural e participativos em ações sociais.

Os objetivos desta pesquisa é construir reflexões das contribuições da Educação Patrimonial como uma temática interdisciplinar e integradora no contexto escolar, buscando através das análises a adaptação dessa temática para futuramente torna-se um componente curricular.

**Procedimentos:**

Na sua participação você responderá um questionário pela plataforma do google forms com um total de 10 perguntas, sendo 1 pergunta fechada (assinalar uma alternativa) e as demais perguntas abertas visando a reflexão das práticas.

**Desconfortos e riscos:**

O risco nesta pesquisa poderá ser considerado mínimo, no sentido de você se sentir cansado quando estiver respondendo o questionário sobre a Educação Patrimonial, poderá parar e combinar com o pesquisador/entrevistador o retorno. Compreenderemos caso queira deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.



Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES  
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO – (TCLE)

**Benefícios:**

A sua participação contribuirá para a construção do conhecimento e as contribuições da Educação Patrimonial dentro do contexto escolar do ensino fundamental I e buscando no cenário escolar a adaptação dessa temática para futuramente torna-se um componente curricular.

**Acompanhamento e assistência:**

A qualquer momento, antes, durante ou até o término da pesquisa, nos colocamos a disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida sobre a pesquisa.

**Sigilo e privacidade:**

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa, e que poderão ser apresentados em eventos de natureza científica e/ou publicados, sem revelar a identidade dos participantes.



Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES  
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO – (TCLE)

**Ressarcimento e Indenização:**

Caso esta pesquisa cause, comprovadamente, qualquer custo ou dano procure o pesquisador responsável a fim de ressarcimento ou possível indenização.

Contato: (13) 981809046

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, se precisar consultar esse registro de consentimento ou quaisquer outras questões, você poderá entrar em contato com os pesquisadores:

Nome do pesquisado responsável:

Endereço:

E-mail:

Nome do discente pesquisador: Maria Vitória de Moura Opasso Pequeno

Endereço: Avenida Senador Pinheiro Machado 957

Telefone: (13) 981809046

E-mail: vitoriapequeno@hotmail.com

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretária do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos (das 08h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h) na Avenida Conselheiro Nébias, 536 - 2. andar. Santos- SP. E-mail: cpq@unimes.br

**Consentimento Livre e Esclarecido:**

APÓS ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que este estudo pode acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante: Maria Vitória de Moura Opasso Pequeno

M. Opasso Data: 30/05/2024

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

**Responsabilidade do Pesquisador:**

Asseguro ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

[Assinatura] Data: 30/05/2024

(Assinatura do pesquisado)

## ANEXO C – FICHA DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO



**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS**  
**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL PRÁTICAS DOCENTES NO**  
**ENSINO FUNDAMENTAL**

**Mestrando(a):** Maria Vitória de Moura Opasso Pequeno

**Título da Dissertação:** Ensino e patrimônio: As contribuições da educação patrimonial em abordagens educativas com uma perspectiva da pedagogia libertadora e interdisciplinar.

**Produto Educacional:** Guia educacional: A educação patrimonial nas escolas da baixada santista: santos e são vicente.

**Orientador(a):** Prof. Dr. Alberto Schneider

FICHA DE AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL (PE)	
<b>Registro</b> – refere-se a uma catalogação do PE.	<input checked="" type="checkbox"/> o PE possui informações acerca de ficha catalográfica da Universidade. <input type="checkbox"/> o PE possui registro da licença Creative Commons ou equivalente. <input type="checkbox"/> o PE possui ISSN ou ISBN. <input type="checkbox"/> o PE possui DOI.
<b>Complexidade</b> – compreende-se como uma propriedade do PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do produto educacional. <u>*mais de um item pode ser marcado.</u>	<input checked="" type="checkbox"/> o PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese. <input checked="" type="checkbox"/> a metodologia apresenta a forma de aplicação e análise do PE. <input checked="" type="checkbox"/> há uma reflexão sobre o PE com bases referenciais teóricas e teórico-metodológicas empregadas na respectiva dissertação. <input type="checkbox"/> há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.
<b>Impacto</b> – considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais, de	<input checked="" type="checkbox"/> PE não utilizado durante a pesquisa relacionada à prática profissional do discente.

saúde ou CT&I. É importante destacar se a demanda foi espontânea ou contratada.	<input checked="" type="checkbox"/> PE aplicado durante a pesquisa relacionado à prática profissional do discente.
<b>Aplicabilidade</b> – relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas.	<input checked="" type="checkbox"/> PE tem características de aplicabilidade a partir de seus objetivos e metodologia, mas não foi aplicado durante a pesquisa. <input checked="" type="checkbox"/> PE tem características de aplicabilidade a partir de seus objetivos e metodologia e foi aplicado durante a pesquisa. <input type="checkbox"/> PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.
<b>Acesso</b> – relaciona-se a forma de acesso ao PE.	<input type="checkbox"/> PE sem acesso. <input type="checkbox"/> PE com acesso via rede fechada. <input type="checkbox"/> PE com acesso público e gratuito. <input checked="" type="checkbox"/> PE com acesso público e gratuito pela página do Programa <input type="checkbox"/> PE com acesso por Repositório institucional nacional ou internacional – com acesso público e gratuito.
<b>Aderência</b> – compreende-se como a origem do PE apresenta origens nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisa do PPG em avaliação.	<input type="checkbox"/> Sem clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG stricto sensu ao qual está filiado. <input checked="" type="checkbox"/> Com evidente aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG stricto sensu ao qual está filiado.
<b>Inovação</b> – considera-se que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revistando de forma inovadora e original.	<input checked="" type="checkbox"/> PE de alto teor inovador (desenvolvimento com base em conhecimento inédito). <input type="checkbox"/> PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos). <input type="checkbox"/> PE com baixo teor inovador (adaptação de conhecimentos existentes).

Observações:


---



---

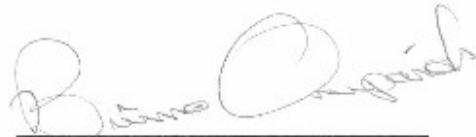
Assinatura dos membros da banca:

Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES  
Orientador(a) e Presidente da Banca Examinadora



---

Prof(a). Dr(a). Dra. Simone Rezende da Silva  
Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES  
Membro Interno da Banca Examinadora



---

Prof Dr. Breno Amparo Alvares Freire  
PUC-SP  
Membro Externo da Banca Examinadora

Data da defesa: 28 /05 /2025.